



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 31ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**03/09/2015
QUINTA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: VAGO**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 03/09/2015.**

31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 77/2013 - Não Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	8
2	MSF 40/2015 - Não Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	70

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Audiência Pública para debater a política externa brasileira, em atendimento ao art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.	128

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(17)(18)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303- 2252/2253
Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PSD)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Serra(PSDB)	SP (61) 3303-6651 e 6655
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(9)(12)(15)	MG (61) 3303-5717
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PRB)	RJ (61) 3303- 5225/5730
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303- 4161/5867	2 Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLPPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 3 de setembro de 2015
(quinta-feira)
às 09h**

PAUTA
31ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Inversão da ordem das partes da Reunião.

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 77, de 2013****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 13/08/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Anexos \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Bauer

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 02/07/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório \(CRE\)](#)
[Relatório \(CRE\)](#)
[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Audiência Pública para debater a política externa brasileira, em atendimento ao art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Convidado:**Ministro Mauro Luiz Icker Vieira**

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

1ª PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 77, de 2013 (nº 339/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Raymundo Santos Rocha Magno, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto Estado Plurinacional da Bolívia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

A indicação do embaixador foi recebida no Senado em 19 de agosto de 2013, por meio da Mensagem nº 77/2013. Quatro dias depois, emergência humanitária levou à retirada do Senador boliviano Róger Pinto Molina pelo diplomata Eduardo Saboia, então Encarregado de Negócios do Brasil em La Paz.

O episódio, desencadeado após o confinamento do Senador boliviano por 453 dias numa sala da Embaixada do Brasil em La Paz, motivou o Senador Jarbas Vasconcelos, então relator da Mensagem, a submeter o Requerimento nº 1.053, de 2013.

Teço, a seguir, considerações sobre as circunstâncias especiais que explicam o transcurso de quase dois anos na tramitação da Mensagem nº 77/2013.

O Requerimento do Senador Jarbas Vasconcelos, aprovado na 39ª reunião da CRE, realizada em 12/09/2013, fundamentou-se nos termos aduzidos a seguir:

“Não há, pois, razões que justifiquem o envio de um novo embaixador à Bolívia neste momento em que há tantas pendências a exigir esclarecimentos, no caso do asilo político do Senador Róger Pinto Molina. Enquanto não recebermos as informações solicitadas, enquanto não for equacionado esse impasse entre o Brasil e a Bolívia, enquanto não for encontrada uma solução humanitária para o Senador Róger Pinto Molina e enquanto uma espada de Dâmocles pesar sobre o pescoço do Sr. Eduardo Saboia, não existem condições para se indicar um novo Embaixador brasileiro para a Bolívia, uma decisão que, hoje, visa apenas submeter o Brasil aos caprichos do Presidente Evo Morales.”

Na 56ª reunião da CRE, realizada em 12 de dezembro de 2013, o Senador Jarbas Vasconcelos expressou sua insatisfação com as informações fornecidas pelo MRE, muitas das quais não guardavam qualquer relação com o episódio. Decidiu, então, devolver a Relatoria da Mensagem nº 77 à Presidência da Comissão, função à época por mim desempenhada.

Indiquei, ato contínuo, o Senador Aloysio Nunes Ferreira como novo relator da matéria. Naquela condição, o Senador apresentou, em 15 de março de 2015, o Requerimento nº 164, no qual solicitava mais informações.

Lamentavelmente, apenas em 14 de maio de 2015 o MRE encaminhou ao Senado o Ofício nº 24, com uma resposta incompleta. Já na condição de relator, salientei essas deficiências em requerimento que submeti a esta Comissão.

O Presidente da CRE antecipou-se àquela solicitação e reiterou, no Ofício nº 34/2015, o pedido de que o MRE enviasse as informações faltantes.

O MRE respondeu com o Ofício nº 30, em 1º de julho corrente. A resposta atende parcialmente ao que foi solicitado pelo Requerimento nº 164, conforme detalhamento abaixo.

O Requerimento nº 164 pediu o seguinte:

“Série completa das comunicações oficiais sobre o Senador Róger Pinto Molina, trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e a Embaixada em La Paz, no período compreendido entre maio de 2012 e a presente data.”

O MRE enviou apenas quatro telegramas,¹ relativos aos seguintes assuntos:

- Proposta da Embaixada em La Paz de encaminhamento das negociações com a Bolívia diante da negação de salvo-conduto, de julho de 2012;

- Conversa com o Ministro de Governo sobre a reação do Governo brasileiro à proposta de saída informal do Senador boliviano, de janeiro de 2013;

- Conversa com o Vice-Chanceler Alurralde sobre a reação do Governo brasileiro à proposta de saída informal do Senador boliviano, também de janeiro de 2013; e

- O Encarregado de Negócios informa o MRE sobre circunstâncias que fundamentaram a retirada do Senador asilado da Embaixada, de agosto de 2013.

Simplem cotejo com os autos da sindicância contra o Ministro Eduardo Saboia, anteriormente remetidos à CRE pelo MRE, acusou a falta,

¹ O termo “telegrama” designa as comunicações expedidas pela Embaixada em La Paz e endereçadas à Secretaria de Estado das Relações Exteriores em Brasília.

entre outras, das seguintes comunicações, cuja relevância justifica breve referência neste relatório:

Telegramas de 2012:

- a) A Embaixada em La Paz apresenta sugestão de encaminhamento para o caso do Senador asilado;
- b) A pronta concessão pelo Brasil de *agrément* ao novo Embaixador da Bolívia coincide com a oficialização da denegação de salvo-conduto ao Senador asilado;
- c) O Chanceler boliviano “ameaça” levar o assunto do Senador asilado a instâncias regionais e à Presidente Cristina Kirchner; e
- d) Expõe a visão de políticos bolivianos de que a hostilidade contra o Brasil no caso do Senador asilado teria como objetivo criar tensões que forçassem o Brasil a fazer concessões no combate ao narcotráfico.

Telegramas de 2013:

- e) Analisa declarações públicas do Vice-Presidente Linera, que garante suposta liberdade de locomoção do Senador Pinto;
- f) Transmite pedido ao Governo brasileiro de transferência humanitária do ex-Governador Leopoldo Fernandez, correligionário do Senador Pinto, preso em La Paz desde 2008, para tratamento oncológico no Brasil;
- g) Transmite pedido de encontro do Presidente Evo Morales à Presidente Dilma Rousseff;
- h) Apresenta subsídios da Embaixada para conversa entre os Presidentes Dilma Rousseff e Evo Morales;
- i) Relata reuniões da Deputada Perpétua Almeida na Bolívia, nas quais a parlamentar brasileira cobrou publicamente uma solução para o caso das autoridades bolivianas; e

j) Informa sobre "pedido antecipado" ao Brasil, defendido pelo Procurador-Geral da Bolívia, Ramiro Guerrero, para a extradição do Senador Róger Pinto Molina.

Despacho telegráfico de 2013²:

k) Trata de designação de diplomatas para suposta reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Os autos da referida sindicância revelam que o real propósito era tratar do caso Pinto, sem a presença da Embaixada do Brasil, *inter alia*, com a Embaixadora da Venezuela em La Paz.

O Requerimento nº 164 havia pedido, ao Itamaraty, o envio de:

“Outras comunicações (faxes, ofícios) porventura trocadas entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em La Paz, bem como informações, ajuda-memórias entre o Ministério das Relações Exteriores e a Presidência da República, inclusive os registros do Itamaraty sobre as tratativas entre diplomatas brasileiros e prepostos bolivianos a respeito do destino do Senador Róger Pinto Molina.”

A esse título, foram recebidas duas comunicações:

- Informação, de maio de 2012, na qual o Ministro Antonio Patriota recomenda à Presidente da República a concessão de asilo ao Senador Róger Pinto Molina, dentro da tradição diplomática brasileira;

- Registro, endereçado à Presidente da República das tratativas infrutíferas de funcionários diplomáticos da Secretaria de Estado do MRE com o Governo boliviano, até junho de 2013, sobre o Senador Róger Pinto Molina. É o único documento encontrado sobre o teor dessas conversas, de que não era dado conhecimento à Embaixada em La Paz.

Indagava ainda Requerimento o seguinte:

2 O termo “despacho telegráfico” designa as comunicações expedidas pela Secretaria de Estado em Brasília endereçadas à Embaixada em La Paz. É por meio de despachos escritos, telegráficos ou postais, que a Secretaria de Estado envia instruções aos Postos, para o devido registro legal e histórico.

“Houve resposta do MRE ao pedido de orientação adicional formulado no telegrama 379, de 2013, expedido pela Embaixada em La Paz à Secretaria de Estado?”

A respeito, o MRE limitou-se a afirmar que:

“No que se refere ao telegrama nº 379 de 18/03/2013, o Relatório Conclusivo da Sindicância aponta em sua folha 15, ao elaborar sobre o tema ‘restrição de visitas’, que:

‘De qualquer forma o despacho telegráfico 508/2013 para a Embaixada em La Paz removeu qualquer dúvida quanto à possibilidade e mesmo quanto ao dever da Embaixada em buscar avaliação médica qualificada e especializada.’ (fls. 455, dos autos)

Não foi identificado, nos autos da Sindicância, expediente adicional que faça referência direta ao telegrama em epígrafe.”

A resposta do Itamaraty é evasiva quanto a um ponto fundamental, de que a CRE tomou conhecimento mediante os autos da sindicância, já citados. O telegrama nº 379 questionara as condições do regime de confinamento imposto ao Senador boliviano e pedira orientações adicionais do MRE, inclusive sobre a própria legalidade das mesmas. Conclui-se, assim, que nunca houve resposta explícita de Brasília a esse pedido de orientações adicionais da Embaixada em La Paz sobre problema gravíssimo, por atentar diretamente contra os direitos humanos de um asilado submetidos a condições inéditas até no mais severo regime prisional em vigor no Brasil.

Nessa linha, o Senado também pedira ao MRE “Cópia do despacho telegráfico 122/2013, expedido pela Secretaria de Estado à Embaixada em La Paz e de eventuais pareceres jurídicos que fundamentaram a decisão de restringir as visitas ao Senador Róger Pinto Molina”.

Em resposta, o MRE informou o seguinte:

“Ainda sobre o questionamento relativo ao telegrama nº 379, foi possível extrair dos autos da Sindicância que a Secretaria de Estado baseou suas instruções na Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático de 1954, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 42.628, de 13 de novembro de 1957, bem como no Estatuto do Estrangeiro, consubstanciado na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e previamente indicadas ao Posto, por meio do expediente 122, de 08/03/2013.”

Como evidencia a resposta evasiva do MRE, a decisão de restringir visitas ao Senador boliviano foi tomada sem qualquer amparo em parecer jurídico, o qual caberia ao agente público solicitar, em razão do impacto daquela decisão sobre a vida de pessoa colocada sob a proteção do Estado brasileiro e da transcendência daquela interpretação da Convenção de Caracas, a qual em parte alguma do seu texto prevê regime de confinamento para o beneficiário do asilo diplomático.

A sindicância demonstra que o Governo brasileiro, ao adotar medidas restritivas da liberdade do Senador Róger Pinto Molina, acolheu desejo manifesto pelo Governo boliviano, queixoso de que o asilado estaria desempenhando "atividades políticas" em encerramento.

Ora, a Convenção de Caracas, ao contrário do que aduziu o MRE para justificar-se, proíbe explicitamente, em seu Artigo VIII, o pedido feito pela Bolívia e tão docilmente acatado, "contra legis" e, no seu Artigo VII, garante a liberdade de expressão do asilado:

ARTIGO VII

A liberdade de expressão de pensamento, que o direito interno reconhece a todos os habitantes de um Estado, não pode ser motivo de reclamação por outro Estado, baseada em conceitos que contra este ou seu governo expressem publicamente os asilados ou refugiados, salvo no caso de tais conceitos constituírem propaganda sistemática por meio da qual se incite ao emprego da força ou da violência contra o governo do Estado reclamante.

ARTIGO VIII

Nenhum Estado tem o direito de pedir a outro Estado que restrinja aos asilados ou refugiados políticos a liberdade de reunião ou associação que a legislação interna deste reconheça a todos os estrangeiros dentro do seu território, salvo se tais reuniões ou associações tiverem por objetivo promover o emprego da força ou da violência contra o governo do Estado suplicante."

A resposta do MRE ao Requerimento nº 164 denota, pelo que deliberadamente omite, o constrangimento que é, para a atual administração do Itamaraty, explicar o injustificável ato de uma administração pregressa.

Apesar dessas lacunas, creio que chegou a hora de virar essa página. A atual administração do MRE está dando os primeiros passos para reestabelecer o bom senso e a justiça para lidar com os passivos que recebeu. Ainda há caminho a percorrer, nos aspectos políticos, diplomáticos e até funcionais, no caso das pessoas atingidas pelo episódio.

Para começarmos a superar essas dificuldades no âmbito do papel fiscalizador do Senado, é preciso que se reconheça que a situação crítica a que se chegou nas relações com a Bolívia em razão do episódio Pinto Molina foi em boa parte auto-infligida por apostas políticas equivocadas.

Para tanto, é preciso remontar à traumática deterioração das relações bilaterais desde a “nacionalização” dos ativos da Petrobras em 1º de maio de 2006, quando o Presidente Morales determinou a ocupação militar das refinarias da Petrobras. O Governo Lula acobertou, então, a dimensão desse ato hostil. Essa grave omissão não levou a resultado benéfico algum. Só fez incitar novas agressões aos interesses e à dignidade nacionais nos anos seguintes.

Alguns exemplos ilustram essa prática nefasta aos interesses brasileiros.

Na fronteira com o Acre, o Governo Morales aplicou seletivamente texto constitucional para expulsar pequenos agricultores brasileiros da faixa de fronteira (medida que não aplica na faixa de fronteira com o Peru, com a Argentina, com o Paraguai e nem sequer com o Chile).

Produtores rurais brasileiros de Santa Cruz, que fazem a riqueza daquela região com seu trabalho, capital e tecnologia, passaram a ser sistematicamente achacados e a ter suas terras invadidas a mando de máfias com a conivência de autoridades. Estudantes universitários

brasileiros enfrentam dificuldades e achaques diuturnamente, que já motivaram, até, missões de averiguação do Congresso Nacional.

O Governo brasileiro despendeu muito capital político e financeiro e obteve retornos negativos. O BNDES foi envolvido pelo governo supostamente indigenista de Morales no financiamento de estrada que invade terras indígenas e reserva natural, chamada TIPNIS.

A Embaixada em La Paz alertou oportunamente o Governo brasileiro para a sensibilidade dos interesses em jogo, confrontando cocaleros e indígenas, com o resultado previsível de que a corda arrebentaria do lado mais fraco. Arrebentou. Os indígenas foram reprimidos violentamente, resultando em grave crise política interna e em violações de direitos humanos que se estendem até hoje.

O Governo Morales atribuiu a culpa de tudo ao Brasil. O povo boliviano passou a se manifestar contra o chamado "imperialismo brasileiro". A chamada "Rodovia Transcocalera" passou a ser apresentada como parte de uma agenda expansionista do agronegócio brasileiro, versão que o Presidente Evo Morales nunca se empenhou em desmentir.

A incapacidade do Governo brasileiro de lidar com essa complexidade vitimou louváveis projetos de integração física. Desde então, não houve novos financiamentos brasileiros a projetos de infraestrutura na Bolívia. Empresas foram forçadas a sair da Bolívia, com grandes perdas.

Em nenhum momento o Governo brasileiro autorizou o MRE a agir com altivez, descortino e profissionalismo, como é da tradição do Itamaraty.

O marco lamentável desse processo deliberado de limitar nossa capacidade de ação diplomática foi a recusa inédita da Bolívia a conceder salvo-conduto ao Senador Róger Pinto Molina, em flagrante desrespeito ao sagrado instituto do asilo diplomático e rompendo uma prática que foi respeitada pelos dois países mesmo durante períodos ditatoriais.

A política – se é que se pode chamar de política – de concessões unilaterais brasileiras estimulou setores do Governo boliviano a provocarem o Brasil. Sentiram-se livres para, diante do constrangedor silêncio de Brasília, achincalhar o Itamaraty, fazendo bode expiatório do Embaixador em La Paz.

Manietada, a diplomacia brasileira perdeu oportunidades. A certa altura, o Governo boliviano acenou com uma saída para o impasse. A Ministra da Justiça boliviana, em visita a Brasília, propôs que o Brasil retirasse o Senador discretamente. Faltou apenas, como assinalou a Embaixada em La Paz, o esperado gesto brasileiro no mais alto nível.

O Brasil silenciou e a Bolívia passou à ofensiva. Morales cobrou uma "urgente solução" da Presidente Dilma na cúpula de Malabo, em fevereiro de 2013. Perdido em campo e acostumado a ceder, o Brasil enviou seu chanceler a Cochabamba, em março, para capitular.

Concordou em retirar o Embaixador do Brasil, vestindo a carapuça de conspiração da Embaixada em La Paz. Comprou tese falaz boliviana, a qual primeiranista de Direito Internacional desconstruía facilmente, que provocou a privação de liberdades fundamentais ao Senador Róger Pinto Molina. O Itamaraty, na gestão da época, chegou a aceitar até transferir "de facto" as atribuições constitucionais de um embaixador nomeado pelo Executivo e aprovado pelo Senado Federal a um "grupo de trabalho" sem agenda, nomeação oficial, mandato ou prazo.

As funções do Embaixador em La Paz foram, dessa forma, parcialmente usurpadas. Mais grave, o voto desta Casa que cancelara a indicação desse chefe de missão diplomática foi, por via de consequência, anulado, abrindo-se lamentável capítulo de diplomacia paralela. Afóra os depoimentos no quadro de sindicância, obtidos por requerimento desta Comissão, não há registro substantivo do que se disse nas reuniões em que se jogou com o destino de um ser humano sob a proteção da bandeira brasileira!

De concreto, sabe-se que, em maio de 2013, o Senador Róger Pinto Molina recebeu proposta, em nome do Governo brasileiro, para

renunciar ao asilo, em troca de sua saída para um terceiro país, jamais mencionado.

Essa proposta irregular, clandestina e vergonhosa não consta de qualquer expediente oficial. Só foi revelada pela insistência desta Comissão em procurar a verdade. Não há outra conclusão possível. A verdadeira estratégia – se é que acheque merece esse nome - da então administração do Itamaraty, a mando do Palácio do Planalto, consistia em forçar uma pessoa fisicamente isolada e psicologicamente abalada, a renunciar ao seu legítimo direito a asilo sob as leis brasileiras e o direito internacional. Para cúmulo, asilo que lhe fora concedido pela própria Presidente da República.

A "proposta" configura exercício inimaginável de assédio moral e de chantagem contra uma pessoa sem meios de reação, sob a custódia do Estado brasileiro. É aterrador pôr-se na situação do Senador Róger Pinto Molina naquele instante em que era perseguido por uns e abandonado por aqueles que haviam assumido compromisso solene de protegê-lo. Não espanta que a proposta tenha sido deliberadamente apócrifa, ao arrepio da legislação nacional.

O asilo diplomático é instituto do direito internacional público, especificamente latino-americano. É, portanto, uma contribuição de nossa região para o avanço civilizatório. A pedra fundamental da credibilidade diplomática de um país se resume a três palavras: *pacta sunt servanda*. Naquele momento, o Governo brasileiro não traiu apenas um indivíduo sob sua proteção, mas o princípio elementar de sua diplomacia.

Ignorou, ostensivamente, a prática boliviana, tradicional e histórica, de respeito ao asilo diplomático, mesmo durante suas mais ferozes ditaduras. No golpe do narcoditador García Meza (julho de 1980), as Embaixadas do México e da Venezuela acolheram centenas de asilados. Na ocasião, Flávio Machicado, político boliviano e ex-Ministro da Economia, ficou refugiado na Embaixada da Venezuela por cerca de 60 dias e, diante do demorado processamento de pedidos de salvo-conduto para as dezenas de pessoas lá refugiadas, procurou a Residência da Embaixada do Brasil. O Embaixador Afonso Arinos negociou, com o Ministro da Defesa, o salvo-conduto do governo militar. Ao relatar o caso no livro "Tempestade no Altiplano", o Embaixador Arinos afirma que "o

General Reyes Villa cumpriu com a palavra: recebi esta tarde, (30/9/1980), após 26 dias de espera, salvo-conduto em nome do asilado Flavio Machicado Saravia" (p.115).

No caso do Senador Róger Pinto Molina, as gestões da Embaixada em La Paz não tiveram o mesmo respaldo de Brasília. O desgaste emocional e físico de um indivíduo confrontado com essa situação levou o Encarregado de Negócios a tomar uma decisão para a qual sopesou a falta de perspectiva de uma solução político-diplomática e o risco de desenlace dramático, caso se prolongasse o confinamento do Senador.

No dia 23 de agosto, após 453 dias de confinamento, o Senador asilado deixou a Embaixada em La Paz e foi transportado em veículo diplomático até o território brasileiro. Além do Encarregado de Negócios, acompanharam-no o Ministro-Conselheiro Manuel Montenegro da Cruz, cujo deslocamento para participar de cerimônia em Cochabamba já estava previsto, dois valorosos fuzileiros navais e dois motoristas experientes. À exceção de Montenegro, que ficou em Cochabamba, com instruções de comunicar o fato a Brasília, após chegada em segurança do asilado ao Brasil, o grupo percorreu em 20 horas os 1600 quilômetros até Corumbá.

Tão logo chegou à fronteira, o Ministro Saboia esteve em contato permanente com o Itamaraty, tendo sido orientado a não retornar ao Posto, mas dirigir-se a Brasília. Cientificado da situação, que já acompanhava de perto, como Presidente desta Comissão, e sobre a qual vinha insistentemente cobrando providências do Itamaraty, inclusive em audiências públicas, tentei novamente sensibilizar o Executivo para a urgência de prestar-lhe apoio. Diante do silêncio contumaz, providenciei, eu mesmo, meios de transporte.

Já conhecia o drama enfrentado por doze brasileiros presos em Oruro, após uma partida de futebol, em fevereiro de 2013. Suspeitava que aquela prisão arbitrária, que durou meses e cobrou empenho da Embaixada, encobria a intenção de barganhar a libertação dos brasileiros em troca de claudicação final no caso do Senador.

Consumado o asilo territorial, a expectativa natural era de que o Governo brasileiro confirmasse prontamente o status de refugiado ao Senador Róger Pinto Molina, nos termos da legislação.

Ao contrário, fez-se uma soez campanha para desacreditá-lo, inclusive com ameaça de deportação formulada por autoridades do primeiro escalão de Brasília. O *animus puniendi* não se restringiu ao Senador. Nota à imprensa divulgada no dia 25 de agosto citava nominalmente o Encarregado de Negócios, cuja família ainda se encontrava na Bolívia. Anunciava ominosas “medidas disciplinares” antes mesmo da abertura de sindicância administrativa.

O viés punitivo, confirmado em declarações de várias autoridades, inclusive da Presidente da República, objetivou, na verdade, camuflar as consequências da omissão e da conivência do Governo brasileiro com uma situação intolerável. A sindicância, instaurada em seguida, impôs penalidade ao diplomata Eduardo Saboia, ao arripio dos fatos apurados, acima resumidos. Outros protagonistas enfrentaram dissabores funcionais.

Em conclusão, desejo ressaltar alguns pontos desse episódio lamentável, pelo seu valor pedagógico, merecedores que são do registro histórico que alguns querem lhe negar:

1) Em momento algum, o Governo brasileiro sinalizou à Bolívia que a negação da concessão de salvo-conduto, princípio consagrado no direito internacional, particularmente na América Latina, traria consequências graves e inevitáveis para as relações bilaterais. Por outro lado, Embaixadores brasileiros foram chamados para consultas em Brasília, em junho de 2013, por conta de incidente que envolveu a aeronave do Presidente Evo Morales na Europa. Medida semelhante, porém, sequer foi cogitada para o caso que nos dizia respeito diretamente em La Paz.

2) O Governo brasileiro aceitou passivamente a tese de que a Bolívia não estaria obrigada pelos termos da Convenção de Caracas sobre Asilo Diplomático a conceder salvo-conduto. Desconsiderou o histórico de cumprimento desse instituto pelos dois países, bem como os princípios jurídicos de que (a) a Convenção veio codificar Direito preexistente e (b)

que não é lícito a signatário de instrumento internacional praticar atos lesivos ao teor do mesmo, ainda que não o tenha ratificado.

3) O Governo brasileiro incorreu numa contradição elementar. Em junho de 2013, quando o Senador boliviano cumpria mais de um ano de confinamento na Embaixada em La Paz, o Brasil apoiou em nível presidencial no Mercosul a "universalidade do instituto do asilo" e a "obrigação de assegurar salvo-conduto" em favor do australiano Julian Assange e do norte-americano Edward Snowden. Foi, entretanto, incapaz de exigir da Bolívia (país que se oferecia a abrigar o norte-americano) a aplicação dessa mesma decisão no interior do próprio Mercosul. A contradição fica patente na leitura do texto da declaração presidencial, que, pelo seu valor didático, é anexada a este parecer.

4) O Governo brasileiro assistiu impassível à tática do Presidente Morales de isolar e desmoralizar a Embaixada do Brasil. Coonestou, pela omissão, a inadmissível desconstrução da autoridade de uma missão diplomática brasileira, abrindo precedente de consequências imprevisíveis.

5) O Governo brasileiro aceitou a imposição boliviana de ações atentatórias a nosso ordenamento jurídico. Determinou, em março de 2013, a restrição dos contatos do asilado à família e ao advogado, omitindo qualquer tipo de assistência médica ou religiosa. A instrução foi expedida sem o necessário amparo em parecer da Consultoria Jurídica ou da Advocacia-Geral da União. Nem poderia, porque a Convenção de Caracas não avaliza esse grau de confinamento. A Embaixada em La Paz não se furtou a alertar para seu caráter atentatório aos direitos humanos, incompatível mesmo com as legislações penitenciárias dos dois países.

O Senado Federal, no exercício de seu poder fiscalizador, tem a obrigação de chamar a atenção para erros e, quando cabível, apontar melhores caminhos para que a diplomacia seja conduzida em conformidade com os princípios do Estado Democrático de Direito brasileiro.

É desejável que o Brasil, nas suas relações com a Bolívia e com outros países vizinhos, promova iniciativas de interesse conjunto com base no princípio de solidariedade. O princípio consagrado no artigo 4º, inciso IX, da Constituição, segundo o qual a política externa brasileira deve reger-se pelo princípio da "cooperação entre os povos para o progresso da humanidade" coaduna-se plenamente com uma visão generosa em relação a países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Entretanto, essas iniciativas têm como pressuposto uma relação de confiança. Com a Bolívia, essa confiança, quebrada no episódio da Petrobras e achincalhada em vários outros contenciosos desde então, terá de ser reconstruída, mas não de forma unilateral ou escamoteando a defesa dos legítimos interesses nacionais brasileiros.

As considerações acima ficam, portanto, como lição para que não se voltem a repetir os mesmos erros. Sem uma mudança de fundo na condução das relações com a Bolívia, episódios desse tipo estarão fadados a se repetir. Não basta aferir as qualidades profissionais de um futuro embaixador, mas é preciso que se lhe garantam as indispensáveis condições políticas que dão sentido ao exercício de suas funções.

Desejo, neste ponto, assinalar, para o registro histórico, um fato relevante e recente, que tem relação direta com o episódio que nos ocupa neste relatório.

O CONARE concedeu, há poucos dias, condição definitiva de refugiado em território brasileiro ao Senador Róger Pinto Molina e à sua família, mais de três anos depois da concessão do asilo diplomático e após dois anos de espera em situação precária no Brasil. Esperamos que esse benefício legal se estenda prontamente a outros bolivianos refugiados do regime de Evo Morales.

Além de celebrar, nesse contexto, o exercício republicano e democrático de fiscalização da política externa e de defesa do direito de asilo promovido pelo Senado Federal, por intermédio desta Comissão e de seus ilustres membros, dentre os quais ressalto os Senadores Sérgio Petecão, Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes Ferreira e Jorge Viana, há que reconhecer, à atual administração do MRE e ao Ministro da Justiça, o empenho benfazejo por vencer resistências a esse desfecho.

É a partir de uma reflexão sobre o episódio Róger Pinto Molina e sobre os princípios que regem nossas relações com outros países, que são do Estado e não de um governo de plantão, que as relações entre o Brasil e a Bolívia devem fortalecidas, cabendo ao futuro embaixador a tarefa de conduzi-las dentro desses parâmetros.

Assim, creio estarem reunidas condições para dar sequência aos trâmites referentes à indicação do Embaixador Raymundo Santos Rocha Magno.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

Filho de Raymundo Fernando Pantoja Magno e de Maria do Horto Santos Rocha Magno, o diplomata nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 11 de abril de 1953.

Completo o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD) em 1974, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1981 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1995, quando apresentou a tese “A Organização dos Estados Americanos: dispositivos para a promoção e defesa da democracia. A suspensão de membros de acordo com o Protocolo de Washington de 14 de dezembro de 1992”. É graduado em Direito pela Associação de Ensino Unificado de Brasília.

Iniciou a carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1975. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1978; a Primeiro-Secretário em 1982; a Conselheiro em 1990; e a Ministro de Segunda Classe em 1996, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Assistente do Departamento Consular e Jurídico, de 1975 a 1976, Assistente do Cerimonial, em 1976, Assistente na Divisão de Operações de Promoção Comercial, em 1977. Foi Chefe-substituto da América Meridional-II, de 1987 a 1990. Foi Chefe da Divisão de Protocolo, em 1990, Assessor do Ministro das Comunicações, de 1995 a 1998. Foi Subchefe do Cerimonial, de 2003 a 2006. Foi Assessor Especial da Ministra-Chefe da Casa Civil, em 2006.

No Exterior serviu na Embaixada em Bonn, de 1978 a 1981; na Delegação Permanente junto à ALADI, de 1981 a 1985; na Embaixada em Paramaribo, de 1985 a 1987; na Missão Permanente junto à OEA, de 1991 a 1995; e na Embaixada em Montevidéu, de 1998 a 2003. Foi chefe da Missão do Brasil junto à Organização Civil Internacional (OACI), de 2008 a 2011. Chefia a Embaixada em Bucareste, desde 2011.

O diplomata em apreço recebeu as seguintes condecorações: Ordem da Palma, Suriname, Oficial; Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial; Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil; Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Comendador; Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador; Ordem do Condor dos Andes, Bolívia, Comendador; Ordem Real Norueguesa do Mérito, Noruega, Comendador; Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador; Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial; e Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial.

Além do currículo do indicado, o Itamaraty encaminhou a esta Casa documento informativo sobre o Estado Plurinacional da Bolívia. Com vistas a permitir o adequado debate por esta Casa do estado das relações com a Bolívia, requer-se ainda relatório de gestão do Embaixador Marcel Biato.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório. Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ANEXO

DECISÃO SOBRE O RECONHECIMENTO UNIVERSAL DO DIREITO DE ASILO POLÍTICO

As Presidentas e os Presidentes da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República Oriental do Uruguai e da República Bolivariana da Venezuela.

RECORDANDO a Declaração Universal sobre Direitos Humanos da ONU (1948), a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961), as Convenções de Caracas sobre Asilo Territorial e Asilo Diplomático (1954) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969).

CONSCIENTES de que o direito de asilo constitui um direito humano fundamental conforme o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948).

REITERANDO que todo Estado tem o direito, no exercício de sua soberania, de conceder asilo a qualquer pessoa que o solicite.

DECIDEM:

Destacar o compromisso histórico de todos os países latino-americanos com o Direito de Asilo.

Reiterar a importância de observar plenamente o Direito de Asilo e suas implicações em conformidade com as normas vigentes.

Reafirmar o direito inalienável de todo Estado de conceder asilo. Esse direito não deve ser restringido nem limitado em sua extensão em nenhuma hipótese.

Sublinhar que os Estados não têm o direito de impedir seus cidadãos de solicitar asilo, nem tampouco de impedir a implementação desse direito fundamental por qualquer meio. É fundamental assegurar que seja garantido o direito dos asilados de transitar com segurança até o país que tenha concedido o asilo.

Repudiar as ações que possam restringir a possibilidade dos Estados de conceder e implementar de forma plena o Direito de Asilo e, nesse sentido, repudiar toda tentativa de pressão, intimidação ou criminalização de um Estado ou de terceiros sobre a decisão soberana de qualquer nação de conceder asilo.

Solidarizar-se com os Governos da Bolívia, Equador, Nicarágua e Venezuela, que ofereceram asilo humanitário ao Senhor Edward Snowden.

19

Montevideú, 12 de julho de 2013.

19

RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL NO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA
MINISTRO RUI ANTONIO JUCA PINHEIRO VASCONCELLOS
(2014-2015)

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão - que tem por objetivo central atender exigência da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal - reflete, de modo sintético e simplificado, a contextualização dos acontecimentos observados, das ações realizadas e das dificuldades enfrentadas pela Embaixada do Brasil em La Paz no período de 01 de março de 2014 a 30 de junho de 2015, fase na qual, dadas as circunstâncias especiais vividas pelo Posto, vi-me compelido a coordenar e/ou a conduzir os trabalhos da Embaixada - seja na qualidade de Encarregado de Negócios, a.i., seja na condição de segundo diplomata mais graduado nos momentos em que o Posto se encontrava sob a Encarregatura de um dos quatro Ministros de Primeira Classe enviados em Missão Transitória a La Paz naquele período¹.

SEÇÃO I – Contextualização / Relações Bilaterais

POLÍTICA INTERNA

O acompanhamento, o relato e a análise do cenário político-eleitoral boliviano constituíram atribuições centrais da Embaixada em La Paz neste último ano e meio, período no qual dois grandes acontecimentos balizaram o debate político local, quais sejam: (i) as eleições presidenciais e legislativas de outubro de 2014; e (ii) as eleições regionais e municipais de março de 2015. Além de servirem de instrumento de medição e teste da força e da popularidade das hostes governistas, ambos os escrutínios alimentaram polêmicas acerca do futuro da democracia e das instituições bolivianas. Ganhou especial realce, no âmago dos debates, a questão da eventual perpetuação do Presidente Evo Morales no poder.

Depois de eleger-se em dezembro de 2005 e de reeleger-se em 2009, o Presidente Evo Morales concorreu pela terceira vez graças a uma controversa interpretação da Corte Suprema acerca dos dispositivos constitucionais que estabelecem em dois mandatos o limite para a permanência de um mandatário no poder. De acordo com o parecer da Corte, o partido *Movimiento al Socialismo* (MAS) estava habilitado a lançar nova candidatura do Presidente Evo Morales, uma vez que o primeiro mandato não era passível de computação, por ter sido conquistado antes da promulgação da nova Constituição que fundou, em 2009, o Estado Plurinacional da Bolívia. A “teoria da refundação” do Estado boliviano e o subsequente lançamento de uma terceira candidatura

do Presidente Evo Morales provocaram fortes críticas de importantes segmentos da opinião pública e da oposição, que protestaram contra a suposta subserviência do Poder Judiciário e protocolaram queixas junto a foros e organizações internacionais, dentre eles a OEA.

Não obstante, o Presidente Evo Morales conquistou facilmente o seu terceiro mandato consecutivo, já no primeiro turno das eleições, com aproximadamente 61% dos votos válidos. Foi o candidato mais votado em quase todos os nove Departamentos do país – a exceção ficou por conta do Departamento do Beni, um dos tradicionais bastiões de oposição ao Governo Evo Morales. O MAS consolidou-se, por tabela, como força amplamente majoritária nas duas Casas da Assembleia Legislativa Plurinacional, obtendo mais de 2/3 das cadeiras da Câmara e do Senado, o suficiente para assegurar a aprovação de seus projetos e até mesmo de emenda constitucional que institua a possibilidade de reeleições indefinidas. Vale registrar que a contundente vitória do Presidente Evo Morales e dos candidatos do partido oficial nas eleições do ano passado acabou facilitada, em boa medida, pela fragmentação das forças oposicionistas.

Em 31 de março de 2015, a Bolívia realizou eleições municipais e departamentais, sendo que o segundo turno em alguns Departamentos e municípios ocorreu em maio de 2015. Nessas eleições, à diferença das realizadas em nível nacional, o MAS alcançou apenas 37,6% dos votos válidos, o que alimentou especulações sobre um pretenso declínio do partido governista e, por conseguinte, de seu maior líder. O partido manteve, por um lado, sólido apoio e presença em nível nacional e consolidou maioria na quase totalidade das assembleias legislativas dos Departamentos e das prefeituras. Perdeu, entretanto, nos Departamentos de La Paz, Santa Cruz e Tarija, além dos municípios de La Paz, Santa Cruz e Cochabamba. O governo foi derrotado, também, no emblemático município de El Alto, tradicional reduto da população indígena que migrou do campo para as imediações da capital. Ressalte-se, ainda, que os resultados favoráveis alcançados pelo MAS nos Departamentos de Chuquisaca e do Beni dependeram de decisões polêmicas do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), que cassou candidaturas e invalidou votos de oposição às vésperas do escrutínio. Na verdade, o grande derrotado das eleições nacionais e regionais parece ter sido mesmo a justiça eleitoral, cuja atuação sofreu, ao longo dos últimos seis meses, sucessivas e contundentes críticas de parte do governo e da oposição, bem como sérios reparos das missões de observadores internacionais (OEA, UNASUL e Mercosul). Em seguimento às críticas e pressões sofridas, os sete juízes do TSE renunciaram a seus cargos em maio passado, dando início a um processo de reforma nas regras de seleção dos novos magistrados.

ECONOMIA E COMÉRCIO

Entre março de 2014 e junho de 2015, a economia boliviana continuou a dar mostras de dinamismo e a exibir índices de crescimento superiores à média dos países da América do Sul. De acordo com o Ministério de Economia e Finanças Públicas do país, o PIB boliviano registrou crescimento de 5,5% em 2014, sendo que estimativas, para o corrente ano, inclusive do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), apontam expansão novamente superior a 5%. O registro de significativas taxas de crescimento ao longo da última década - com média superior a 4% ao ano – permitiu que a Bolívia quadruplicasse seu PIB no período de 2000 a 2014, passando de 8,3 bilhões de dólares,

naquele ano, para 32,5 bilhões de dólares em 2014. O bom momento da conjuntura macroeconômica boliviana é corroborado por outros relevantes números exibidos nos últimos anos, quais sejam: inflação de 5,19% em 2014, com previsão de 5,5% para 2015; taxa de desemprego urbana de 3,2% em 2014; reservas internacionais da ordem de 15,12 bilhões de dólares (cerca de 47% do PIB); dívida pública interna do Banco Central de 3,61 bilhões de dólares (11% do PIB) em dezembro de 2014; o Investimento Externo Direto (IED) no país alcançou 2,1 bilhões dólares em 2014.

Os indicadores econômicos positivos têm reflexo na ampliação da distribuição de renda e na melhoria das condições de vida da população. Na última década, a porcentagem da população boliviana em situação de pobreza caiu de 51% para 35%, o que representou a ascensão social de aproximadamente um milhão e meio de bolivianos. O PIB per capita do país triplicou, passando de 994 dólares em 2000 para cerca de 3 mil dólares em 2014. A Bolívia atingiu antecipadamente quase todas as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

No tocante ao comércio exterior boliviano, as exportações totais do país também apresentaram notável crescimento no período de 2000 a 2014, passando de 1,2 bilhão para 12,8 bilhões de dólares (dez vezes mais). Verifica-se, no entanto, tendência de redução no ímpeto das exportações, com variação de +5,3% em 2014 e de +3,3% em 2013 (contra +28,95% em 2012 e +31,3% em 2011). Como as importações somaram 10,5 bilhões de dólares em 2014, a balança comercial naquele ano apresentou superávit de 2,3 bilhões, montante 19,6% inferior ao observado em 2013 – note-se que o valor é praticamente o mesmo do superávit registrado com o Brasil no ano passado, que foi de 2,2 bilhões de dólares.

Principal parceiro comercial da Bolívia, o Brasil constituiu o destino de cerca de 30% das exportações bolivianas em 2014, seguido da Argentina (19,7%) e dos Estados Unidos (15,6%). A Bolívia é o único país da América do Sul que apresenta, de forma consistente, desde 2003, superávits comerciais com o Brasil, em função das volumosas exportações de gás, que responde pela quase totalidade da pauta exportadora boliviana para o País (98,2% em 2014).

Em 2014, a China passou a ser o principal país de origem das importações da Bolívia (17,2%), deslocando o Brasil (15,8%), que vinha ocupando o primeiro lugar desde 2001. As exportações brasileiras para a Bolívia são compostas basicamente de manufaturados (96%), com destaque para a venda de máquinas e automóveis. Em 2014, as exportações brasileiras para a Bolívia aumentaram 5,1% em relação a 2013 (de 1,5 bilhão para 1,6 bilhão de dólares), ao passo que as importações diminuíram 5,4% (de 4 bilhões para 3,8 bilhões de dólares) em relação a 2013. O déficit brasileiro de 2,2 bilhões de dólares sofreu redução de 11,9% em comparação com o ano anterior.

São dois os fatores centrais por trás dos bons resultados do auto-intitulado “Modelo Econômico-Social Comunitário e Produtivo”: i) o aumento da demanda doméstica, resultado do crescimento da renda das famílias e da diminuição dos níveis de desigualdade; e (ii) a elevação do preço internacional dos hidrocarbonetos, cuja alta tributação constitui a principal fonte de receita do Estado boliviano - no período de 2000 a 2013, o valor exportado dos hidrocarbonetos, em particular o do gás natural, aumentou mais de quatro mil por cento, ao passo que o volume exportado se elevou 674%. Analistas indicam, contudo, que a excessiva dependência da economia boliviana com relação à exportação de gás natural, cujos preços tomam como referência o barril de

petróleo, e que tem no Brasil e na Argentina seus principais mercados, poderá gerar relativa dificuldade para o país caso persista o cenário de queda nos preços internacionais do petróleo.

ENERGIA E INFRAESTRUTURA

O Governo boliviano anunciou recentemente que pretende transformar a Bolívia, até o ano 2025, no “centro energético da América do Sul”. Além de dar seguimento e de ampliar a já bem-sucedida exploração do gás natural boliviano, a iniciativa pretende desenvolver o capacidade potencial de produção e exportação de energia elétrica do país. Nessa perspectiva, os setores de hidrocarbonetos e energia elétrica podem ser identificados como potenciais nichos de oportunidades de cooperação com vistas ao estabelecimento de uma agenda bilateral positiva. Vale mencionar também que a Bolívia manifesta, desde 2014, interesse na cooperação bilateral em matéria de produção e uso da energia nuclear para fins pacíficos.

No setor de hidrocarbonetos, o gás natural segue sendo o mais importante e valioso recurso natural da Bolívia, que exporta aproximadamente 55% de sua produção para o Brasil (32,5 milhões de m³/dia, em média). O “*Gas Supply Agreement*” (GSA), que constitui elemento central na relação bilateral das últimas décadas, expirará em 2019, e o acordo previu que as negociações para sua renovação poderiam ter começado no ano passado. Especialistas locais afirmam, no entanto, que a produção de gás nos campos existentes entrará em declínio a partir de 2017, e que a Bolívia não teria descoberto, ainda, reservas em quantidade suficiente para assegurar os atuais níveis de fornecimento, seja para abastecer o crescente consumo interno, seja para atender a demanda de seus tradicionais mercados externos (Brasil e Argentina). Para reverter essa situação, existe a expectativa do Governo boliviano e da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia* (YPFB) de poder contar com os investimentos da Petrobrás e das demais petroleiras estrangeiras que atuam no país.

Nessa perspectiva, os acordos entre Petrobras e YPFB, assinados em agosto de 2014, com a finalidade de eliminar pendências em relação aos pagamentos pelo chamado “gás rico” e aos descontos pelas falhas na entrega do gás, abriram caminho para as negociações para a renovação do GSA. Geraram, ainda, em cenário de escassez de energia elétrica no Brasil, as condições para prorrogação por mais dois anos, do contrato interrompível de fornecimento de gás natural à UTE Mário Covas, em Cuiabá (com volume diário adicional de 2,24 milhões de m³/dia). Contribuiu para tal desfecho a visita a Cochabamba realizada pelo ex-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Figueiredo Machado, e pelo ex-Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, com o propósito de passar em revista os temas da agenda bilateral em matéria de energia.

Em março de 2015, coube ao Ministro de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia, Luis Alberto Sánchez, chefiar delegação que manteve encontros, em Brasília, com o Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, a fim de avançar na cooperação energética bilateral. Acompanhados de representantes da Eletrobrás e da estatal Empresa Nacional de Eletricidade Bolívia (ENDE), os Ministros deram início a tratativas para a elaboração de instrumento de cooperação bilateral de caráter amplo na área de eletricidade, tendo em conta o interesse boliviano em estimular a integração elétrica em todos os níveis.

Eletrobrás e ENDE deram início à negociação de um memorando de entendimento para embasar a cooperação demandadaⁱⁱ.

Por ocasião dessa visita ao Brasil, o lado boliviano também aventou a possibilidade da participação de empresas brasileiras em processos licitatórios para a elaboração de estudos e construção de hidrelétricas em território boliviano, sendo que a principal oportunidade, neste caso, estaria representada pelo projeto de construção da hidrelétrica binacional de Ribeirão, no rio Madeira (localidade fronteira de Guayaramerin/Guajará-Mirim, com potencial geração de 3.000 MW) e da hidrelétrica de Cachuela Esperanza, no rio Beni (com potencial de 800 MW). A Bolívia sinalizou, ainda, interesse na realização de estudos de viabilidade para a operação da usina de Jirau na cota de 90 metros no período da seca, de modo a permitir o aumento da produção de energia e que a Bolívia se beneficie desse aumento. Esse interesse, porém contrasta com as críticas bolivianas à construção de Jirau e de Santo Antonio, devidas à preocupação com impactos ambientais e enchentes em território boliviano.

No campo da infraestrutura, o Governo boliviano retomou o tema do corredor rodoviário bioceânico como potencial elemento catalisador da política de desenvolvimento do país, bem como das relações bilaterais com o Brasil. Ao longo de 2014 e 2015, permaneceram, entretanto, as dificuldades de ordem técnica e política do lado boliviano, sobretudo em função do acirramento das tensões com o Chile por causa do acesso ao mar. O Presidente Evo Morales insiste em que o referido corredor seja redirecionado para o litoral sul do Peru, projeto com o qual o Brasil mostrou não estar de acordo. Ganhou igualmente realce, na Bolívia, o anúncio recente dos estudos de viabilidade para a construção, com apoio de capital chinês, do corredor ferroviário que conectaria os litorais brasileiro e peruano contornando o território boliviano. As autoridades bolivianas, no entanto, insistem na adoção de um traçado que inclua o seu país.

Registre-se que o programa boliviano de investimentos estatais em grandes obras públicas representa oportunidade ímpar para as grandes empreiteiras de capital estrangeiro, sobretudo porque as empresas nacionais não puderam adquirir, ainda, condições técnicas e financeiras para participar sozinhas nas concorrências desse gênero de projetos. A esse respeito, vale destacar o programa de reforma e de expansão da malha viária do país, que constitui uma das prioridades da política de desenvolvimento e integração regional do Governo Morales.

DEFESA E COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE COMBATE ÀS DROGAS

A Bolívia figura, há quase duas décadas, como terceiro maior produtor de folha de coca no mundo, com uma área plantada, hoje, de aproximadamente 23.000 hectares. Advindo do movimento dos plantadores de coca (“coccaleros”) da região do Chapare (Trópico de Cochabamba), o Presidente Evo Morales tem promovido política de revalorização da folha de coca, procurando marcar a distinção entre a planta e a droga (“Coca Sí, Cocaína No”). Em que pesem as evidências de que a produção de cocaína tem-se disseminado pelo território nacional, o Governo Evo Morales define a Bolívia apenas como país de trânsito da droga e invoca a necessidade da responsabilidade compartilhada para pedir cooperação internacional na matéria, desde que a mesma não viole a soberania nacional e o respeito aos direitos humanos.

O Presidente Evo Morales contrapõe os êxitos do modelo boliviano de combate ao narcotráfico à falta de resultados dos países que seguem a cartilha norte-americana. Desde que assumiu o poder, Evo Morales determinou ações destinadas a afastar a cooperação dos EUA em matéria de combate às drogas, como, por exemplo, a expulsão da DEA (2008) e da USAID (2013), sob a alegação de que tais agências interferiam indevidamente nos assuntos internos e conspiravam contra o Governo local. Principal política nacional pública para o setor, a chamada “Estrategia de Lucha Contra el Narcotráfico y Reducción de Cultivos Excedentários de Coca 2011-2015” assenta-se sobre os pilares da (i) redução da oferta, (ii) redução da demanda e (iii) redução dos cultivos excedentários da folha. Com relação a este último pilar, a Estratégia prevê estabilizar em 20 mil hectares a superfície total de plantações de coca, mediante a definição e delimitação de zonas de produção e a erradicação dos cultivos nas áreas proibidas.

O Relatório de Monitoramento de Cultivos de Coca na Bolívia, elaborado pelo UNODC, registra êxitos na redução da superfície de cultivo da folha de coca em nível nacional. A Edição 2014 do Relatório registrou diminuição da área plantada pelo terceiro ano consecutivo, com uma redução acumulada de 27%: 31.000 hectares em 2010; 27.200 ha em 2011 (- 12%); 25.300 ha em 2012 (- 7%); e 23.000 hectares em 2013 (- 9%). Por outro lado, o Governo boliviano divulgara, em novembro de 2013, os principais resultados do “Estudio Integral de la Demanda de la Coca”, que apontaram a necessidade de uma superfície de 14.705 hectares para atender a um consumo para fins tradicionais. Não obstante, em dezembro de 2014, o Vice-Ministro de Defesa Social e Substâncias Controladas (VDS), Felipe Cáceres, afirmou que o Governo espera atingir a meta de 20 mil hectares ainda em 2015, mas indicou a impossibilidade de reduzir ainda mais a área de cultivo, sob pena de criar profundos conflitos sociais. O VDS defende o apoio da cooperação internacional para promover a industrialização do cultivo excedentário e evitar, assim, o desvio do excedente de folhas para o narcotráfico.

Com a redução do envolvimento dos EUA no combate ao narcotráfico na Bolívia, o Brasil passou a ser considerado – junto com a União Europeia - importante fonte de cooperação na matéria. A Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos é o principal mecanismo regular pelo qual autoridades governamentais e policiais de ambos os países passam em revista a agenda de cooperação bilateral. Na VIII Comista (Brasília, 28-29/8/2013), as partes reuniram-se em mesas técnicas para debater, revisar pendências e assumir novos compromissos nas áreas de: a) redução da oferta; b) prevenção e redução de danos; c) cooperação jurídica; d) precursores e produtores controlados; e) lavagem de dinheiro; f) tráfico de armas; g) capacitação e treinamento; h) veículos roubados; e i) tráfico de pessoas. Caberia agora ao lado boliviano propor, para o corrente ano, as datas para a realização da IX Comista.

Os Acordos de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Boliviana, o Convênio Tripartite Brasil-Bolívia-EUA de apoio ao projeto piloto de Sistema de Controle da Redução de Cultivos Excedentários de Coca e o Mecanismo Trilateral Brasil-Bolívia-Peru constituem outras importantes iniciativas em matéria de cooperação no enfrentamento do problema das drogas.

DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS

A Bolívia vem logrando avanços em matéria de ampliação de direitos sociais, econômicos e culturais. Amparados pela sólida maioria oficialista no Legislativo boliviano, o Governo Evo Morales, destacou-se pelo continuado esforço de promover o desenvolvimento econômico com equidade, adotando políticas públicas voltadas para a redução da pobreza extrema e para a superação da histórica desigualdade social oriunda de questões étnicas, econômicas e de gênero. Segundo informe da Defensoria boliviana e de vários organismos internacionais, tais políticas tem favorecido melhor acesso a educação, alimentação, água, serviços básicos, saúde, infra-estrutura urbana, novas tecnologias e recreação.

Igualmente dignos de nota são os avanços registrados até o momento no cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com dados de entidades nacionais de estatística e de análise de políticas públicas, a Bolívia se encontra bem posicionada para atingir as metas de redução da pobreza, desnutrição e malária, ao passo que as metas de cobertura da rede de água potável foram cumpridas já em 2013; ademais, estima-se êxito parcial nos indicadores de educação e igualdade de gênero, permanecendo aquém das metas as áreas de saúde materna e infantil e de ocorrência de enfermidades como tuberculose, HIV-AIDS e doença de Chagas.

Em que pesem esses avanços, o país ainda enfrenta desafios, como bem apontou o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na ocasião, foram destacados os quatro itens centrais mais problemáticos a serem enfrentados: a) direitos da criança e do adolescente, em especial no tocante à erradicação do trabalho infantil; b) violência de gênero; c) direitos da população carcerária; e d) acesso à justiça. São frequentes, ainda, as críticas à falta de independência do judiciário e ao uso da justiça para perseguir políticos da oposição (“justicilização da política”).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Governo Evo Morales caracteriza-se pela busca crescente de protagonismo e autoafirmação do país no cenário internacional, seja pela presença mais ativa nos eventos, nas organizações e nos mecanismos de concertação política de natureza internacional, seja por meio da valorização de conceitos e costumes ancestrais - despenalização da produção da folha de coca, defesa dos direitos dos povos indígenas e da Pachamama (“Mãe Terra”), promoção do conceito de “vivir bien”, etc. É nesse contexto que devem ser observados e interpretados episódios e iniciativas que marcaram a política externa boliviana dos últimos anos, como por exemplo: a introdução e aprovação de reserva à Convenção de Viena de Entorpecentes que assegura à Bolívia o direito do consumo da folha de coca para fins tradicionais (mastigação, rituais religiosos, usos medicinais); a exaltação dos resultados e dos parâmetros da estratégia nacional de combate às drogas; o exercício da Presidência do G-77+China e a realização, em Santa Cruz, de reunião de cúpula do grupo; a oferta para sediar e organizar encontros ministeriais da ASPA, da ASA, da CELAC, da UNASUL, da ONU e do G-77+China; o enaltecimento dos números e benefícios propiciados pelo seu “modelo de desenvolvimento econômico-social-comunitário e produtivo”.

No que tange aos blocos de integração regionais, o Governo Evo Morales tem privilegiado a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), com a adoção de alinhamento automático e incondicional com os países-membros,

especialmente Cuba e Venezuela. O país vê, ademais, como estratégica a participação e a promoção de iniciativas em organismos regionais como a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos). A assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul na qualidade de membro pleno tem ensejado intenso debate interno, com notório empenho do Governo na defesa do novo foro face ao ceticismo e à preocupação dos setores empresariais e agropecuários, que preferem enaltecer o caráter de “complementariedade” econômica da Comunidade Andina (CAN). Percebe-se uma forte e por vezes agressiva retórica contra a Aliança do Pacífico, cujos mandatários chegaram a ser tachados pelo Presidente Evo Morales de “lacaio do imperialismo”.

No tocante ao relacionamento da Bolívia com seus vizinhos e com seu entorno regional, sobressai a política de hostilidade retórica ao Chile, em função da perda do litoral boliviano ocasionada pela derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883), bem como da subsequente e histórica reivindicação de “acesso soberano ao mar”. A Bolívia não mantém, desde 1962, relações diplomáticas com o Chile, exceto por um breve período nos anos setenta durante os regimes de exceção vigentes em ambos os países (1975-1978). Após várias e frustradas tentativas de equacionar bilateralmente o problema, a Bolívia decidiu, em abril de 2013, apresentar demanda perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) para obrigar o Chile a negociar “de boa fé” o acesso soberano ao mar. O Chile questionou a competência da Corte para julgar a matéria, e as exposições preliminares a esse respeito ocorreram em maio passado. As relações com o Chile encontram-se, assim, completamente condicionadas à evolução da questão marítima, o que acaba obliterando avanços em qualquer outro tema da agenda bilateral.

Notam-se recentemente tendências de reaproximação com o Peru e o Paraguai, países vizinhos com as quais a Bolívia vinha mantendo certa distância por distintos motivos. No caso peruano, as diferenças ideológicas e as acusações mútuas em relação à origem da cocaína transitada pelo país parecem ter sido superadas a ponto ter sido possível realizar, em final de junho passado, a primeira reunião do chamado Gabinete Binacional, mecanismo pelo qual os Chefes de Estado mantêm reuniões de trabalho em companhia de seus respectivos ministérios. O documento final emanado do encontro refletiu a série de ações acordadas em matéria de defesa, de segurança, de combate a ilícitos transnacionais, de meio ambiente, de integração física e de cooperação energética. Já no caso do Paraguai, a recente visita do Presidente Evo Morales a Assunção para manter encontro com seu homólogo paraguaio e assinar acordos de integração energética marcou o fim do distanciamento diplomático resultante do processo de *impeachment* do ex-Presidente Fernando Lugo. A Bolívia tem mantido excelentes e profícuas relações diplomáticas com a Argentina e com o Uruguai.

No âmbito das relações extra-regionais, a política externa do Governo Evo Morales tem como principal traço característico a hostilidade e o distanciamento com relação aos Estados Unidos. As expulsões da DEA, do Embaixador dos Estados Unidos e da USAID foram sucedidas pela decisão norte-americana de encerrar as atividades da NAS na Bolívia, bem como pelo emblemático episódio no qual o avião presidencial boliviano se viu impedido de sobrevoar o espaço aéreo da França, da Espanha e da Itália, o que levou ambos os países a atingir a pior fase da história de suas relações bilaterais. Em compensação, assiste-se à implementação de uma política de aproximação crescente com a China, país com o qual a Bolívia tem estabelecido inúmeros acordos e iniciativas

nas áreas de defesa, de cooperação técnica, de infraestrutura, de comunicação, de energia e de prospecção de recursos naturais. Além das operações de crédito que permitiram à Bolívia adquirir produtos de defesa de alto valor agregado, ganhou especial realce interno a parceria para a construção e o lançamento, em dezembro de 2013, do primeiro satélite geostacionário de telecomunicações do país. O Governo boliviano ensaia, ainda, política de aproximação com a Rússia, com destaque para os acordos de atuação conjunta na área de prospecção e exploração de reservas de gás natural na Bolívia.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

A demanda por projetos de cooperação técnica por parte do Governo boliviano é intensa e constante, sobretudo nas áreas de agricultura, saúde, educação e meio-ambiente. Na carteira atual de projetos de cooperação do Brasil com a Bolívia, há catorze iniciativas, sendo onze bilaterais e três trilaterais. Oito dos projetos bilaterais estão relacionados a atividades agropecuárias, com a participação de órgãos brasileiros diversos (MAPA, Embrapa, Conab, Emater/MG) e com o enfoque sobre variados aspectos do setor agropecuário. A carteira de projetos de cooperação bilateral inclui, ademais, a criação e manutenção, no Hospital da Mulher em La Paz, do primeiro banco de leite do país. Segue pendente, entretanto, a assinatura de projetos voltados para a modernização dos correios bolivianos e o fortalecimento do Museu Nacional de Arqueologia, com a participação do Ministério de Comunicações e do IPHAN, respectivamente.

Já o projeto trilateral Brasil-Bolívia-Itália intitulado “Amazônia Sem Fogo” foi considerado “projeto estrela” pelo Ministério de Meio-Ambiente e Águas da Bolívia, tendo sido selecionado como exemplo de “boas práticas” em informe sobre biodiversidade do G-77. Trata-se de projeto pelo qual o Ibama realiza, com apoio financeiro da cooperação italiana, atividades de capacitação para autoridades técnicas e membros da sociedade civil da Bolívia com vistas à redução de focos de incêndio nas regiões atendidas (a primeira fase resultou em redução de 95% na incidência dos focos). Ainda no âmbito trilateral, concluiu-se recentemente a negociação de acordo com Espanha e Bolívia para desenvolver atividades para melhoria da prestação dos serviços de água potável, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

Também merece ser registrada a abertura de nova vertente de cooperação relacionada a recursos hídricos com a visita do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, em maio de 2015. A iniciativa brasileira de oferecer cooperação teve o duplo propósito de suprir as necessidades na matéria e arrefecer desconfianças em relação ao aproveitamento dos recursos hidroelétricos da região do Rio Madeira. Na ocasião da visita, acordou-se com o Governo boliviano que seria de interesse mútuo a assinatura de convênio de cooperação que abrangesse quatro eixos (i) rede de monitoramento de qualidade d’água; (ii) sistemas e bases de dados; (iii) atividades de capacitação; e (iv) estabelecimento de estações telemétricas. Para tanto, combinou-se, para o futuro próximo, a realização de missão técnica conjunta da ANA e da ABC com vistas a levantar e detalhar as necessidades bolivianas e negociar os termos do instrumento a ser assinado.

Outra importante dimensão da cooperação brasileira são as atividades multilaterais de formação oferecidas pela Agência Brasileira de Cooperação em parceria com institutos técnicos brasileiros e organismos internacionais.

RELAÇÕES CULTURAIS E COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cultura brasileira, nas suas mais variadas formas de manifestações, encontra grande e inequívoca receptividade de parte do público boliviano. Com o objetivo de melhor promovê-la na sociedade local, o Setor Cultural da Embaixada propõe, aprova e executa anualmente o Programa de Difusão Cultural (PDC), o Programa de Promoção do Audiovisual Brasileiro (PPAB) e o Programa de Difusão da Realidade Brasileira (PDRB). É no marco destes Programas que o Setor apoia e/ou realiza diversas atividades destinadas a divulgar a cultura brasileira no país, tais como: a apresentação de artistas brasileiros no “Festijazz”; a difusão do já tradicional programa semanal de rádio “Sonidos de Brasil”; a promoção do “Miércoles de Cine Brasileño”; e o recém-inaugurado projeto “Jueves de Tertulias” (ou “Quintas de Sarau”), que oferece condições para que artistas amadores brasileiros e bolivianos expressem sua arte. No segundo semestre de 2015, deverá juntar-se a essas atividades de natureza recorrente o projeto “Martes de Literatura”, que visa a oferecer aos públicos de La Paz contato com a sociedade e os valores brasileiros por meio da literatura.

O Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) constitui importante vetor de promoção da cultura brasileira no país. Criado em 1958, o CCBB não só oferece ao público local os tradicionais cursos regulares e intensivos de língua portuguesa, mas também atividades culturais e sociais com o duplo objetivo de promover os costumes e valores brasileiros e de criar pontes de integração entre os dois países mediante o diálogo entre as sociedades. O CCBB é também uma das instituições autorizadas pelo Ministério da Educação a aplicar o exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).

TEMAS CONSULARES

Além do Departamento de La Paz, a jurisdição do Setor Consular da Embaixada abrange os Departamentos de Oruro, de Potosí, de Chuquisaca e de Tarija, contando com o apoio de consulados honorários nos municípios de Tarija e de Sucre (Departamento de Chuquisaca). A média de brasileiros e de estrangeiros atendidos pelo Setor é de 95 pessoas por dia, seja em pessoa, por telefone ou por email.

A maior parte da comunidade brasileira residente na Bolívia é composta por estudantes universitários que estão sob as jurisdições dos Consulados-Gerais de Santa Cruz de la Sierra e de Cochabamba. É comum que os estudantes procurem as repartições consulares brasileiras na Bolívia para se queixarem de abusos por parte da polícia e de outras autoridades bolivianas (violência, batidas policiais e extorsões), bem como de golpes aplicados por falsas autoridades educacionais no tocante à obtenção e à validação de seus diplomas.

A Bolívia situa-se, segundo informações estatísticas referentes ao exercício de 2014, em segundo lugar em número de brasileiros presos na América do Sul, precedida apenas pelo Paraguai. Dos 109 nacionais brasileiros presos no país - a maioria sob

alegação de tráfico de drogas e em prisão preventiva -, apenas 5 estão reclusos na jurisdição do Setor Consular da Embaixada em La Paz, sendo que 2 deles se encontram detidos no Departamento de Tarija.

TEMAS MIGRATÓRIOS E DE FRONTEIRA

A ampla e porosa fronteira do Brasil com a Bolívia representa desafio não só em matéria de segurança e de combate a ilícitos de natureza transnacional, mas também no âmbito da migração, da integração física, do pequeno comércio fronteiriço. São quase 3.600 km em regiões predominantemente de florestas cobertos por apenas quatro postos de controle migratório-alfandegário – a fronteira bilateral chega a ser ligeiramente maior que a do México com os Estados Unidos. Cite-se, a título de ilustração, a questão da presença ilegal de contingente expressivo de agricultores e extrativistas brasileiros nas imediações do município de Puerto Rico, a menos de 50 km da divisa do Departamento do Pando com o Estado do Acre, o que levou o Governo brasileiro a implementar, por meio da Organização Internacional de Migrações (OIM), programa de reassentamento dessas famílias no lado brasileiro da fronteira. Outros dois emblemáticos desafios a esse respeito são a questão das irregularidades da feira de produtos bolivianos em Corumbá (MS) e a situação dos bolivianos que ocupam ilegalmente terras em Puerto Arroyo, próximo a Puerto Suarez, na divisa do Departamento de Santa Cruz com o Estado do Mato Grosso do Sul.

Para estimular e conceber soluções concertadas para os desafios da área de migração e fronteiras, os Governos do Brasil e da Bolívia acordaram reativar, em 2011, mecanismo de reuniões periódicas de quatro Comitês de Integração Fronteiriça correspondentes aos quatro principais pontos de passagem da divisa bilateral: (i) Corumbá – Puerto Suárez; (ii) Cáceres – San Matías; (iii) Cobija – Brasília/Epitaciolândia; e (iv) Guayaramerín - Guajará-Mirim. As reuniões dos Comitês envolvem autoridades federais, regionais e municipais de diversas áreas de ambos os países que tratam de temas como: segurança na fronteira; preservação do meio-ambiente; migração; integração econômica; infraestrutura e transportes; educação; turismo; serviços; e questões aduaneiras. O primeiro ciclo de reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça concluiu-se em novembro de 2013 com o encontro do Comitê de Guayaramerín - Guajará-Mirim.

SEÇÃO II – Ações Realizadas

O Setor Político da Embaixada do Brasil em La Paz recebeu e prestou apoio logístico aos brasileiros que integraram as missões de observadores internacionais que acompanharam as eleições nacionais e regionais de outubro de 2014 e de março de 2015. Participou, igualmente, das reuniões nas quais os chefes das missões apresentaram ao corpo diplomático local suas respectivas metodologias de trabalho, preocupações e conclusões. A Embaixada cedeu, ainda, diplomata para integrar, pelo Brasil, a missão de observadores do Mercosul, cujo chefe foi o brasileiro Ivan Ramalho, na qualidade de Alto Representante Geral daquela organização.

No período compreendido por este relatório, o Setor Político realizou gestões e confirmou o apoio boliviano às seguintes candidaturas brasileiras: a) Embaixador João

Clemente Baena Soares, candidato a reeleição à Comissão Jurídica Interamericana (CJI), no pleito de junho de 2014, durante a XLIV Assembleia Geral da OEA; b) candidatura à Vice-Presidência da Comissão do Codex Alimentarius (CAC), nas eleições de julho de 2014, em Genebra; c) candidatura ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT), nas eleições durante a Conferência de Plenipotenciários (PP-14), de 20 de outubro a 7 de novembro de 2014; d) Professor Leonardo Nemer Caldeira Brant, candidato ao cargo de juiz do Tribunal Penal Internacional, nas eleições de dezembro de 2014, durante a XIII Sessão da Assembleia dos Estados Partes, em Nova York; e e) Senhor Ernani Argolo Checcucci Filho, que foi eleito ao cargo de Diretor de Fortalecimento de Capacidades da Organização Mundial de Aduanas (OMA), nas eleições de junho de 2015.

A Embaixada em La Paz apoiou e acompanhou a visita da Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, a La Paz, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente Evo Morales.

De janeiro de 2014 a junho de 2015, o Setor de Promoção Comercial e Temas Econômicos do Posto identificou 51 concorrências internacionais públicas bolivianas e atendeu a 377 consultas na área de comércio, investimentos e turismo. Dentre as atividades de apoio e assessoramento às empresas brasileiras, destaca-se o apoio à Embraer nas negociações (ainda em curso), para a venda de 12 aeronaves A-29 Super-Tucano e pacote logístico à Bolívia.

Cabe registrar, ainda, as seguintes principais atividades de promoção comercial e turística ao longo de 2014: (a) participação, em parceria com a Embratur, na Feira Internacional de Turismo FIT Bolívia 2014, em Santa Cruz; (b) apoio à realização de missão do BNDES à Bolívia; (c) participação, em parceria com a Câmara de Comércio Boliviano-Brasileira, em rodada de negócios no âmbito da Feira Expocruz, em Santa Cruz; (d) atuação na organização de missão da Eletrobras Sucursal Andina à Bolívia; (f) apoio à participação do grupo “Metal Brasil”, de empresas brasileiras, na feira Expocasa, em Santa Cruz; e (g) promoção, por ocasião da Copa do Mundo 2014, da exibição de vídeos institucionais da Embratur em diferentes cinemas e canais de televisão locais.

Já em 2015, sobressaíram, até o mês de junho, as seguintes atividades na área de promoção comercial e de investimentos: (a) apoio à realização de missão da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO); (b) apoio à realização da 4ª Expedição Interoceânica Brasil-Peru-Bolívia-Chile-Argentina; (c) apoio à realização da Travessia Bioceânica EGNV, do Instituto Surear, em que veículo movido a gás e etanol atravessou o corredor bioceânico; e (d) participação na Feira Internacional de Turismo FIT Bolívia 2015, em La Paz, onde o estande brasileiro foi premiado.

Ainda em 2015, a Embaixada participou de diversos seminários e encontros de natureza empresarial, bem como atuou na promoção de 16 feiras setoriais brasileiras, o que resultou na ida ao Brasil de várias empresas e/ou homens de negócios bolivianos; atuou na organização da participação de empresas do Comitê Descubra Brasil e das quatro maiores operadoras de turismo da Bolívia na feira WTM Latin America, em São Paulo; na realização de campanha promocional dos destinos turísticos do MS, resultando na realização de viagem “Fam Tour” de operadores e agências de turismo bolivianas, de

viagem “Press Trip” de jornalistas bolivianos, e de viagem de equipe de programa de tv boliviano a Mato Grosso do Sul; e na organização da “1ª Jornada de Integración del Conocimiento”, em cooperação com a Prefeitura de La Paz, trazendo especialista do Sebrae à Bolívia. Seguem em curso as tratativas para organizar: (a) missão ao Brasil da Câmara de Exportadores de Santa Cruz (CADEX), prevista para agosto; (b) realização do workshop “Amazonas-Bolívia em Bonito”, no Mato do Grosso do Sul, em parceria com a prefeitura daquela cidade e a empresa aérea Amazonas, previsto para setembro; e (c) viagem de missão do BNDES à Bolívia para fins de prospecção de projetos, em agosto.

O Setor de Energia e de Infraestrutura da Embaixada manteve, ao longo de 2014 e 2015, contatos e reuniões com autoridades e especialistas das áreas de eletricidade e petróleo (inclusive com representantes da Petrobras Bolívia), a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades que possam atender ou comprometer o interesse nacional.

Em abril de 2014, a Embaixada em La Paz apoiou, juntamente com o Consulado em Cochabamba, a missão na qual o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro de Minas de Energia passaram em revista os temas da agenda bilateral em matéria de energia.

No tocante a oportunidades na área de infra-estrutura, o Posto detectou e informou 46 concorrências públicas internacionais abertas em 2014, sendo que: 26 delas foram feitas pela “*Administradora Boliviana de Carreteras*” (ABC), relativas a estradas e pontes; 11 por outras empresas e/ou entidades estatais; 7 por governos departamentais e municipais; e 2 por Ministérios. Já em 2015, foram identificadas, até junho, 3 concorrências da ABC e 2 do governo departamental de Potosí. Não houve, entretanto, registros de participação de empresas brasileiras em licitações de obras no período em tela.

O Setor de Defesa e Combate ao Narcotráfico participou de reuniões e de atividades do Grupo Temático sobre Drogas do UNODC. Em seguimento aos compromissos contraídos por ocasião da VIII Comista sobre Drogas e Temas Conexos, apoiou e acompanhou a realização, em março de 2014, de videoconferência em matéria de prevenção e redução de danos.

O Setor de Cooperação da Embaixada recebeu e integrou, desde março de 2014 até junho de 2015, um total cinco missões técnicas a La Paz, integradas por funcionários da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ibama, dos Ministérios de Meio-Ambiente e das Cidades, da Agência Nacional de Águas (ANA), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

No período em apreço, o Posto ajudou a viabilizar a candidatura e a participação de seis técnicos bolivianos em cursos de capacitação oferecidos pela ABC em parceria com institutos técnicos brasileiros e organismos internacionais.

Houve ainda algumas atividades isoladas de cooperação humanitária, que incluíram a doação de medicamentos contra Tuberculose e Doença de Chagas e o empréstimo de helicóptero da FAB para atuar em operações de socorro às comunidades

afetadas pelas inundações nos Departamentos do Pando e do Beni em março do ano passado.

As primeiras ações do Setor Cultural da Embaixada em 2014 foram pautadas pela promoção da Copa do Mundo Brasil 2014. O Programa Brasil Voluntário, organizado pelo Ministério do Esporte, teve ampla divulgação e angariou participantes bolivianos à iniciativa. Por conta de gestões efetuadas pelo Posto, no “Marco dos 100 dias para a Copa”, a Prefeitura de La Paz concordou em iluminar, com as cores do Brasil, as Pontes Trigêmeas, uma das construções mais notáveis da cidade. O artigo do ex-jogador Ronaldo Luís Nazário de Lima foi publicado em dois dos maiores diários do país, “La Razón”, de La Paz, e “El Deber”, de Santa Cruz. O início da competição foi precedido, ainda, de entrevista coletiva com a imprensa local com vistas à divulgação dos números e dos benefícios resultantes da Copa. No jogo de abertura, a Embaixada promoveu evento com a transmissão da cerimônia de inauguração e da partida de futebol para o corpo diplomático e outros seletos convidados e formadores de opinião locais.

No primeiro semestre de 2015, o Posto divulgou amplamente, via redes sociais e palestras informativas em colégios e universidades, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), o que resultou, em relação ao ano passado, aumento de cerca de 20% da demanda por vagas em universidades brasileiras (em nível de graduação e pós-graduação)

Além de viabilizar, uma vez mais, a participação brasileira no FestiJazz, o Setor Cultural da Embaixada organizou, no Teatro Municipal de La Paz, o espetáculo “Brasil Sinfônico”.

Outro importante aspecto da atuação do Setor durante o período em tela foi o da consolidação das redes sociais como importante ferramenta de trabalho para a divulgação de todas as atividades culturais, educacionais, comerciais e turísticas da agenda bilateral em 2014. Como resultado, o perfil da Embaixada no Facebook ultrapassou a marca de 8.500 seguidores, aproximando-se do objetivo de atingir a marca 10.000 até o final de 2015.

O Setor Cultural contribuiu na logística e nos debates do seminário “Jornadas Pedagógicas”, evento organizado pela instituição cultural Simón Patiño, que teve como um dos convidados, um especialista brasileiro na obra de Paulo Freire.

O Setor promoveu, pelo sexto e sétimo anos consecutivos, o “Miércoles de Cine Brasileiro”.

O Setor também participou do “Cine Sin Fronteras”, atividade desenvolvida a partir de intercâmbio entre a Escola de Cinema e Artes Audiovisuais (ECA-Bolívia) e universidades brasileiras destinada a levar conhecimentos básicos de filmagem, roteiro, direção e produção cinematográfica a comunidades indígenas de zonas rurais/periféricas, por meio de atividades práticas e interativas. Organizou ainda, em parceria com a Cinemateca Boliviana, a “Mostra de Cinema Indígena”. Por fim, promoveu-se, no final de junho de 2015, a participação de diretor brasileiro no festival de cinema “Bolivia Lab”.

Por favorecer a diversificação da agenda cultural do Posto, por propiciar a interação com instituições locais brasileiros e por divulgarem o trabalho de artistas pouco conhecidos no país, também merece ser destacada a participação da companhia brasileira de dança “Anti Status Quo” no Festival Internacional de Teatro de La Paz.

Realizaram-se, a partir de novembro de 2014, cinco edições do evento “Jueves de Tertulias” (“Quintas de Sarau”), que constitui importante espaço de diálogo cultural entre artistas amadores brasileiros e bolivianos. Na única edição de 2014, houve apresentação de grupos de dança, leituras de poemas e apresentações musicais. Em 2015, já se realizaram outras quatro edições do evento, com significativa repercussão na imprensa local. Nessa ordem de ideias, cantores, escritores, instrumentistas, grupos folclóricos, bandas, artistas gráficos, grupos de capoeira e até uma escola de origami, dentre outros, têm enriquecido a cena artística paceña. Apoiado pela imprensa local, o projeto tem-se mostrado muito bem sucedido e já há lista de espera para apresentar-se na área social do prédio do CCBB (audiência de aproximadamente 60 pessoas)

O CCBB procurou atrair variadas atividades culturais para seus espaços privilegiados ao longo de 2014 e do primeiro semestre de 2015, tais como exposições de artistas gráficos de quadrinhos bolivianos, de fotografias do país feitas por membros do Grulac (“Miradas de Bolívia”), de origamis, de artistas plásticos locais. Sempre que possível, o Centro tem franqueado seu espaço para que artistas e intelectuais brasileiros e bolivianos, com projetos vinculados ao Brasil, realizem palestras e/ou oficinas de trabalho destinadas a aproximar as culturas de ambos os países.

Além do ensino da língua portuguesa e da aplicação do exame CELPE-Bras, o Centro Cultural Brasil-Bolívia (CCBB) realizou Seminário de Atualização de Professores e Preparo de Material didático, ministrado pela Prof^a Regina Lúcia Péret com vistas à capacitação do corpo docente e ao lançamento de debate teórico sobre a iniciativa de elaboração de método próprio do CCBB.

Com o intuito de substituir o material didático produzido na Argentina, o corpo docente do CCBB deu seguimento ao projeto de desenvolvimento de material próprio com referências à cultura e à realidade bolivianas, bem como a suas interconexões com o Brasil.

No período de março de 2014 a junho de 2015, o Setor Consular processou um total de 7472 documentos consulares que resultaram em Renda de 15 mil dólares (6.200 Atos Notariais, 6.200 Registros Civis, 811 Vistos e 390 documentos de viagem). Nesse período, realizaram-se, ainda, 18 visitas aos nacionais detidos em penitenciárias localizadas na jurisdição do Posto.

Em 2014, o Setor Consular procedeu à repatriação de dois nacionais brasileiros desvalidos e apoiou o Consulado-Geral em Santa Cruz na localização e na devolução à mãe de uma menor brasileira que havia sido trazida ilegalmente à Bolívia pelo padrasto boliviano.

No mesmo período em apreço, o Setor acompanhou, junto com escritório de assessoria jurídica, todos os trâmites legais de autópsia e liberação dos corpos de três brasileiros que vieram a falecer na cidade de La Paz, prestando a assistência consular cabível às respectivas famílias. Em um dos casos, o corpo foi repatriado. Nos outros dois, as famílias decidiram pela cremação em La Paz.

O Setor Consular, em cuja jurisdição funciona apenas uma seção eleitoral com 347 eleitores registrados, organizou com êxito os dois turnos das eleições presidenciais.

A Embaixada apoiou e acompanhou, ainda, a visita do Ministro da Justiça à Bolívia, em 1º de junho passado, para tratar do tema da migração irregular de haitianos.

Em seguimento ao encontro, intermediou as tratativas para a realização das reuniões técnicas e ministeriais entre Brasil, Bolívia, Peru e Equador, programadas para os dias 13 e 14 de julho, em Brasília.

SEÇÃO III – Dificuldades

Assim como as demais instâncias do Governo Federal - e particularmente do Itamaraty -, a Embaixada do Brasil em La Paz também se viu compelida a adotar medidas de adequação ao cenário de cortes de gastos e contingenciamento orçamentário que afetaram o desempenho e as ações idealizadas pelos seus diversos Setores, especialmente nas áreas de cultura e de cooperação técnica. No entanto, os efeitos puderam, em certas ocasiões, ser minorados com o esforço e a criatividade do corpo de funcionários da Embaixada, como foi o caso, por exemplo, da decisão de transferir, para as dependências do CCB, a realização dos “Miércoles de Cine Brasileño”, eliminando os gastos com a Cinemateca Boliviana.

Para além dos problemas financeiros enfrentados, a Embaixada assistiu, no período em tela, ao agravamento da situação de déficit de pessoal do quadro do Serviço Exterior, especialmente de diplomatas, seja em função da redução de lotação formal, da falta de preenchimento das vagas existentes ou ainda das chamadas a serviço (ou de missão transitória) dos diplomatas lotados no Posto. Do total de 13 vagas existentes até o segundo semestre de 2013, o quadro de lotação formal de diplomatas do Posto foi reduzido primeiramente para 12 e, logo depois, para 11 diplomatas. Ainda assim, desde 2010, o Posto jamais logrou atingir sua lotação máxima, sendo que, durante quase todo o segundo semestre de 2014, o Posto operou com um total de apenas 6 diplomatas, isto é, déficit de pouco menos de 50% em relação ao quadro de lotação formal em sua versão mais reduzida.

O maior e mais emblemático desafio enfrentado pela Embaixada foi, entretanto, a ausência prolongada de um Embaixador acreditado junto ao Governo boliviano, ou de um Encarregado de Negócios de alto nível que permanecesse no comando do Posto até o equacionamento da situação política que vem obliterando a aprovação do novo Embaixador designado. Ainda que os efeitos adversos dessa ausência tenham sido matizados pela qualidade e a extensão da rede de contatos institucionais montada pela equipe diplomática do Posto, a Embaixada ressentiu-se, em determinados momentos-chave, da falta de interlocução em alto nível que só a experiência de um Ministro de Primeira Classe mandatado para tal pode desenvolver. Essa situação viu-se agravada, ainda, pelos cenários de incerteza com os quais o Posto foi obrigado a lidar com relação ao futuro de sua administração, o que dificultou o desenho de estratégias de atuação de sua equipe diplomática no curto, médio e longo prazos.

SEÇÃO IV – Recomendações

No âmbito político-diplomático, seria especialmente importante buscar averiguar a receptividade das autoridades bolivianas à proposta de criar foro de interlocução política em nível de Vice-Chanceleres, a ser eventualmente denominado de "Mecanismo de Diálogo Político Brasil-Bolívia", em substituição à Comissão Mista Permanente de Coordenação, criada em 1988 e reformulada em 1994, atualmente inativa.

No plano energético, o futuro Chefe do Posto poderia dar continuidade à promoção de atuação conjunta em gestão de recursos hídricos, iniciada com a visita a La Paz do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, em maio de 2015. Poderia ainda acompanhar as negociações bilaterais que poderão ter início entre as áreas técnicas dos dois países para aproveitamento conjunto do potencial hidrelétrico do Rio Madeira (por meio da eventual construção de Usina Hidrelétrica Binacional na fronteira de Rondônia com o Departamento boliviano do Beni) e outros eventuais acordos no setor elétrico, assim como os trabalhos de renegociação do gasoduto Brasil-Bolívia (GSA) entre a Petrobras e a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

Na área de Defesa, Segurança e Combate a Ilícitos, recomenda-se ao futuro Chefe do Posto acompanhar os trabalhos do Grupo de Trabalho Brasil-Bolívia-Peru sobre Drogas e Temas Conexos, em coordenação com o Embaixador brasileiro em Lima, e as atividades da Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos.

Para o fortalecimento da integração da infraestrutura física com a Bolívia, o próximo Chefe do Posto poderá acompanhar as tratativas com vistas ao início das obras para a construção da ponte internacional sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (Departamento do Beni), prevista no "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as Cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín", firmado em Brasília em 14/02/2007. Poderá ainda negociar, com as autoridades bolivianas, novo Acordo relativo à construção de ponte sobre o Igarapé Rapirã, entre as localidades de Plácido de Castro (AC) e Puerto Evo Morales (Departamento do Pando), uma vez que o Acordo atualmente em vigor estipula que o financiamento das obras cabe ao Estado do Acre, o qual, no entanto, indica não dispor dos recursos necessários.

Entre as recomendações para o futuro Chefe do Posto na área de integração fronteiriça, ressalto a importância de continuar conferindo prioridade aos Comitês de Integração Fronteiriça Brasileiro-Bolivianos reconstituídos em 2011. Nesse contexto, seria fundamental buscar promover reunião de Vice-Chanceleres que, segundo o Acordo constitutivo dos Comitês, deverão analisar e aprovar as Atas dos encontros já realizados. Com a realização da reunião, poderá ser iniciada a nova rodada de encontros dos Comitês.

A agenda positiva Brasil-Bolívia poderia ser reforçada, ainda, pela retomada das atividades de cooperação técnica, especialmente em relação aos quatro projetos que se encontram paralisados por falta de reação do lado brasileiro (Centro de Formação Profissional Brasil – Bolívia; Fortalecimento da Empresa de Apoio à Produção de Alimentos; Modernização e Desenvolvimento do Setor Postal da Bolívia; e Desenho e Implementação do Seguro Agrário). Para tanto, recomenda-se a reativação do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, cuja primeira e única reunião ocorreu no primeiro semestre de 2012.

ⁱAs circunstâncias especiais a que me refiro são os desdobramentos do caso do asilo diplomático concedido ao Senador Roger Pinto, que, após deixar a Embaixada em 26 de agosto de 2013, ingressou no Brasil por

via terrestre e protocolou pedido de refúgio político no dia seguinte. Desde então, o Posto tem passado por várias Encarregaturas de Negócios enquanto aguarda a aprovação do nome do novo Embaixador pelo Senado Federal. Foi a partir de meu breve primeiro período na qualidade de Encarregado que passei a envolver-me progressivamente com todos os temas da Embaixada e a desempenhar informalmente a função de Ministro-Conselheiro, razão pela qual me senti confortável e habilitado a elaborar o presente Relatório. Listo, a seguir, todas as Encarregaturas de Negócios a partir do dia em que, depois de dar início a suas férias, o Embaixador Marcel Fortuna Biato acabou desligado definitivamente do Posto:

16/08/13 – 26/08/13 – Eduardo Paes Sabóia (Ministro de Primeira Classe)
26/08/13 – 28/08/13 – Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes (Conselheiro)
28/03/13 – 08/12/13 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
08/12/13 – 13/12/13 – Fernando de Mello Vidal (Ministro de Segunda Classe)
13/12/13 – 27/02/14 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
27/02/14 – 05/03/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
05/03/14 – 26/04/14 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
26/04/14 – 08/05/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
08/05/14 – 20/05/14 – João Luiz Pereira Pinto (Ministro de Primeira Classe)
20/05/14 – 31/07/14 – Antonio José Rezende de Castro (Ministro de Primeira Classe)
31/07/14 – 05/08/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
05/08/14 – 21/08/14 – Antonio José Rezende de Castro (Ministro de Primeira Classe)
21/08/14 – 31/08/14 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
01/09/14 – 05/12/14 – Carlos Alberto Simas Magalhães (Ministro de Primeira Classe)
05/12/14 – 15/01/15 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
15/01/15 – 14/02/15 – Antonio José Rezende de Castro (Ministro de Primeira Classe)
14/02/15 – 30/03/15 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
30/03/15 – 09/04/15 – Carlos Luís Duarte Villanova (Conselheiro)
09/04/15 – 12/04/15 – Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Conselheiro)
12/04/15 – 09/06/15 – Tovar da Silva Nunes (Ministro de Primeira Classe)
09/06/15 – 14/07/15 - Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Cons. / Ministro de Segunda Classe)
15/07/15 – 07/08/15 – João Alberto Dourado Quintaes (Ministro de Segunda Classe)
08/08/15 – - Rui Antonio Jucá Pinheiro de Vasconcellos (Ministro de Segunda Classe)

ⁱⁱ Realizou-se, em 16/07, na sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília, cerimônia de assinatura entre os Ministros Eduardo Braga e Luis Alberto Sánchez Fernández do Termo Aditivo ao Memorando de Entendimento em Matéria Energética de 2007, bem como do Memorando de Entendimento entre a Eletrobras e a ENDE.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 77, DE 2013** **(Nº 339/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Os méritos do Senhor Raymundo Santos Rocha Magno que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma longa traço decorativo final.

EM nº 00235/2013 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00235 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

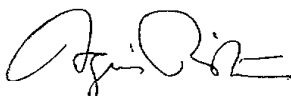
Brasília, 28 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE ÁGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO

CPF.: 116.604.731-87

ID.: 5715 MRE

1953 Filho de Raymundo Fernando Pantoja Magno e de Maria do Horto Santos Rocha Magno, nasce em 11 de abril, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 CPCD - IRBr
 1978 Direito pela Associação de Ensino Unificado de Brasília/DF
 1981 CAD - IRBr
 CAE - IRBr, A Organização dos Estados Americanos: dispositivos para a promoção e a defesa da democracia. A suspensão de membros de acordo com o Protocolo de Washington, de 14 de dezembro de 1992

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário
 1978 Segundo-Secretário
 1982 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1990 Conselheiro, por merecimento
 1996 Ministro de Segunda Classe
 2005 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975 Departamento Consular e Jurídico, assistente
 1975 Divisão Consular, assistente
 1976 Cerimonial, assistente
 1976 Divisão de Informação Comercial, assistente
 1977 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
 1978 Embaixada em Bonn, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
 1981 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1985 Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário
 1987 Divisão da América Meridional II, Chefe, substituto
 1990 Divisão de Protocolo, Chefe, substituto e Chefe
 1991 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Conselheiro
 1995 Ministério das Comunicações, Gabinete do Ministro, Assessor de Gabinete
 1998 Embaixada em Montevidéu, Ministro-Conselheiro
 2003 Cerimonial, Subchefe
 2006 Presidência da República, Gabinete da Ministra-Chefe da Casa Civil, Assessor Especial
 2007 36ª Assembléia da Organização da Aviação Civil Internacional, Montreal, Chefe de delegação
 2008 Delegação Permanente junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal, Delegado Permanente
 2008 Grupo de Trabalho sobre Governança do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, Presidente
 2008 Quarta Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (COP-MOP 4), Bonn, República Federal da Alemanha, Chefe de Delegação
 2008 Nona Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 9), Bonn, República Federal da Alemanha, Chefe de Delegação

- 2008 Comitê de Transporte Aéreo do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, Presidente
- 2009 Conferência Diplomática sobre Compensação por Danos Causados por Aeronaves a Terceiros Advinda de Atos de Interferência Ilícita ou de Risco Geral, Montreal, Chefe de Delegação
- 2009 Reunião de Alto Nível sobre Aviação Civil Internacional e Mudança do Clima, Montreal, Chefe de Delegação
- 2009 Conferência sobre Aviação e Combustíveis Alternativos, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação
- 2009 Conferência Diplomática sobre a Criação da Organização Sul-americana de Navegação Aérea e Segurança Operacional, Brasília, Chefe de Delegação e Presidente da Conferência
- 2010 Conferência Ministerial: Diálogo sobre a Segurança da Aviação Civil, Cidade do México, 16 e 17 de fevereiro, Chefe de Delegação
- 2010 Conferência de Alto Nível sobre Segurança Operacional em Aviação Civil, Montreal, 29 de março a 1 de abril, Chefe de Delegação
- 2010 Conferência sobre Segurança Operacional e Meio Ambiente, Galápagos, Equador, 6 a 9 de abril de 2010, Chefe de Delegação
- 2010 Forum da Organização de Aviação Civil Internacional sobre Busca e Salvamento na Aviação Civil, Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, 21 e 22 de junho de 2010, Chefe de Delegação
- 2011 Embaixada em Bucareste, Embaixador
- 2013 11ª Conferência das Partes da Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas (COP 11), Bucareste, Romênia, Chefe de Delegação

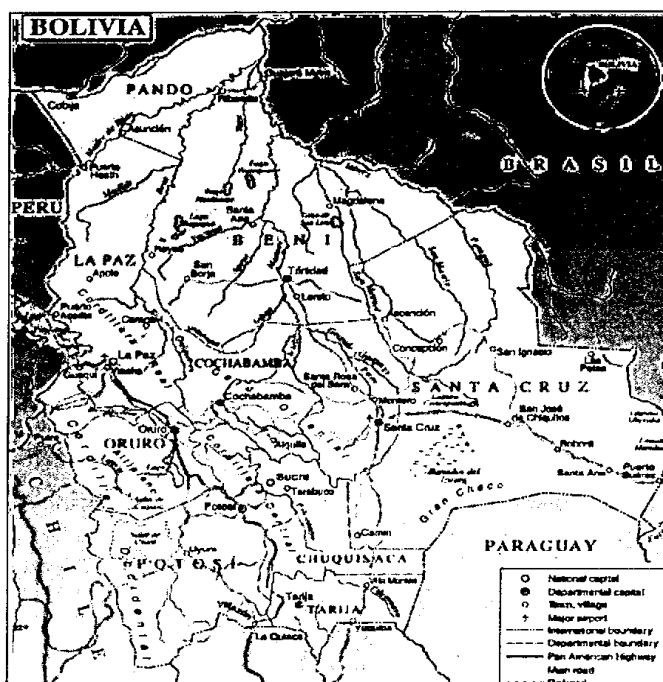
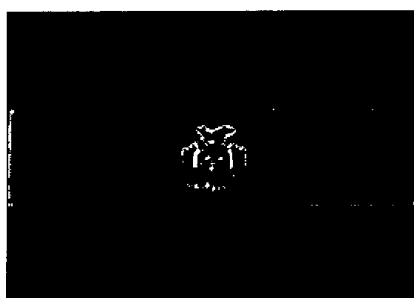
Condecorações:

- 1981 Ordem do Mérito, República Federal da Alemanha, 1ª Classe
- 1987 Ordem da Palma, Suriname, Oficial
- 1990 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
- 1990 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1991 Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Comendador
- 1991 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador
- 1991 Ordem do Condor dos Andes, Bolívia, Comendador
- 2003 Ordem Real Norueguesa do Mérito, Noruega, Comendador
- 2004 Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador
- 2004 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 2009 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BOLÍVIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Estado Plurinacional da Bolívia
CAPITAL	La Paz (sede do governo) e Sucre (capital constitucional)
ÁREA	1.098.581 km ² (aproximadamente o dobro da área de Minas Gerais)
POPULAÇÃO	10,8 milhões de habitantes
IDIOMAS OFICIAIS	Há 37 idiomas oficiais: espanhol, aimará, araona, baure, bésiro, canichana, cavinenho, caiubaba, chácobo, chimán, esse'ejja, guarani, guarasu'we, guaráiu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacahuara, puquina, quéchua, sirionó, tacana, tapieté, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yawanawa, yuki, yuracaré e zamuco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católica (78%); protestantes (13%); sem religião (3%); outras religiões (6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista unitária
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa Plurinacional, bicameral, composta por Câmara dos Deputados e Câmara dos Senadores
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Juan Evo Morales Ayma, Presidente do Estado Plurinacional, eleito em 2006 e reeleito em 2009
CHANCELER	David Choquehuanca, no cargo desde 2006
PIB (FMI, 2012)	US\$ 26,2 bilhões
PIB PPP (FMI, 2012)	US\$ 55,4 bilhões
PIB PER CAPITA (FMI, 2012)	US\$ 2.543
PIB PPP PER CAPITA (FMI, 2012)	US\$ 5.374
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2012)	5% (2012); 5,1% (2011); 4,1% (2010); 3,3% (2009); 6,1% (2008)
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2012)	0,663 (107ª posição entre 185 países; Brasil é o 84º, com 0,730)
EXPECTATIVA DE VIDA	66,6 anos (Brasil: 73,5 anos)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	90,7% (Brasil: 90%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,5%
UNIDADE MONETÁRIA	boliviano (USD 1,00 = Bs 6,97)
EMBAIXADOR DA BOLÍVIA EM BRASÍLIA	Jerjes Justiniano
COMUNIDADE BRASILEIRA	32.000 (estimativa de 2012)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Bolívia	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (jan-maio)
Intercâmbio	882	1.253	1.575	2.150	2.452	3.994	2.569	3.395	4.374	4.904	2.262
Exportações	362	540	585	702	851	1.136	919	1.162	1.511	1.472	613
Importações	520	713	990	1.448	1.601	2.858	1.650	2.233	2.863	3.431	1649
Saldo	-158	-173	-405	-746	-750	-1.722	-731	-1.070	-1.352	-1.958	-1.036

PERFIL BIOGRÁFICO

Juan Evo Morales Ayma **Presidente**

Nascido em Orinoca (Oruro) em 26 de outubro de 1959. Sindicalista e dirigente da “Federación del Trópico”, em 1988. Eleito, em 1992, Secretário Executivo daquela federação. Eleito Deputado em 1997, na condição de líder dos produtores de coca (“cocalero”) e de dirigente do *Movimiento al Socialismo* (MAS).

Eleito Presidente da República em 18/12/2005, no primeiro turno, com 54% dos votos válidos. Reeleito em 6 de dezembro de 2009, com 63% dos votos válidos.

David Choquehuanca **Ministro das Relações Exteriores**

Nasceu em 7 de maio de 1961, na comunidade de Cota Cota Baja (Província Omasuyus), Departamento de La Paz. Cursou Filosofia na Escola Normal Superior Simón Bolívar. Possui pós-graduação em História e Antropologia na Universidad Mayor de San Andrés. Em 1987, ingressou no Movimento Camponês Indígena e participou da campanha “500 Anos de Resistência”, cujo objetivo era recuperar as tradições, a forma de organização e os territórios indígenas. Em 23 de janeiro de 2006, assumiu a Chancelaria, sendo o primeiro indígena a ocupar o cargo. Firmou-se como um dos membros fortes do Gabinete de Morales, atravessando sucessivas reformas ministeriais. Dispõe de interlocução privilegiada junto aos movimentos sociais.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os primeiros contatos diplomáticos entre o Brasil e a Bolívia ocorreram na primeira metade do Século XIX, no contexto da independência de ambos os Estados. Em 27 de março de 1867, é assinado o primeiro ato internacional entre os países, o Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio. Marco fundamental nas relações bilaterais é o Tratado de Petrópolis, de 1903, negociado pelo Barão do Rio Branco, que pôs fim às disputas pelo Acre, estabelecendo as atuais fronteiras entre Brasil e Bolívia, obtidas mediante permuta de territórios acrescida de compensação financeira. Os acordos de Roboré, assinados em 1958, representam uma tentativa pioneira de estreitamento das relações econômicas, com destaque para o setor de petróleo e de transportes. Após a primeira visita presidencial, em 1984, e, sobretudo, com a firma do Acordo sobre Compra e Venda de Gás Natural Boliviano, em 1992, as relações bilaterais atingiram um novo patamar de aproximação.

Superadas dificuldades que se seguiram à nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em 2006, a agenda política e econômica foi impulsionada por uma série de encontros de alto nível, incluindo três visitas do Presidente Lula à Bolívia (2007, 2008 e 2009) e três visitas do Presidente Evo Morales ao Brasil (2006, 2007 e 2008), além de um encontro presidencial na fronteira (2009), sem mencionar os diversos contatos mantidos à margem de cúpulas multilaterais.

Atualmente, o Governo brasileiro segue conferindo prioridade às relações com a Bolívia, país com o qual o Brasil compartilha sua maior fronteira, de 3.423 quilômetros. Em vista do aprofundamento do compromisso brasileiro com a integração regional, as relações com a Bolívia pautam-se pela intenção de promover, em nosso entorno imediato, uma zona de crescimento econômico acompanhado de justiça social, com absoluto respeito à soberania dos países vizinhos e aos princípios democráticos.

O tema energético ocupa lugar de destaque na agenda bilateral. A Bolívia depende fortemente do mercado brasileiro para a exportação de sua principal *commodity*, o gás natural, atualmente responsável por 47% da pauta exportadora boliviana. Em 2012, o Brasil absorveu 31% do total das vendas externas bolivianas, dos quais 97% corresponderam ao gás natural. Em razão das exportações de gás, a Bolívia é o único país da América do Sul que apresenta, continuamente, superávit comercial com o Brasil, seu principal parceiro comercial.

Os dois países têm avançado na cooperação para combate a ilícitos transnacionais. Como resultado do interesse convergente em ampliar a cooperação bilateral na matéria, iniciativas de destaque desenvolveram-se recentemente: i) assinatura de “Termo de Estratégia de Cooperação Policial” entre a Polícia Federal e a Força Especial de Luta Contra o Narcotráfico (FELCN) boliviana; ii) doação de quatro helicópteros à Bolívia (outubro de 2012); iii) assinatura de “Plano de Ação Brasil-Bolívia nas Áreas de Justiça e Interior” (dezembro de 2010); iv) implementação de projeto trilateral (Brasil-Bolívia-EUA) de monitoramento dos cultivos excedentes de coca (assinado em janeiro de 2012); e v) estabelecimento de agenda de cooperação trilateral Brasil-Bolívia-Peru (novembro de 2012).

Merece destaque, ainda, a apreensão, pelo Governo boliviano, de 497 veículos roubados no Brasil e levados à Bolívia, dos quais aproximadamente 340 já foram reconduzidos ao território brasileiro para devolução a seus legítimos proprietários.

A formulação de políticas para a região de fronteira contou com renovado impulso após o relançamento, por acordo firmado em março de 2009, dos Comitês de Integração Fronteiriça, que já se reuniram em Corumbá/Puerto Suárez (setembro de 2011), Brasileira-Epitaciolândia/Cobija (outubro 2012) e Cáceres/San Matías (abril de 2013).

No que respeita à cooperação técnica bilateral, atualmente o programa conta com quatorze projetos, dos quais dez estão em execução, três em processo de assinatura e um em negociação. Entre os temas identificados pelo Governo boliviano como prioritários, ressaltam-se a agricultura e a segurança alimentar, que contam com seis dos projetos em execução.

Com vistas a atender à comunidade de brasileiros na Bolívia, estimada em aproximadamente 30 mil pessoas, a rede consular brasileira no país conta, além do respectivo setor da Embaixada em La Paz, com os Consulados-Gerais em Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Cobija; Consulados em Guayaramerín e Puerto Suárez; Consulados honorários em Tarija, San Ignacio de Velasco e Sucre. A assistência a brasileiros no país, sempre prestada com sentido de prioridade, lida com situações de elevada complexidade, dentre as quais se destacam o reassentamento de brasileiros residentes na faixa de fronteira boliviana; a regularização de estudantes universitários; e o tratamento a brasileiros detidos em penitenciárias bolivianas.

Com respeito a esse último ponto, cabe mencionar o caso de doze brasileiros detidos após partida de futebol entre Corinthians e San José, realizada em 20/2/2013, em Oruro, em decorrência de incidente que levou à morte do menor boliviano Kevin Douglas Beltrán Espada, atingido por um sinalizador disparado por torcedores do Corinthians. Como resultado de gestões realizadas pelo Governo brasileiro, sete dos doze torcedores foram libertados, em 06/06/13, pelo Ministério Público boliviano e regressaram a São Paulo. Os cinco restantes permanecem em prisão preventiva na penitenciária de San Pedro – dois deles indiciados como autores do crime por portarem sinalizadores, e os outros três acusados como cúmplices. A Embaixada do Brasil em La Paz continua acompanhando o desenvolvimento do processo na Justiça boliviana.

POLÍTICA INTERNA

Evo Morales foi eleito, em dezembro de 2005, Presidente da República pelo “*Movimiento Al Socialismo – MAS*”, com cerca de 54% dos votos, sob as bandeiras de promover uma “Revolução Democrática e Cultural” e de fundar um “Estado Plurinacional”, cuja característica central se exprime na emancipação da maioria populacional originária. Morales foi reeleito em 2009, com 64% dos votos válidos, para cumprir mandato até início de 2015. Na ocasião, o MAS obteve expressiva vitória de dois terços da Assembleia Plurinacional (Congresso Nacional).

Além do simbolismo político representado pela conquista inédita da Presidência por um indígena, da etnia aimará, em país formado por cerca de 70% de população de origem indígena, o Governo Morales obteve importantes avanços sociais. Na última década, a porcentagem da população boliviana em situação de pobreza caiu de 51% para 35%, segundo dados da CEPAL. Contribuem para esse resultado a ampliação de gastos sociais – em mais de 50% em 2012 – e a implementação de programas de transferência direta de renda a camponeses e segmentos urbanos de baixa renda: Juana Azurduy (auxílio maternidade); Juancito Pinto (educação infantil) e Renta Dignidad (aposentadoria).

O desafio político do Governo tem sido o de recompor sua desgastada imagem junto a setores de suas bases tradicionais de apoio – sindicatos, movimentos sociais e grupos indígenas. A relação governo-bases foi abalada por episódios como o “gasolinazo” – aumento médio de 77% no preço dos combustíveis, em fins de 2010, logo revogado – e a mobilização contrária à construção da rodovia Villa Tunari–San Ignacio de Moxos, cujo trecho II cortaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), área de preservação ambiental habitada por tribos indígenas. Registre-se, ainda, a eclosão de greve geral nas primeiras semanas de maio passado, motivada pela demanda de aumento das pensões dos aposentados e suspensão no dia 22/5, após negociação de reforma parcial da Lei de Pensões.

O atual debate centra-se na possibilidade de reeleição de Morales em 2014. O Tribunal Constitucional Plurinacional acolheu a tese da legalidade da postulação à reeleição. No mesmo sentido, o Legislativo boliviano aprovou, em 15/5/13, a interpretação de que o presidente Evo Morales tem direito a concorrer à reeleição, o que lhe permitiria permanecer no cargo até 2020. Ambos os Poderes consideraram que o primeiro mandato de Morales, em 2006, foi interrompido por uma nova Constituição, em 2009, e, portanto, não teve validade jurídica.

A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, de 2009, consagra, em seu artigo 11º, três formas de exercício da democracia: direta; comunitária e representativa. O funcionamento da vertente representativa da democracia boliviana ocorre por meio da Assembleia Legislativa bicameral, único órgão capaz de aprovar leis com vigência em todo o território boliviano. A Assembleia Legislativa é formada por uma Câmara de Deputados com 130 membros, e um Senado, com 36 membros, sendo quatro representantes de cada Departamento. O número de Deputados por Departamento é proporcional à população, sendo garantida representação mínima, definida em lei, para aqueles com população reduzida. Todos os membros da Assembleia são eleitos por voto secreto, universal e direto, para mandatos de cinco anos, sendo facultada apenas uma reeleição consecutiva.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa boliviana tem-se orientado, em linhas gerais, pela promoção do desenvolvimento, com respeito aos recursos naturais do país; ênfase na integração com países vizinhos; diversificação de parcerias diplomáticas; projeção de agendas prioritizadas no plano interno, como redução da pobreza e proteção ao meio ambiente.

Na América do Sul, a inserção do país contou com renovado impulso após a assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, em 07/12/2012, por ocasião da Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. Após aprovação pelos Congressos dos Estados Partes, a Bolívia deverá tornar-se o sexto membro do bloco. A Chancelaria boliviana, ao manifestar interesse em dar celeridade ao cumprimento dos requisitos necessários à plena incorporação ao bloco, sinalizou não haver incompatibilidade entre a entrada no MERCOSUL e a manutenção de compromissos assumidos junto à Comunidade Andina (CAN).

Verificou-se, durante o Governo Evo Morales, afinidade política entre Bolívia e Venezuela, refletida não apenas na adesão boliviana à Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), mas também no incremento de projetos de cooperação entre os dois países.

O relacionamento com o Chile, país com o qual a Bolívia não mantém relações diplomáticas desde março de 1978, permanece conflitivo. O principal tema bilateral é o pleito boliviano de recuperar o acesso ao Pacífico. A Bolívia apresentou, em 24/4/13, demanda contra o Chile na Corte Internacional de Justiça (CIJ).

No plano hemisférico, sofreu desgaste a relação com os EUA. Motivada por divergências de fundo ideológico e deflagrada, em larga medida, por desentendimentos relativos às políticas de combate ao problema das drogas, a crise no relacionamento envolveu incidentes como a expulsão recíproca de Embaixadores, a suspensão da Bolívia do *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA) e o encerramento das atividades da *Drug Enforcement Administration* (DEA) na Bolívia. Dois episódios recentes indicam o agravamento das tensões entre Bolívia e EUA: (a) no dia 01/5/2013, o Presidente Evo Morales anunciou a expulsão da *United States Agency for International Development* (USAID) do país; e (b) em 23/5/13, o Subsecretário norte-americano de Combate ao Narcotráfico, William Brownsfield, anunciou o encerramento das atividades da *Narcotics Affairs Section* (NAS) na Bolívia.

Na busca por "equilíbrios transcontinentais", o Governo boliviano envia esforços voltados à aproximação com Irã, Rússia e China, que manifestou interesse em participar do processo de industrialização dos recursos minerais bolivianos e em financiar importantes projetos nas áreas de tecnologia e de infraestrutura.

No âmbito multilateral, a diplomacia boliviana comemorou a readmissão do país na Convenção das Nações Unidas sobre Entorpecentes, de 1961, em janeiro de 2013. Com o reingresso, o país faz reserva às normas que vedam a mastigação da folha de coca (art. 49, II, "e"). A Bolívia havia se retirado da Convenção em junho de 2011, na esteira de fracassada tentativa de emendar o instrumento com vistas a acolher exceção do cultivo da coca para uso tradicional.

ECONOMIA

A economia boliviana vem registrando razoáveis taxas de expansão ao longo dos últimos cinco anos, tendo o crescimento real de seu PIB sido de 4% ao ano (medido a preços correntes, atingiu US\$ 24 bilhões em 2012), influenciada pelo bom desempenho dos hidrocarbonetos. Permanecem como grandes desafios aos formuladores de política econômica: promoção do desenvolvimento social; diversificação da base econômica; atração de investimentos; e aprimoramento da infraestrutura do país.

A conjuntura macroeconômica do país é considerada estável, em virtude da adoção de medidas ortodoxas, sobretudo no que concerne à esfera fiscal. Estimativas para o PIB de 2013 apontam crescimento de 5%, um dos maiores índices da região, com controle das contas públicas e superávit nominal. A inflação registrada em 2012 foi de 4,54%. Segundo dados do Banco Central da Bolívia, o investimento externo direto (IED) chegou a US\$ 577 milhões no primeiro semestre de 2012.

Conforme dados da "Fundación Milenio", na comparação entre 2011 e 2012, a dívida interna passou de US\$ 4,969 bilhões a US\$ 4,923 bilhões, com redução de 0,9%. A dívida externa pública, de acordo com relatório do Banco Central da Bolívia, em dezembro de 2012, montava a US\$ 4,281 bilhões, valor superior em 19% ao saldo de dezembro de 2011. Os indicadores da dívida mostram grande folga no perfil da

dívida externa boliviana: a relação serviço da dívida sobre exportações chega a 4,8% (frente ao valor de referência de 20%); e a razão saldo da dívida sobre PIB alcança 14,9% (valor de referência de 40%).

Os auspiciosos indicadores econômicos têm-se refletido em ampliação da distribuição de renda e na melhora das condições sociais. Na última década, a porcentagem da população boliviana em situação de pobreza caiu de 51% para 35%, o que representa quase 1,5 milhões de bolivianos saindo da pobreza. O país tem sido exitoso em atingir os "Objetivos do Milênio" para redução da fome e da miséria: a porcentagem de crianças menores de 3 anos com desnutrição crônica baixou de 37,7% (1989) para 20,3% (2008) e a de crianças menores de 5 anos com desnutrição crônica reduziu-se de 13,2% (1989) para 6,1% (2008). Em 2012, o salário mínimo teve aumento de 22,6%. Os programas sociais do governo, destinados a estudantes, crianças, gestantes e idosos, contemplam mais de 3,6 milhões de pessoas (cerca de um terço da população) e têm tido importante impacto no incremento do consumo interno.

Em matéria de comércio exterior, a Bolívia tem-se beneficiado dos altos preços internacionais das *commodities* que exporta. Em 2012, as exportações alcançaram US\$ 11,6 bilhões (27% superiores ao total obtido no mesmo período do ano anterior). As importações atingiram US\$ 8,2 bilhões (variação de 7,9% com relação a 2011). O resultado foi superavitário em US\$ 3,4 bilhões no período. A balança comercial superavitária possibilitou crescente acúmulo de reservas internacionais, que atingiram US\$ 14 bilhões em 31 de dezembro de 2012.

As exportações de hidrocarbonetos representaram 80% das vendas da Bolívia para o exterior. A empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) encerrou o ano de 2012 com receita de US\$ 4,2 bilhões, o que representa aumento de 40,5% em relação ao registrado em 2011 (US\$ 2,98 bilhões). A exportação de gás alcançou volume médio de 31,52 bilhões de m³/d para o Brasil e 16,15 bilhões de m³/d para a Argentina. O consumo interno foi em média de 9,89 bilhões m³/d.

Devido às compras de gás natural, o Brasil continua a ser o principal sócio comercial da Bolívia, tendo recebido 31,45% das exportações do país em 2012. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia, as exportações para o Brasil passaram de US\$ 3,030 bilhões em 2011 para US\$ 3,665 bilhões em 2012, com crescimento de 20,9% no período. Quase a totalidade daquele montante, 97,31%, no entanto, são referentes somente ao gás natural. O Brasil ocupa também o primeiro lugar entre os principais países de origem das importações da Bolívia, com o valor de US\$ 1,523 bilhão, correspondente a uma participação de 18,39% em 2012. As importações de origem brasileira são compostas em mais de 98% por produtos manufaturados.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

• 1561: Fundação do povoado de Santa Cruz de la Sierra.
• 1561: Território boliviano do "Alto Peru" é incorporado ao Vice-Reinado do Peru. Sede em Lima.
• 1780: Rebelião de Tupac Amaru II, líder indígena.
• 1825: Declaração de Independência da Bolívia.
• 1879: Início da Guerra do Pacífico.
• 1884: Fim da Guerra do Pacífico contra o Chile. Bolívia perde acesso ao Oceano Pacífico.
• 1903: A região do Acre é vendida ao Brasil (Tratado de Petrópolis).
• 1932 – 1935: Guerra do Chaco. A Bolívia é derrotada pelo Paraguai.
• 1951: Victor Paz Estenssoro é eleito presidente.
• 1952: Revolução de 1952 promovida pelo MNR (<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario</i>).
• 1952: Início da reforma agrária na Bolívia. Fortalecem-se os sindicatos.
• 1964: Junta militar derruba o Presidente Paz Estenssoro.
• 1969: Morte do Presidente René Barrientos. Agrava-se a instabilidade política na Bolívia.
• 1971: General Hugo Bánzer Suárez toma o poder, suspende eleições e extingue partidos políticos.
• 1978: Renúncia de Hugo Bánzer inicia novo período de golpes de Estado.
• 1980: Elege-se presidente Hernán Siles Zuazo. Segue-se golpe do Gal. Luiz Garcia Meza.
• 1981: Meza é deposto, acusado de ligações com o narcotráfico.
• 1982: Siles Zuazo assume o poder.
• 1985: Paz Estenssoro vence eleições. Adota plano econômico ortodoxo e enfrenta sindicatos.
• 1989: Nenhum candidato obtém maioria nas eleições. Congresso escolhe Jaime Paz Zamora.
• 1993: Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR, vence eleições.
• 1996: Bolívia e Brasil acordam construir um gasoduto da Bolívia para o Brasil.
• 1996: Bolívia torna-se membro associado do Mercosul.
• 1997: Hugo Bánzer retorna ao poder nas eleições gerais.
• 1999: Início do funcionamento do gasoduto GASBOL.
• 2001: Hugo Bánzer, com câncer, renuncia à Presidência.

<ul style="list-style-type: none"> • 2002: Congresso escolhe Sánchez de Lozada no 2º turno das eleições presidenciais. No 1º turno, Lozada obtivera 22,5% dos votos válidos, e o sindicalista cocaleiro, Evo Morales, 20,9%.
<ul style="list-style-type: none"> • 2003: “Guerra do gás”. Em 17 de outubro, Lozada renuncia. Assume o Vice, Carlos Mesa.
<ul style="list-style-type: none"> • 2005: Referendo popular aprova nova lei que prevê a nacionalização dos hidrocarbonetos.
<ul style="list-style-type: none"> • 2005: Em 18 de dezembro, Evo Morales (Movimiento al Socialismo) vence no 1º turno das eleições presidenciais (53,74% dos votos válidos).
<ul style="list-style-type: none"> • 2006 : Evo Morales toma posse em 22 de janeiro.
<ul style="list-style-type: none"> • 2006: Efetivada em 1º de maio a nacionalização dos hidrocarbonetos. É a 3ª na história boliviana.
<ul style="list-style-type: none"> • 2006: Bolívia adere à ALBA (Venezuela e Cuba). Cresce influência venezuelana na Bolívia.
<ul style="list-style-type: none"> • 2006: Iniciam-se os trabalhos da Assembléia em 15 de agosto.
<ul style="list-style-type: none"> • 2006: MAS vence em contagem nacional referendo sobre autonomias (56% dos votos). Departamentos opositores da “Meia Lua” votam, porém, a favor da autonomia.
<ul style="list-style-type: none"> • 2007: Em outubro, oposição critica repasse para fundo previdenciário de 30% do imposto sobre gás destinado originalmente aos Departamentos.
<ul style="list-style-type: none"> • 2007: Repressão em novembro a protestos em Sucre contra a aprovação da nova Constituição causam três mortes.
<ul style="list-style-type: none"> • 2007: Em 16 de dezembro, parlamentares do MAS aprovam nova Constituição.
<ul style="list-style-type: none"> • 2007: No mesmo dia, Departamentos opositores da “Meia Lua” anunciam Cartas Autônomicas.
<ul style="list-style-type: none"> • 2008: Governo central anuncia referendos sobre nova constituição; reeleição presidencial indefinida; limite de concentração de terras; e confirmação do Presidente e Governadores.
<ul style="list-style-type: none"> • 2008: Início em janeiro de entendimentos entre Presidente Morales e Governadores opositores.
<ul style="list-style-type: none"> • 2008: Entre maio e junho, os Departamentos da "Meia-Lua" realizam seus referendos autonômicos, com ampla vitória do “sim”.
<ul style="list-style-type: none"> • 2008: Em 10 de agosto é realizado o referendo revogatório dos mandatos de Presidente, Vice-Presidente e Governadores. Morales é confirmado no cargo com 67,4%. Os Prefectos da meia-lua também são confirmados com votações expressivas.
<ul style="list-style-type: none"> • 2008: Em 28 de agosto o Presidente Morales emite decreto supremo, convocando os referendos de aprovação constitucional e dirimidor. A oposição inicia violentos protestos.

- 2008: Em outubro é alcançado acordo congressual entre Governo e oposição, que modificou 144 artigos da CPE e convocou os referendos para 25 de janeiro.
- 2009: Em 25 de janeiro, são realizados os referendos constitucional e dirimidor. A nova Constituição é aprovada com 61,4% dos votos.
- 2009: Em 6 de dezembro, são realizadas eleições gerais para Presidente e Vice-Presidente do Estado Plurinacional, Deputados e Senadores. Evo Morales é reeleito com 64,2% dos votos válidos. O MAS obtém mais de dois terços dos assentos da Assembléia Legislativa.
- 2010: Em 22 de janeiro, Evo Morales toma posse para o segundo mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- | |
|---|
| • 1825: Mato Grosso incorpora a província de Chiquitos. D. Pedro I declara o ato nulo. |
| • 1867: Tratado de La Paz de Ayacucho estabelece linha Madeira-Javari como fronteira comum. |
| • 1872: Chile e Bolívia rompem relações diplomáticas. Brasil representa Bolívia em Santiago. |
| • 1879: Início da Guerra do Pacífico. O Brasil permanece neutro. |
| • 1887: Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, que todavia não é aprovado. |
| • 1899: Ex-diplomata espanhol Luís Galvez R. Arias proclama a independência do Acre. |
| • 1902: Revolução Acreana de Plácido de Castro (60 mil brasileiros opõem-se ao Governo boliviano e arrendamento ao norte-americano Bolivian Syndicate). |
| • 1903: <i>Modus vivendi</i> sobre o Acre é assinado com a Bolívia para cessação das hostilidades. |
| • 1903: Tratado de Petrópolis. Acre é incorporado ao Brasil, que paga indenização de 2 milhões de libras à Bolívia e se compromete a construir ferrovia Madeira-Mamoré. |
| • 1912: Inaugurada a ferrovia Madeira-Mamoré. |
| • 1958: Acordos de Roboré (exploração de petróleo, obras ferroviárias e cooperação econômica). |
| • 1969: Tratado da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai). |
| • 1973: Acordo para construir gasoduto entre Santa Cruz de la Sierra e a refinaria de Paulínia (SP). |
| • 1984: Presidente Figueiredo vai a Santa Cruz, em 1ª viagem de um Presidente brasileiro à Bolívia. |
| • 1992: Acordo de Compra de Gás Natural Boliviano. Construção de gasoduto de 3 mil km. |
| • 1996: Área de Livre Comércio entre o Mercosul e Bolívia. |
| • 1996: Acordo para Isenção de Impostos para Implementação do Gasoduto Brasil-Bolívia. |
| • 17/10/2003: Ministro Celso Amorim visita La Paz à frente de uma Missão Brasileira de Cooperação. |

<ul style="list-style-type: none"> • 2004: Referendo boliviano decide nacionalizar setor de hidrocarbonetos.
<ul style="list-style-type: none"> • 2004: Acordo de Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios.
<ul style="list-style-type: none"> • 07/2004: Visita Presidencial a Santa Cruz de la Sierra, em que se firma acordo bilateral de perdão da dívida boliviana bilateral no valor atual de US\$ 53 milhões. Acordo-Quadro BNDES para Bolívia.
<ul style="list-style-type: none"> • 15/08/2005: Ministro Celso Amorim visita La Paz, em apoio a transição política conduzida pelo então Presidente Eduardo Rodríguez. Acordo, por troca de Notas, sobre regularização Migratória.
<ul style="list-style-type: none"> • 13/01/2006: Visita do Presidente-eleito Evo Morales ao Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> • 1º/05/2006: Bolívia regulamenta nacionalização do setor de hidrocarbonetos.
<ul style="list-style-type: none"> • 10/05/2006: Início das negociações com Petrobras sobre nacionalização dos seus ativos.
<ul style="list-style-type: none"> • 18/12/2006: Ministro das Relações Exteriores , David Choquehuanca, visita o Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> • 14/02/2007: Visita de Estado do Presidente Evo Morales ao Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> • 08/2007: Chanceler Choquehuanca visita o Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> • 17/12/2007: Visita do Presidente Lula a La Paz. Petrobras anuncia novos investimentos na Bolívia. Firmam-se acordos de cooperação e de financiamento para a Bolívia.
<ul style="list-style-type: none"> • 12-14/02/2008: Visita do Vice-Presidente García Linera e do Ministro Carlos Villegas a Brasília.
<ul style="list-style-type: none"> • 28/03/2008: Governo boliviano convida o Brasil a integrar “Grupo de Países Amigos da Bolívia”, com vistas a promover a facilitação do diálogo entre Governo e oposição.
<ul style="list-style-type: none"> • 04-06/04/2008: Viagem do Ministro Celso Amorim a La Paz e Santa Cruz de la Sierra.
<ul style="list-style-type: none"> • 22/05/2008: Na véspera da Reunião Extraordinária de Cúpula da UNASUL, em Brasília, Ministro Celso Amorim recebe o Chanceler David Choquehuanca, em encontro que tratou prioritariamente da situação interna boliviana.
<ul style="list-style-type: none"> • 18/07/2008: Presidente Lula visita Riberalta, na Amazônia boliviana, ocasião em que foi firmado protocolo sobre financiamento brasileiro para construção de estrada entre Riberalta e Rurrenabaque, de 510 km, parte integrante do Projeto viário “Hacia el Norte”.
<ul style="list-style-type: none"> • 15/1/2009: Os Presidentes de Brasil e Bolívia realizam Encontro de Fronteira, entre Puerto Suárez e Ladário. Inauguram dois trechos do futuro Corredor Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile. Aprofundam as discussões sobre infraestrutura regional, narcotráfico e comércio bilateral.
<ul style="list-style-type: none"> • 12/03/2009: Ministro David Choquehuanca visita o Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> • 16/07/2009: Ministro Celso Amorim visita La Paz por ocasião da comemoração do Bicentenário da Gesta Libertária.

- 22/08/2009: Os Presidentes de Brasil e Bolívia realizam encontro bilateral em Villa Tunari, ocasião em que foi assinado Protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia San Ignacio de Moxos – Villa Tunari, de 306 km.
- 25/03/2011: Ministro Antonio de Aguiar Patriota visita La Paz.
- 19/03/2012: Ministro David Choquehuanca visita Brasília.
- 02/03/2013: Ministro Antonio de Aguiar Patriota visita Cochabamba.

ANEXO - Dados Econômico-Comerciais

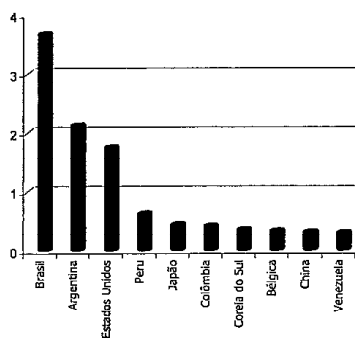
BOLÍVIA: COMÉRCIO EXTERIOR					
US\$ bilhões					
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações (fob)	6,90	5,30	6,97	9,11	11,79
Importações (cif)	5,01	4,41	5,60	7,67	8,28
Saldo comercial	1,89	0,89	1,36	1,44	3,51
Intercâmbio comercial	11,90	9,70	12,57	16,78	20,07

Elaborado pelo NIRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

Em 2012, o comércio exterior da Bolívia aumentou 69% em relação a 2008, de US\$ 11,9 bilhões para US\$ 20 bilhões. No ranking do FMI, a Bolívia figurou como o 106º mercado mundial, sendo o 90º exportador e o 123º importador.

BOLÍVIA : DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Brasil	3,67	31,1%
Argentina	2,11	17,9%
Estados Unidos	1,75	14,8%
Peru	0,62	5,3%
Japão	0,44	3,7%
Colômbia	0,41	3,5%
Coreia do Sul	0,36	3,0%
Bélgica	0,33	2,8%
China	0,31	2,7%
Venezuela	0,30	2,6%
Subtotal	10,31	87,4%
Outros países	1,49	12,6%
Total	11,79	100,0%

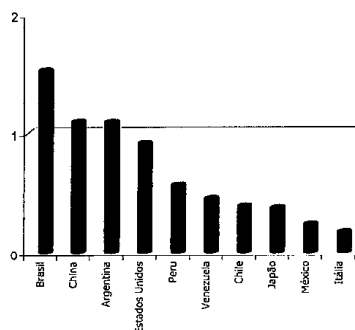


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

As exportações bolivianas são direcionadas, em grande parte, às economias emergentes e em desenvolvimento, que responderam por mais de 60% do total em 2012. O Brasil foi o principal representante desse grupo e absorveu 31,1% das vendas bolivianas em 2012. Seguiram-se: Argentina (17,9%); Estados Unidos (14,8%); Peru (5,3%); e Japão (3,7%).

BOLÍVIA : ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	% no total
Brasil	1,52	18,4%
China	1,09	13,1%
Argentina	1,09	13,1%
Estados Unidos	0,91	11,0%
Peru	0,56	6,7%
Venezuela	0,45	5,4%
Chile	0,38	4,6%
Japão	0,37	4,5%
México	0,23	2,8%
Itália	0,17	2,1%
Subtotal	6,76	81,7%
Outros países	1,52	18,3%
Total	8,28	100,0%

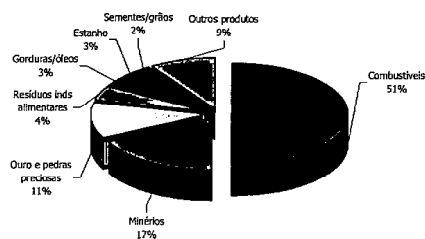


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap, June 2013.

A exemplo das exportações, as importações bolivianas também são originárias, em grande parte, dos países emergentes e em desenvolvimento, representando mais de 80% do total em 2012. Brasil e China foram os principais fornecedores, com participação de 18,4% e 13,1%, respectivamente. Seguiram-se Argentina (13,1%); Estados Unidos (11,0%); e Peru (6,7%).

BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	%	
		no total	
Combustíveis	5,91	50,1%	
Minérios	2,04	17,3%	
Ouro e pedras preciosas	1,35	11,5%	
Resíduos inds alimentares	0,53	4,5%	
Gorduras/óleos	0,38	3,2%	
Estanho	0,30	2,5%	
Sementes/grãos	0,21	1,8%	
Subtotal	10,72	90,9%	
Outros produtos	1,08	9,1%	
Total	11,79	100,0%	

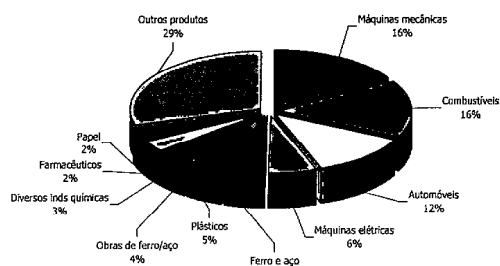


Elaborado pelo MRE/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2013.

Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos foram os principais produtos exportados pelo país em 2012, representando 50,1% do total das vendas. Seguiram-se minérios (minérios de metais preciosos e seus concentrados e minérios de zinco e seus concentrados) com 17,3%; e ouro e pedras preciosas (desperdícios e resíduos de metais preciosos ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê); outros desperdícios e resíduos contendo metais preciosos ou compostos de metais preciosos, do tipo dos utilizados principalmente para a recuperação de metais preciosos, prata (incluída a prata dourada ou platinada), em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó, etc) com 11,50%.

BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2 0 1 2	%	
		no total	
Máquinas mecânicas	1,36	16,5%	
Combustíveis	1,30	15,7%	
Automóveis	1,02	12,3%	
Máquinas elétricas	0,48	5,7%	
Ferro e aço	0,41	5,0%	
Plásticos	0,40	4,8%	
Obras de ferro/aço	0,32	3,8%	
Diversos inds químicas	0,27	3,2%	
Farmacêuticos	0,15	1,8%	
Papel	0,14	1,7%	
Subtotal	5,84	70,5%	
Outros produtos	2,44	29,5%	
Total	8,28	100,0%	



Elaborado pelo MRE/DPRI/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2013.

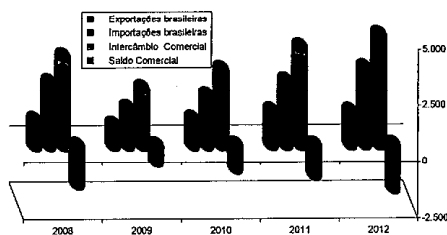
Os principais produtos importados pela Bolívia em 2012 foram: máquinas mecânicas (16,5%); combustíveis (óleos de petróleo refinados e gases de petróleo) com 15,7%; automóveis (automóveis de passageiros, tratores, caminhões, etc) com 12,3%; máquinas elétricas (fios, cabos - incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (retificadores, por exemplo), bobinas de reatância e de auto-indução com 5,7%.

BRASIL-BOLÍVIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2012 (jan-mai)	2013 (jan-mai)
Exportações brasileiras	1.136	919	1.163	1.511	1.473	621	613
Varição em relação ao ano anterior	33,5%	-19,1%	26,5%	30,0%	-2,5%	11,6%	-1,3%
Importações brasileiras	2.858	1.649	2.233	2.863	3.431	1.337	1.649
Varição em relação ao ano anterior	78,5%	-42,3%	35,4%	28,2%	19,8%	36,2%	23,3%
Intercâmbio Comercial	3.993	2.568	3.396	4.375	4.904	1.958	2.262
Varição em relação ao ano anterior	62,9%	-35,7%	32,2%	28,8%	12,1%	27,3%	15,5%
Saldo Comercial	-1.722	-730	-1.070	-1.352	-1.958	-717	-1.036

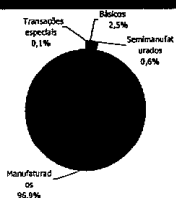
Elaborado pelo INRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexevab.

A Bolívia foi a 22ª principal parceira comercial brasileira em 2012, com participação de 1,05% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 22,8%, de US\$ 3,99 bilhões, para US\$ 4,90 bilhões. As exportações cresceram 29,7% nas exportações e as importações 20,1%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período sob análise, totalizou, em 2012, déficit de US\$ 1,96 bilhão.



BRASIL-BOLÍVIA : EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 2

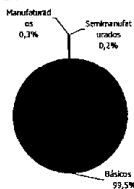
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	37,0	2,5%
Semimanufaturados	8,1	0,6%
Manufaturados	1.426,9	96,9%
Transações especiais	0,9	0,1%
Total	1.473,0	100,0%



As exportações brasileiras para Bolívia são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, que representaram 96,9% das vendas em 2012, com destaque para máquinas mecânicas e combustíveis.

Elaborado pelo INRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %
Básicos	3.412,6	99,5%
Semimanufaturados	7,4	0,2%
Manufaturados	11,0	0,3%
Transações especiais	--	--
Total	3.431,0	100,0%



Pelo lado das importações, os produtos básicos, principalmente gás natural, somaram aproximadamente 99,5% da pauta em 2012.

Elaborado pelo INRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

BRASIL-BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para a Bolívia, 2012
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	183	255	233	15,8%	Máquinas mecânicas 233
Ferro ou aço	136	169	167	11,4%	Ferro ou aço 167
Combustíveis	90	152	153	10,4%	Combustíveis 153
Automóveis	71	88	95	6,5%	Automóveis 95
Plásticos	62	76	87	5,9%	Plásticos 87
Máquinas elétricas	70	77	77	5,2%	Máquinas elétricas 77
Obras de ferro ou aço	56	61	56	3,8%	Obras de ferro ou aço 56
Calçados	42	49	49	3,3%	Calçados 49
Diversos ind químicas	38	39	42	2,9%	Diversos ind químicas 42
Papel	40	43	39	2,6%	Papel 39
Subtotal	787	1.008	998	67,7%	
Outros produtos	376	504	475	32,3%	
Total	1.163	1.511	1.473	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEVA/Alcega/b

Máquinas mecânicas (celiferas, debulhadoras, máquinas para colheita, aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, escavadeiras, etc), ferro/aço (barras de ferro de formas diversas) e combustíveis (óleo diesel, outras gasolinas, betume de petróleo, óleos lubrificantes, etc) são os principais itens exportados pelo Brasil para a Bolívia. Juntos, somaram 37,6% da pauta em 2012. Na sequência destacaram-se automóveis (6,5%); plásticos (5,9%) e máquinas elétricas (5,2%).

BRASIL-BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Bolívia, 2012
			Valor	% no total	
Combustíveis	2.133	2.735	3.336	97,2%	Combustíveis 3.336
Produtos hortícolas	23	15	26	0,8%	Produtos hortícolas 26
Sal, enxofre, cimento	14	21	22	0,6%	Sal, enxofre, cimento 22
Sementes/grãos	1	2	10	0,3%	Sementes/grãos 10
Subtotal	2.171	2.772	3.394	98,9%	
Outros produtos	62	91	37	1,1%	
Total	2.233	2.863	3.431	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEVA/Alcega/b

As importações brasileiras originárias da Bolívia são concentradas em gás natural no estado gasoso, que correspondeu a 97,2% da pauta em 2012. Na sequência, os produtos hortícolas (feijões e batatas) representaram 0,8% da pauta.

BRASIL-BOLÍVIA : COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-mai)	2 0 1 3(jan-mai)		Exportações brasileiras para a Bolívia em 2013(jan-mai)
		Valor	% no total	
Exportações				
Máquinas mecânicas	105,0	95,6	15,6%	
Ferro e aço	70,4	71,6	11,7%	
Plásticos	37,1	49,1	8,0%	
Automóveis	38,2	45,6	7,4%	
Máquinas elétricas	28,0	35,2	5,7%	
Combustíveis	76,5	34,3	5,6%	
Obras de ferro/aço	24,1	24,8	4,1%	
Papel	15,6	20,2	3,3%	
Calçados	20,0	19,6	3,2%	
Extratos tanantes/tintoriais	15,3	15,2	2,5%	
Subtotal	430,2	411,2	67,1%	
Outros produtos	190,5	201,7	32,9%	
Total	620,7	612,9	100,0%	

DESCRIÇÃO	2 0 1 2 (jan-mai)	2 0 1 3(jan-mai)		Importações brasileiras originárias da Bolívia em 2013(jan-mai)
		Valor	% no total	
Importações				
Combustíveis	1.298,0	1.610,0	97,6%	
Sementes/grãos	1,7	13,8	0,8%	
Subtotal	1.299,6	1.623,7	98,5%	
Outros produtos	37,8	25,3	1,5%	
Total	1.337,4	1.649,0	100,0%	

Elaborado pelo IARE, DRR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC-SECEX/Alicetev.

Aviso nº 603 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

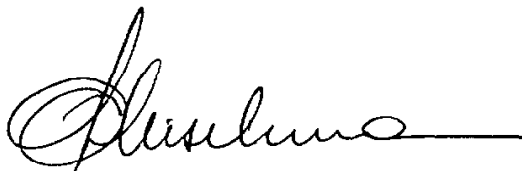
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 20/8/2013

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS:14540/2013

1ª PARTE - DELIBERATIVA

2

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre a **Mensagem nº 40, de 2015**, da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº. 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor **BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de **Embaixador do Brasil na República de Honduras**.*

Relator: Senador **MARCELO CRIVELLA**

Esta casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise de conjuntura do país a que se destina. Dos

documentos encaminhados, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1958, o indicado é filho de Luiz Octávio Dias da Costa e Klycia de Souza Brasil Dias da Costa.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1981.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1988, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro em 2006, e a Ministro de Segunda Classe em 2010, em ambas as ocasiões por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu diversas funções, entre as quais convém destacar as de Subchefe da Divisão da América Central e Setentrional, entre 1999 e 2003, e de Chefe da Divisão de Recursos Energéticos Não Renováveis, entre 2008 e 2010.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Assunção (2006-2008), Ministro-Conselheiro e Chefe da Equipe Brasileira de Apoio à PPT-Guiana da UNASUL, em missão transitória (2010-2011) e, como Ministro-Conselheiro, é o Encarregado de Negócios na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), desde 2012.

Foi condecorado com a Ordem de Rio Branco (Grande Oficial), a Ordem do Mérito da Defesa (Comendador), a Ordem do Mérito Naval (Comendador), a Ordem ao Mérito Aeronáutico (Oficial), a Medalha do Pacificador e a Medalha da Vitória.

Sobre a República de Honduras, referimo-nos a algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante às relações bilaterais, de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão.

De acordo com o relatório do Itamaraty, Brasil e Honduras estabeleceram relações diplomáticas em 1906, com a legação brasileira em Tegucigalpa aberta em 1951 e elevada à condição de embaixada em 1953.

No que concerne às relações entre os Chefes de Estado, o primeiro encontro presidencial bilateral, entre os Presidentes Lula da Silva e Ricardo Maduro, ocorreu em 2005.

Posteriormente, o Presidente Lula da Silva encontrou-se

duas vezes com o Presidente Manuel Zelaya, em Brasília e em Tegucigalpa, e a Presidente Dilma Rousseff reuniu-se com o Presidente Porfirio Lobo em Buenos Aires, à margem da posse da Presidenta Cristina Kirchner, em 2011. O atual Presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, visitou o Brasil em 2014, durante a Copa do Mundo. Na esteira do amplo rechaço da comunidade internacional ao golpe de Estado em Honduras, em 2009, corroborado pela suspensão do país na OEA, as iniciativas bilaterais de interlocução política, cooperação e empréstimos para obras de infraestrutura foram interrompidas entre 2009 e 2011. Foram mantidas apenas atividades consulares e administrativas da representação brasileira em Honduras, assevera o informe do Itamaraty.

Com o retorno do ex-Presidente José Manuel Zelaya a Tegucigalpa, em maio de 2011, a assinatura do Acordo de Reconciliação Nacional (“Acordo de Cartagena”) e a readmissão de Honduras na OEA, as relações entre o Brasil e Honduras voltaram à normalidade, com a nomeação de Embaixadores. Ademais, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) retomou o programa de cooperação técnica, e o Brasil realizou ações de ajuda humanitária em Honduras. Em fevereiro de 2012, o Chanceler hondurenho, Arturo Corrales, liderou missão governamental e empresarial hondurenha ao Brasil.

O comércio entre o Brasil e Honduras, completa o relatório, tem avançado significativamente. Em 2014, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 131,1 milhões, 62,7% acima do valor registrado em 2010. As exportações brasileiras alcançaram US\$ 113,4 milhões, ou seja, 86,4% do total da corrente de comércio, e significando um aumento de 36% sobre o valor do ano anterior. O saldo favorável ao

Brasil foi de US\$ 95,6 milhões. Produtos manufaturados representam 92% do total das exportações brasileiras para Honduras e 68% das importações. Veículos a diesel e outros automóveis são os principais produtos exportados pelo Brasil (11,7% em 2014). Seguem-se cerâmicas, vidros e esmaltados, aparelhos de telefonia celular e escavadoras. Entre as importações brasileiras, destacam-se resíduos de alumínio, peças de conexão elétrica e fios para ignição, que perfazem 56% dos embarques hondurenos para o Brasil.

Tem-se desenvolvido a cooperação bilateral em diversas áreas, como no campo técnico-científico, no desenvolvimento tecnológico na área de comunicações, na esfera educacional e, ainda, em matéria de energias renováveis.

Não há atos bilaterais em vigor com Honduras a tramitar pelo Congresso Nacional.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EMBAIXADOR EM TEGUCIGALPA,
ZENIK KRAWCTSCHUK
(JUNHO DE 2010 a JUNHO DE 2015)

Assumi a Chefia da Embaixada em Tegucigalpa, Honduras, em 23 de junho de 2010, na qualidade de Encarregado de Negócios, quando as relações diplomáticas entre o Brasil e Honduras encontravam-se suspensas. Este relatório cobre o período de junho de 2010 até junho de 2015 e relata as principais atividades desenvolvidas durante a minha gestão.

2. Recorde-se que o golpe de Estado de 28 de junho de 2009 foi severamente condenado pelo Governo brasileiro e sancionado, a partir de 4 de julho de 2009, quando a OEA, por unanimidade, suspendeu Honduras da organização, devido à recusa do governo interino de restituir ao cargo o Presidente Zelaya de forma imediata e incondicional.

3. Como consequência, as seguintes medidas foram adotadas pelo Governo brasileiro e perduraram até 1º de junho de 2011, poucos dias após o regresso de Zelaya ao país.

a) foi suspensa a análise dos créditos solicitados junto ao BNDES para obras de infraestrutura: projetos hidrelétricos de ``Jicatuyo`` e ``Los Llanitos`` (US\$ 271 milhões, de um total de US\$ 650 milhões); rodovia Tegucigalpa-Catacamas (US\$ 80 milhões); projeto hidrelétrico de “El Tornillito” (US\$ 290 milhões); programa rodoviário denominado “Corredor Agrícola” (US\$ 140 milhões). O montante almejado totalizava US\$ 781 milhões;

b) foi suspensa a cooperação militar, com a remoção, em 2009, do Instrutor do Exército Brasileiro junto às Forças Armadas locais;

c) a Representação diplomática continuou mantida em nível Encarregado de Negócios “ad interim”, com contatos exclusivamente administrativos e consulares com o Governo local;

d) foram suspensos os programas de cooperação educacional (programas PEC-G e PEC-PG);

e) foi suspensa a execução de projetos de cooperação técnica trilaterais e bilaterais em curso (cooperação em biocombustíveis ao amparo do Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos, operacionalizado pela OEA, criação de Bancos de Leite e de Sangue e Hemoderivados), assim como a apreciação de novos pedidos hondurenhos de cooperação;

f) permaneceram suspensos os acordos de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e comuns. Entretanto, em 3/12/2010, Honduras decidiu, unilateralmente, colocar em vigor os referidos acordos.

4. Cabe destacar ainda que, em junho de 2010, Honduras não foi convidada a participar da XL Assembleia-Geral da OEA em Lima, Peru, quando foi instituída uma Comissão de Alto Nível para analisar a situação em Honduras; o relatório final da Comissão foi apresentado em 29 de julho daquele ano e estipulou as condições para a readmissão de Honduras no seio da organização. Ainda que tenha sido formalmente reintegrada ao Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) durante a Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo do organismo no mês de julho do mesmo ano, sem o consenso e a presença da Nicarágua, Honduras não pôde participar da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em dezembro, em Mar del Plata, Argentina.

5. Um dos principais temas acompanhados pela Embaixada de novembro 2010 a maio de 2011 foi a evolução dos trabalhos da Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), instalada em abril de 2010 e prevista nos Acordos Tegucigalpa-San José, presidida pelo ex-Chanceler guatemalteco, Eduardo Stein, e integrada por ilustres cidadãos hondurenhos e de outras nacionalidades. A Comissão tinha como mandato esclarecer os fatos antes, durante e depois do golpe de Estado de junho de 2009 e apresentou seu relatório final em julho de 2011. O documento, intitulado "Para que los hechos no se repitan", dividido em 2 tomos e um anexo, que somam 1.400 páginas, descreve com a fidelidade e imparcialidade possíveis, os fatos e as responsabilidades dos atores da crise político-econômico-social hondurenha de 2009. Cerca de 10% do relatório não será divulgado pelos próximos 10 anos e permanecerá sob a guarda do Governo canadense, por seu caráter sigiloso.

6. A volta de Zelaya ao país, em 28/05/2011, cercado das garantias estabelecidas pela OEA, ensejou a realização da Assembleia-Geral Extraordinária, em 01/06/2011, que levantou definitivamente a suspensão de Honduras no organismo. Nesse mesmo dia, o Governo brasileiro solicitou o "agrément" para o MSC-QE Zenik Krawctschuk como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário. A Nota de concessão foi recebida em menos de duas horas. Ressalte-se que a presença do Enviado Especial e Assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, no desembarque do ex-Presidente em Tegucigalpa, simbolizou o pleno

reatamento das relações diplomáticas bilaterais. Além de reuniões com os Ministros do Planejamento e das Relações Exteriores, o Professor Garcia participou de reunião na Casa Presidencial com o Presidente da República, na presença dos Chanceleres da Colômbia e Venezuela, do Secretário-Geral da OEA, do ex-Presidente Zelaya, de vários Ministros de Estado e de outras altas autoridades hondurenhas.

7. A partir da reinserção de Honduras no organismo hemisférico, houve manifestações tanto do Brasil como Honduras no sentido de recuperar o tempo perdido e retomar e aprofundar as relações bilaterais em todos os campos. Assim, houve intensa troca de contatos entre as autoridades, o restabelecimento do acordo de isenção de vistos (já implementado unilateralmente por Honduras em dezembro de 2010) e a reativação da cooperação técnica, educacional e na área de financiamentos de obras de infraestrutura.

8. Revestiu-se de especial importância a visita oficial do Chanceler Arturo Corrales ao Brasil, de 6 a 10 de fevereiro de 2012, acompanhado de nutrida delegação de autoridades governamentais que incluiu os Ministros da Defesa, Finanças, Desenvolvimento Social, Agricultura, Transportes, Empresa Nacional de Energia Elétrica (ENEE), Instituto de Conservação Florestal (ICF) e a Comissão para a Promoção da Aliança Público Privada (COALIANZA). No encontro realizado no Palácio Itamaraty com o Ministro de Estado foram repassados os temas da agenda bilateral e abordados os principais tópicos das relações com os países da América Central e Caribe. Foi firmado, em 09/02/2012, o “Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras”, aprovado pelo Congresso Nacional de Honduras e publicado na “Gazeta Oficial”, em 05/10/2012. Aguarda-se o cumprimento dos requisitos legais internos da parte brasileira para a entrada em vigor do referido Acordo. Em 27/05/2015, pela Mensagem nº 168, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o texto do referido Acordo. Também foi realizada a Troca de Notas que deu vigência ao "Tratado entre o Governo da República de Honduras e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal". Nas reuniões no Ministério da Defesa foram entabuladas conversações sobre a retomada da cooperação técnica militar e acordado o envio de missão brasileira ao longo do ano a Honduras, além da indicação de instrutor militar brasileiro por período renovável de dois anos. Na ocasião, deu-se início às negociações com a

EMBRAER para o “upgrade” de 9 aeronaves Tucano, de um total de 12 aeronaves, adquiridas em 1985, que se encontram em solo, por falta de peças de reposição para voltar a funcionar. A parte brasileira apresentou oferta de venda de aeronaves “Super-Tucano” e de sistema de radares para monitoramento de tráfego aéreo. No Ministério do Desenvolvimento Social, houve intercâmbio de informações sobre o andamento dos programas sociais em Honduras, especialmente o “Bono 10 mil”, inspirado no programa brasileiro do “Bolsa Família” e foi reafirmada a disposição brasileira na continuidade da cooperação no campo do desenvolvimento social. No Ministério do Desenvolvimento Agrário e na EMBRAPA foi reafirmado o interesse das partes na cooperação em matéria de agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional. A parte hondurenha manifestou vivo interesse nas características do programa “Mais Alimentos para a África” e solicitou fosse o projeto replicado na América Central e República Dominicana.

9. Do lado brasileiro, registre-se as visitas do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, em duas ocasiões, e do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, em representação da Presidenta Dilma Rousseff, para as cerimônias de posse do Presidente Juan Orlando Hernández (27/01/2014).

10. Principais temas da agenda de trabalho da Embaixada.

I - Acompanhamento de atividades relevantes no Congresso:

a) Aprovação (2011) das reformas do art. 5 da Constituição que trata do princípio da democracia participativa através de mecanismos de consulta popular – referendun, plebiscito e iniciativa popular. Tais mecanismos possibilitam e agilizam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, com poderes para alterar os “artigos pétreos”, inclusive os que proíbem a reeleição presidencial – um dos motivos que teriam desencadeado o golpe de Estado de 2009.

b) Debates sobre os artigos 304 e 329 da Constituição que culminaram na aprovação de “Redes Especiais de Desenvolvimento” ou “Charter Cities” (regiões de 1000 km² com regime administrativo e jurídico próprios, à semelhança de Hong Kong e Cingapura), conceito desenvolvimentista ainda bastante polêmico em Honduras, defendido por Paul Romer, da Universidade de Stanford. O projeto tem sido divulgado pelo atual Presidente, porém até o momento não logrou concretizar-se.

c) Debates no Congresso hondurenho e na sociedade civil sobre as reformas no sistema de segurança cidadã que envolviam tanto a Polícia Nacional, como

o Ministério Público e o Poder Judiciário. Aparentemente, por ter a Sala Constitucional da Corte Suprema deliberado pela inconstitucionalidade dos mecanismos de depuração policial (entre outros, o teste do detector de mentiras), o Congresso Nacional destituiu, em 12/12/2012, 4 dos 5 magistrados que a conformavam e nomeou substitutos, dando início a uma grave crise institucional e provocando manifestações de solidariedade de outros magistrados, de associações de juizes (locais e regionais) e a condenação pelo órgão de direitos humanos da ONU. No final de janeiro de 2013, a situação voltou à normalidade, o processo de depuração continuou, sem que os magistrados demitidos fossem reintegrados a seus cargos.

d) Ainda no campo de segurança e também no do combate ao crime organizado, acompanhou a criação da Polícia Militar de Ordem Pública – PMOP, cujos 2000 integrantes são membros das Forças Armadas que atuam na segurança pública; a aprovação da “Lei do Abate” de aeronaves suspeitas de tráfico de substâncias ilícitas e armas; a entrada em vigor da “Lei de Extradicações” que já extraditou 9 hondurenhos para enfrentar juízo nos EUA; a criação do “Taxa de Segurança”, imposto semelhante ao Imposto sobre Operações Financeiras, que arrecada de USD 5 a 8 milhões por mês destinados ao financiamento de atividades de segurança, conceito abrangente que compreende desde a construção de parques públicos à compra de aviões militares.

II - Ajuda humanitária

O programa brasileiro de doação de alimentos em Honduras atende situações de emergência e, principalmente, o programa social da merenda escolar que beneficia mais de 1,5 milhão de estudantes do ciclo básico. No biênio 2013-2014, por exemplo, foram doadas 10.300 toneladas de arroz, entregues sob estrito controle do Programa Mundial de Alimentos da ONU às escolas e comunidades necessitadas do país. Em junho de 2014, o Congresso brasileiro aprovou Lei que autoriza a doação de UM MILHÃO de toneladas de arroz como ajuda humanitária a países em crise alimentar. O PMA informou ao governo de Honduras a disponibilidade de doação pelo governo brasileiro de 5.600 toneladas de arroz para o biênio 2015-2016.

III - Assistência a brasileiros

A Embaixada esmerou-se na prestação de assistência a brasileiros, tanto os residentes no país (cerca de 400) como os em trânsito. Particular atenção foi dedicada às solicitações de repatriação (três famílias, total 12 pessoas) e à proteção de dois brasileiros que cumprem penas em penitenciárias do país: um por tráfico de drogas e outro, por proxenetismo. Além de visitas trimestrais

aos reclusos, ocasião em que fez entrega de alimentos, roupas e itens de higiene pessoal, a Embaixada mantém contato com os respectivos advogados para inteirar-se dos desdobramentos dos recursos interpostos em favor dos apenados. Em junho de 2015, o Ministério Público instaurou procedimento investigativo para apurar a relação entre uma aeronave que se incendiou em área utilizada por narcotraficantes e um brasileiro, supostamente piloto de profissão, que resultou com queimaduras de terceiro grau e que se encontra hospitalizado em Tegucigalpa, sob rigorosa vigilância policial. O caso vem sendo acompanhado pela Embaixada, que se fez presente na primeira audiência do brasileiro suspeito de tráfico de drogas.

IV - Afrodescendentes

No ano de 2011, declarado como “Ano dos Afrodescendentes” pela ONU, a Embaixada teve participação em dois eventos importantes: a) I Cúpula Mundial dos Afrodescendentes, realizada na cidade de La Ceiba, com o discurso do Embaixador do Brasil registrado nas Atas da Cúpula e a publicação de artigo de sua autoria na Revista Mundo Afora, # 8, intitulado “Os Afrodescendentes em Honduras”; b) participação de autoridades e membros da sociedade civil hondurenhas no encontro de afrodescendentes em Salvador, Bahia. A Embaixada tem promovido contatos entre as sociedades civis de ambos os países que se ocupam do tema.

V - Direitos humanos

A Embaixada acompanhou o tema da observância do respeito aos direitos humanos, preocupação central dos organismos internacionais e das organizações da sociedade civil. Nesse campo, preparou subsídios para a delegação brasileira em Genebra por ocasião do Exame Periódico Universal da ONU a que Honduras foi submetida, em dezembro de 2010, abril de 2012 e maio de 2015.

VI – Segurança cidadã

Diversas medidas adotadas já a partir de 2013 contribuíram para a forte queda nos índices de criminalidade em Honduras, especialmente massacres e homicídios violentos. Entre elas, a aprovação da Lei de Extradições e os primeiros 9 casos, de um total de 16, até agora, de narcotraficantes hondurenhas levados a juízo nos EUA. A atuação conjunta da Tropa de Inteligência e Grupos de Resposta Especial de Segurança - TIGRES, da “Fuerza de Seguridad Interinstitucional Nacional - FUSINA, a criação da Polícia Militar de Ordem Pública – PMOP (que hoje conta com 2000 homens,

além de uma unidade canina de 84 animais treinados e seus respectivos guias), a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Populacional, mais conhecido como “Taxa de Segurança” foram decisivos na luta contra a criminalidade. Ressalte-se que a “Taxa de Segurança” compreende taxas sobre transações financeiras e impostos de proteção ao meio-ambiente, setor de cooperativas, lanchonetes, telefonia móvel, casinos e caça-níqueis e arrecadou, ao longo de 2014, cerca de USD 8 milhões por mês, o que permitiu fortalecer as instituições de segurança e justiça do país, mediante compra de uniformes, jalecos, armas, veículos, sistemas de comunicação e vigilância e outros insumos para a Polícia Nacional, para a Polícia Militar, para as Forças Armadas, o Ministério Público, e a Corte Suprema. Observe-se que a reparação de 6 Tucanos e a compra de 2 a 4 Super-Tucanos junto à EMBRAER deverá ser financiada com esses fundos. Outra medida importante, foi a entrada em funcionamento da Agência Técnica de Investigação Criminal (ATIC), braço técnico-científico do Ministério Público, encarregada de investigar delitos graves e de forte impacto social, entre eles homicídios, assassinatos, tráfico de pessoas, armas e drogas, pornografia infantil, lavagem de dinheiro, contrabando, sequestro, extorsão e terrorismo. A Agência concluiu, no segundo semestre de 2014, o treinamento de 97 técnicos (58 homens e 39 mulheres) que atuarão em casos novos em Tegucigalpa e San Pedro Sula, cidades que apresentam os maiores índices de criminalidade do país. Espera-se que até o final de 2015, a Agência possa contar com pelo menos 250 agentes que aplicarão as mais avançadas técnicas e procedimentos de investigação e terão à sua disposição modernos softwares e bases de dados que permitirão coletar e apresentar de forma expedita provas sólidas contra o(s) criminoso(s). A ATIC trabalhará em estreita cooperação com outros operadores de justiça, especialmente a Diretoria de Luta contra o Narcotráfico, a Diretoria de Luta contra o Crime Organizado, a Diretoria Nacional de Investigação e Inteligência do Estado e a Diretoria Nacional de Investigação Criminal. Vale notar que do pico da média de 86,5 homicídios/100 mil habitantes, em 2011, houve redução de 1,08% em 2012 (85,53 homicídios/100 mil), de 9,97% em 2013 (77,0 homicídios/100 mil) e de 12,98% em 2014 (66,49 homicídios/100 mil). Cifras divulgadas em junho de 2015 apontam para ulterior queda (60,0 homicídios/100 mil). Em números absolutos, os homicídios em 2014 totalizaram 5.801 em um universo estimado de 8,7 milhões de habitantes. Superada a guerra de cifras entre o Observatório da Violência da Universidade Nacional Autônoma de Honduras e o Ministério da Segurança, que firmaram um convênio de cooperação na matéria, os números finais de ambas as instituições praticamente coincidem e são divulgadas diariamente no Sistema Estatístico Policial Online (SEPOL). Também

contribuíram para esses resultados positivos a criação de mais de 30 observatórios locais de convivência cidadã, o avanço na depuração policial, o desbaratamento de metade das 500 bandas de criminosos que atuavam no país, os programas de convivência cidadã (construção de parques e quadras esportivas), entre outros. A expectativa do governo é chegar, nos próximos três anos, a índices próximos de 30 homicídios por 100 mil habitantes, cifra registrada em 2004 e que subiu ano após ano, até atingir a máxima de 86,5/100 mil em 2011.

VII - Gestões por candidaturas e outras

Reconhecido como ator global na política internacional, o Brasil tem crescente presença na direção dos inúmeros organismos multilaterais. O País tem solicitado e obtido o apoio do Governo de Honduras para suas candidaturas. Por instruções da Secretaria de Estado, a Embaixada realizou, em 2011, gestões conjuntas com a Embaixada da Argentina, por ocasião do XX Aniversário da criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Material Nuclear – ABACC, organização que conta com o apoio da Organização Internacional de Energia Atômica – OIEA e garante o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Também realizou três gestões conjuntas com as Embaixadas da Alemanha, Índia e Japão, que constituem o chamado G-4, no tema da reforma do Conselho de Segurança da ONU. As gestões contaram com o pleno endosso do governo de Honduras.

VIII - Cooperação Militar

Em agosto de 2013, o Ministério da Defesa do Brasil retomou a cooperação militar com Honduras designando um Oficial do Exército para desempenhar a atividade de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas de Honduras, por um período de dois anos. Já foi designado o novo instrutor militar brasileiro que exercerá suas funções de agosto de 2015 a agosto de 2017.

IX - Cooperação educacional

A partir de 2011, foi retomado o programa estudantes-convênio (PEC) que consiste na oferta de vagas em universidades brasileiras conveniadas com o Ministério da Educação para cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG). O número de candidatos para o PEC-G tem aumentado consideravelmente e para o biênio 2014-2015 foram aprovados 40 estudantes, dos quais 25 efetivamente frequentam os respectivos cursos. Tradicionalmente, Honduras tem tido muito interesse no programa e os

egressos das universidades brasileiras, em particular os formados em medicina, odontologia, veterinária, agronomia e arquitetura, ocupam hoje posições relevantes na administração pública e na empresa privada hondurenhas. Como efeito colateral, grande parte da comunidade brasileira que vive no país é constituída por cônjuges brasileiros que se casaram com participantes do PEC. A Embaixada participa anualmente de jornada de divulgação das oportunidades de estudo no Brasil em eventos realizados nas cidades de Tegucigalpa e San Pedro Sula.

X - Cooperação econômica e investimentos

a) Em outubro de 2014, a EMBRAER concluiu as negociações para a venda de um jato executivo Legacy 600 ao governo de Honduras (ao preço de USD 14 milhões que teriam sido pagos por Taiwan, como parte de um pacote de ajuda, que inclui a doação de 4 helicópteros, três dos quais já estão em operação). Encontram-se em fase adiantada as tratativas para a modernização de 6 Tucanos (possivelmente até 9 unidades), a compra de 2 Super-Tucanos (com opção de aquisição de mais duas unidades), além de ofertas de sistema integrado de vigilância do espaço aéreo.

b) Após longas negociações, tiveram início, em dezembro de 2014, as obras de construção, pela Construtora Queiróz Galvão, com financiamento do BNDES, de USD 145 milhões em serviços e bens exportados do Brasil, de trecho de 54km de rodovia do chamado “Canal Seco” que interligará Puerto Amapala (na costa do Pacífico, no sul, em águas limítrofes com El Salvador e Nicarágua) a Puerto Cortés (ao norte, no Caribe, em zona próxima à Guatemala). Além desse projeto, a Queiróz Galvão conta com financiamento aprovado pelo BNDES, no valor de USD 150 milhões, para recuperação de parte importante da malha viária primária de Honduras.

c) Foram interrompidas em 2014 as tratativas com a construtora Odebrecht para construção de duas hidrelétricas (“Los Llanitos” e “Jicatuyo”), com financiamento aprovado pelo BNDES, no valor de USD 271 milhões. Aparentemente, as mudanças na estruturação dos preços finais do fornecimento de energia elétrica e resistências do setor das termoelétricas motivaram o fechamento do escritório da construtora brasileira em Tegucigalpa.

d) Outro projeto que não prosperou, denominado “Proyecto San Fernando”, envolveu a empresa Andrade Gutiérrez selecionada para construir uma represa com múltiplos benefícios sociais, como o funcionamento de uma pequena hidrelétrica, contenção de inundações, irrigação e fornecimento de água potável à capital que sofre racionamentos ao longo de todo o ano. O abandono

do projeto deveu-se basicamente à falta de contrapartida financeira do governo hondurenho.

e) A pedido do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), sediado em Tegucigalpa, a Embaixada tem feito gestões, encaminhado correspondências e solicitado audiências com autoridades brasileiras, especialmente do MPOG, sobre o tema da adesão do Brasil como sócio extrarregional daquela instituição financeira regional. Recorde-se que o Congresso brasileiro aprovou, em dezembro de 2010, a adesão do Brasil como sócio extrarregional do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), com sede em Bridgetown, Barbados. O Governo brasileiro havia assumido o compromisso de participar do Banco durante a I Cúpula Brasil–Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em 26 de abril de 2010, em Brasília.

XI - Cooperação técnica

A cooperação técnica sul-sul retomada em 2011 compreendeu visitas anuais de missões multidisciplinares de prospecção e avaliação da Agência Brasileira de Cooperação do MRE a Honduras e a troca de numerosas missões de técnicos das entidades executoras de projetos de ambos os países. Essa cooperação se desdobrou em dois eixos: trilateral e bilateral.

O eixo trilateral contempla iniciativas com três sócios: FAO e os Governos dos Estados Unidos e do Japão.

a) Com a FAO, através do FNDE, o Brasil desenvolve programas de treinamento de professores/nutricionistas da rede pública de ensino, de disseminação de hortos escolares e de educação e assistência técnica no campo da segurança alimentar e nutricional.

b) Com o governo dos EUA, vigora um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento da produção de biocombustíveis em terceiros países, Honduras incluída, no âmbito do qual já foram entregues ao Governo hondurenho estudos de viabilidade, preparados pela FGV e financiados pelo BID, onde foram identificadas quatro áreas prioritárias (eucalipto para produção de pellets, palma africana, capim elefante e cana de açúcar). Por se tratar de projetos comerciais e dadas as dificuldades financeiras do país, não foi possível, até o momento, encontrar investidores dispostos a implementar os projetos propostos. Registre-se, ainda a inauguração, em 15/07/2014, de uma usina-piloto de etanol, instalada na Universidade Agrícola de Catacamas, com apoio da OEA e equipamentos de fabricação brasileira.

c) Com a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Brasil está implementado, sob gerenciamento da Universidade da Flórida e execução da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Rede Nacional das Organizações da Sociedade Civil para as Energias

Renováveis - RENOVE, projetos na região mais empobrecida do ocidente e do sul, em duas vertentes: a primeira, de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, focalizando as cadeias de caju, gergelim e apicultura, e a segunda, de energia renovável, especialmente a solar e a produzida por biomassa.

d) Com o Governo do Japão, através da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA), o Brasil desenvolve o projeto de Polícia Comunitária, executado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, que, juntamente com a polícia japonesa, já capacitou centenas de policiais hondurenhos, segundo a filosofia KOBAN do Japão. Importante realçar que o modelo japonês foi importado pelo Brasil, adaptado às condições locais e agora, reexportado para Honduras, que o assimilou e criou seu próprio modelo hondurenho ou “catracho”, reconhecido pelo Governo e pela sociedade hondurenhos como um dos principais instrumentos para a prevenção e o combate à violência urbana. De 2011 até a presente data, foram treinados em São Paulo mais de 120 membros da Polícia Nacional. Detentores de “know-how” suficiente, os policiais treinados no Brasil promovem cursos intensivos a seus pares de outras cidades de Honduras, constituindo um fator multiplicador de capacitação para as forças policiais do país. Dezenas de técnicos hondurenhos têm participado de cursos de capacitação de curta duração realizados no Brasil em áreas como agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, hortos escolares e familiares, atenção humanizada à mulher e ao recém nascido, gestão de águas, administração pública, manejo de resíduos sólidos, etc., com despesas inteiramente cobertas pela JICA/Brasil, JICA/Honduras e pela ABC/MRE.

e) A Embaixada organizou eventos e realizou gestões conjuntas com a Embaixada do Japão para a promoção do sistema nipo-brasileiro de TV Digital, o mais avançado sistema de TV aberta no mundo atual, que favorece sobremaneira a inclusão social, com benefícios para as áreas de educação, saúde, alerta de emergência a catástrofes, entre outras. O Governo hondurenho, em 2014, acabou adotando oficialmente o sistema, implantou-o em dois canais televisivos, do Executivo e Legislativo, e está trabalhando no processo que culminará no “apagão analógico”, previsto para 2018.

No eixo bilateral, há uma razoável quantidade de iniciativas de cooperação, entre as quais destaquem-se os seguintes projetos:

- a) Implementação de bancos de leite e de sangue e hemoderivados em Tegucigalpa e San Pedro Sula.
- b) Para melhorar o nível nutricional da população hondurenha que vive em condições de pobreza e pobreza extrema, o Serviço Social da Indústria – SESI

do Estado do Ceará está desenvolvendo o projeto “Cozinha Brasil”, no âmbito do qual foram doadas duas unidades móveis (cozinha-escola sobre rodas) e preparado um livro de receitas da culinária local que aproveita a diversidade da produção agrícola de cada região do país.

c) Com o Ministério da Agricultura de Honduras, a EMBRAPA vem capacitando técnicos para a melhoria no cultivo de frutas tropicais, especialmente manga e abacate e compartilhando novas técnicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Honduras já manifestou oficialmente o interesse em aderir ao programa “Mais Alimentos Internacional” - uma linha de crédito do Governo brasileiro que financia a compra de equipamentos fabricados no Brasil para a modernização da propriedade rural familiar.

d) Com o Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social há frutífero intercâmbio de missões técnicas que contribuem para consolidar os programas sociais do governo hondurenho, como o “Bono 10 Mil” (transferências condicionadas de renda, hoje, “Vida Mejor”, inspirado no Bolsa Família), o Copo de Leite, a merenda escolar e dezenas de outras iniciativas que trazem alívio às camadas menos favorecidas da população e que ganharam reconhecimento internacional.

XII - Outras atividades

a) A Embaixada participa das reuniões mensais do grupo informal denominado GRULAC – Grupo de Países da América Latina e Caribe, integrado por Argentina, Brasil, Chile, Peru, Equador, Venezuela, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, Belize, México, Cuba e República Dominicana. Ocasionalmente, são convidadas altas autoridades de turno do país, como os Presidentes da República, do Congresso, do Judiciário e do Tribunal Superior Eleitoral, o Chanceler e outros Ministros de Estado. O grupo constitui um foro de intercâmbio informal de ideias sobre a situação econômica e política do país e oferece espaço para o estreitamento das relações entre os Chefes de Missão aqui acreditados.

b) Ao longo de 2013, a Embaixada acompanhou os intensos debates, tanto no Congresso como nos meios de comunicação, que marcaram o processo de reorganização dos partidos políticos para as eleições gerais de novembro daquele ano. Resultaram inscritas e disputaram o pleito, em novembro de 2013, as seguintes nove agremiações partidárias, que obtiveram o número indicado de cadeiras no Congresso unicameral de 128 deputados:

1 – Partido Nacional (PN): 48 cadeiras;

2 - Partido “Libertad y Refundación” (LIBRE): 37 cadeiras;

3 - Partido Liberal (PL): 27 cadeiras;

4 - Partido Anticorrupção (PAC): 13 cadeiras;

- 5 - Aliança Patriótica Hondurenha (Alianza): 0
- 6 - Partido Democrata Cristão (PDCH): 1 cadeira;
- 7 - Partido Inovação e Unidade (PINU): 1 cadeira;
- 8 - Unificação Democrática (UD): 1 cadeira
- 9 - Frente Amplo Político Eleitoral em Resistência (FAPER): 0

O PN elegeu o Presidente da República e, ademais, logrou a Presidência do Congresso. O Alianza e o FAPER acabaram extintos por não terem conseguido eleger nenhum representante ao Congresso.

c) A Embaixada acompanhou as negociações com o FMI que culminaram com a assinatura, em dezembro de 2014, de acordo stand-by, vigente por três anos, que facilitou a obtenção de empréstimo junto ao BID, no valor de US\$ 120 milhões, destinado ao financiamento do programa social “Vida Mejor” (inspirado nas exitosas experiências brasileiras de transferência condicionada de renda). Na primeira revisão do acordo, concluída em março de 2015, os técnicos daquele organismo financeiro, avaliaram que todas as metas quantitativas relevantes estabelecidas foram alcançadas com ampla folga e foram alentadores os avanços no processo de estabilização da economia hondurenha e na condução das finanças públicas de maneira sustentável. Nesse sentido, as perspectivas para 2015 são mais positivas do que o inicialmente previsto, como resultado do desempenho macroeconômico do ano anterior, a queda significativa dos preços do petróleo (que representam 22% das importações ou cerca de USD 2,1 bilhões) e a recuperação da economia dos EUA (principal destino das exportações do país e origem das vultuosas remessas de imigrantes hondurenhos que em 2014, alcançaram cerca de USD 3,4 bilhões).

XIII - Dificuldades encontradas

A principal dificuldade enfrentada pelo Posto nos últimos dois anos reside na lotação deficitária de funcionários diplomáticos em missão permanente. Resulta difícil para o Embaixador, único diplomata do Posto, desempenhar as atividades oficiais de representação, especialmente a participação em reuniões e eventos organizados pelo governo local, e acompanhar todos os assuntos relevantes de interesse da política externa brasileira. Entretanto, a partir de agosto de 2015, o Posto contará com a colaboração de um Conselheiro do Quadro Especial, em missão permanente, que ajudará no desempenho pleno das tarefas da Embaixada e permitirá ao Chefe do Posto o usufruto de benefícios como afastamentos quadrimestrais e férias. Um fator importante que poderá estimular a remoção de funcionários do quadro do serviço exterior em missão permanente é a queda nos índices de criminalidade no país.

XIV - Sugestões para o Chefe do Posto

- a) Os projetos de cooperação trilateral com os EUA deverão estar concluídos no segundo semestre de 2016 e será necessário formular os termos da “Fase II”, já prevista na assinatura do projeto inicial.
- b) Alguns projetos de cooperação bilateral foram recém-concluídos (Saúde Mental, Banco de Leite) e a Parte hondurenha está propondo e formulando novos termos para uma possível “Fase II”. À medida que se aproxima a data de conclusão dos demais projetos (ao longo de 2016), será necessário que as Partes manifestem o interesse em dar continuidade às atividades ou proponham novas áreas de cooperação sul-sul.

Embaixada do Brasil em Tegucigalpa, 24 de junho de 2015.



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 40,
DE 2015
(Nº 189/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.

Os méritos do Senhor Breno de Souza Brasil Dias da Costa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

EM nº 00218/2015 MRE

Brasília, 18 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA**

CPF.: 600.644.047-49

ID.: 9450 MRE

1958 Filho de Luiz Octávio Dias da Costa e Klycia de Souza Brasil Dias da Costa, nasce em 13 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1981 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1987 CPCD - IRBr
1997 CAD - IRBr
2006 CAE - IRBr, Os Estados Unidos e a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Evolução da Posição Norte-Americana e seus Efeitos sobre a Candidatura Brasileira a Membro Permanente do CSNU

Cargos:

1988 Terceiro-Secretário
1994 Segundo-Secretário
2001 Primeiro-Secretário, por merecimento
2006 Conselheiro, por merecimento
2010 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1988-90 Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
1990 Departamento da Ásia e Oceania, assessor
1990-91 Departamento das Américas, assessor
1991-93 Embaixada em Lagos, Terceiro-Secretário
1993-96 Embaixada em Londres, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1996-99 Embaixada em Caracas, Segundo-Secretário
1999-2003 Divisão da América Central e Setentrional, Subchefe
2002 Embaixada em Bogotá, Primeiro-Secretário em missão transitória
2003-06 Embaixada em Washington, Primeiro-Secretário
2006-08 Embaixada em Assunção, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2008-10 Divisão de Recursos Energéticos Não-Renováveis, Chefe
2009 Primeira Conferência Ministerial Conjunta da ASA sobre Energia, Adis Abeba (13 a 17/07), Chefe de delegação e Co-Presidente
2010-11 Embaixada em Georgetown, Ministro-Conselheiro e Chefe da Equipe Brasileira de Apoio à PPT-Guiana da UNASUL, em missão transitória
2012- Missão do Brasil junto à OEA, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

Condecorações:

2000 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
2005 Medalha do Pacificador, Brasil
2013 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador

2013 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2014 Medalha da Vitória, Brasil, Ministério da Defesa
2014 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador, Ministério da Defesa

ROBERTO ABDALLA
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da América Central e Caribe
Divisão do México e América Central

HONDURAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Honduras
CAPITAL	Tegucigalpa
ÁREA	112.492 km ²
POPULAÇÃO	8,4 milhões de habitantes
IDIOMA	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (97%), protestantes (3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Congresso Nacional (<i>Congreso Nacional</i>) unicameral, com 128 assentos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Juan Orlando Hernández Alvarado (desde janeiro de 2014)
CHANCELER	Arturo Corrales Álvarez (desde 8 de janeiro de 2015)
PIB (FMI, 2013)	US\$ 18,5 bilhões
PIB PPP (FMI, 2013)	US\$ 37,3 bilhões
PIB per capita (FMI, 2013 est.)	US\$ 2.284
PIB PPP per capita (FMI, 2013 est.)	US\$ 4.614
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2013)	2,8% (2013); 4,1% (2012); 3,8% (2011), 3,7% (2010)
IDH (PNUD, 2013)	0,617 (129º entre 187 países)
ALFABETIZAÇÃO (CIA, 2012 est.)	85,4%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2013)	73,8 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Lempira (USD 1 = HNL 21,22 em 22/4/2015)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Jaime Güell Bográn
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	280 brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC										
Brasil → Honduras	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	141,5	144,1	135,8	141,9	84,7	80,6	104,8	108,4	98,0	131,1
Exportações	139,6	141,6	131,2	135,0	80,8	75,0	96,6	92,6	83,2	113,3
Importações	1,9	2,5	4,6	6,9	3,9	5,6	8,2	15,8	14,8	17,7
Saldo	137,7	139,1	126,6	128,1	76,9	69,4	88,4	76,8	68,4	95,6

Informação elaborada por Glauber David Vivas.

Revisada por Ary Norton de Murat Quintella, Gabriel Boff Moreira, Fernando Augusto Moreira Costa e Daniel Ferreira Magrini.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JUAN ORLANDO HERNÁNDEZ – PRESIDENTE



Nascido em 1968, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Universidad Nacional Autónoma de Honduras* (UNAH). É advogado e tabelião. Obteve o título de mestre em Administração Pública na *State University of New York*.

Foi professor de Direito Constitucional de 1997 a 2000. Iniciou sua carreira política em 1988, como Presidente da Associação de Estudantes de Direito da UNAH. De 1990 a 1992 foi Assistente do Primeiro Secretário do Congresso Nacional e, a partir de 1992, Assistente do Primeiro Vice-Presidente do Congresso Nacional.

Em 1998, elegeu-se Deputado pelo Partido Nacional, sendo reeleito em 2002. De 2005 a 2009, foi Secretário-Geral do Partido Nacional. Eleito novamente para o Congresso em 2010, assumiu a Presidência do Legislativo até 2013, quando renunciou ao mandato para dedicar-se a sua candidatura à Presidência.

Assumiu a Presidência do Partido Nacional em 2012. Elegeu-se em 24/11/2013 e tomou posse em janeiro de 2014.

ARTURO CORRALES ÁLVAREZ – CHANCELER



Nasceu em Tegucigalpa em 27 de março de 1961. Formou-se em Engenharia Civil pela *Universidad Nacional Autónoma de Honduras* (UNAH) e é mestre em Engenharia pela Universidade da Flórida. Fundou, em 1989, a empresa *Ingeniería Gerencial*, que prestou serviços de análise de resultados eleitorais locais.

Foi catedrático da Faculdade de Engenharia Civil da UNAH. Em 1997, foi candidato presidencial pelo Partido Democrata Cristão de Honduras, que presidiu entre 1998 e 2002.

Entre 2000 e 2001, foi Ministro da Secretaria Técnica e de Cooperação Internacional (SETCO). Em 2010, assumiu o posto de Ministro da Secretaria Técnica de Planejamento e Cooperação Externa (SEPLAN).

Participou ativamente do processo de negociação do Acordo de Cartagena, assinado em 22 de maio de 2011, que abriu caminho para a reconciliação política no país. Em 16 de setembro de 2011 foi nomeado Chanceler pelo Presidente Porfirio Lobo, posto que ocupou até abril de 2013, quando foi designado Ministro de Segurança.

Em janeiro de 2015, foi novamente indicado Chanceler.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Honduras estabeleceram relações diplomáticas em 1906; a legação brasileira em Tegucigalpa, aberta em 1951, foi elevada à condição de embaixada em 1953. Em 1971, o Chanceler Mário Gibson Barboza efetuou a primeira visita de um Chanceler brasileiro ao país.

O primeiro encontro presidencial bilateral, entre os Presidentes Lula da Silva e Ricardo Maduro, ocorreu em 2005. Posteriormente, o Presidente Lula da Silva encontrou-se duas vezes com o Presidente Manuel Zelaya, em Brasília e em Tegucigalpa, e a Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Presidente Porfirio Lobo em Buenos Aires, à margem da posse da Presidenta argentina, Cristina Kirchner, em 2011. O atual Presidente de Honduras, Juan Orlando Hernández, visitou o Brasil em 2014, por ocasião da Copa do Mundo.

Na esteira do amplo rechaço da comunidade internacional ao golpe de Estado em Honduras, em 2009, corroborado pela suspensão do país centro-americano na OEA, as iniciativas bilaterais de interlocução política, cooperação e empréstimos para obras de infraestrutura foram interrompidas entre 2009 e 2011. Foram mantidas apenas atividades consulares e administrativas da representação brasileira em Honduras.

Com o retorno do ex-Presidente José Manuel Zelaya a Tegucigalpa, em maio de 2011, a assinatura do Acordo de Reconciliação Nacional ("Acordo de Cartagena") e a readmissão de Honduras à OEA, as relações entre o Brasil e Honduras voltaram à normalidade, com a nomeação de Embaixadores. Logo após a normalização das relações bilaterais, Honduras anunciou seu apoio à primeira eleição do Professor José Graziano para a Direção da FAO. Do lado brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) retomou o programa de cooperação técnica, e o Brasil realizou ações de ajuda humanitária em Honduras. Em fevereiro de 2012, o Chanceler hondurenho, Arturo Corrales, liderou missão governamental e empresarial hondurenha ao Brasil.

Comércio Bilateral e Investimentos

O comércio entre o Brasil e Honduras tem avançado significativamente. Em 2014, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 131,1 milhões, 62,7% acima do valor registrado em 2010. As exportações

brasileiras totalizaram US\$ 113,4 milhões, o que representa 86,4% do total da corrente de comércio e significa um aumento de 36% sobre o valor do ano anterior. O saldo favorável ao Brasil foi de US\$ 95,6 milhões.

Produtos manufaturados representam 92% do total das exportações brasileiras para o país centro-americano e 68% das importações. Veículos a diesel e outros automóveis são os principais produtos exportados pelo Brasil (11,7% em 2014). Seguem-se cerâmicas, vidros e esmaltados, aparelhos de telefonia celular e escavadoras. Entre as importações brasileiras, destacam-se resíduos de alumínio, peças de conexão elétrica e fios para ignição, que perfazem 56% dos embarques hondurenhos para o Brasil.

Em outubro de 2014, Honduras adquiriu aeronave Legacy usada, que deverá ser utilizada pela Presidência e em situações de catástrofe natural. No mesmo mês, Honduras aprovou a modernização de 6 Tucanos e a compra de 2 Super-Tucanos para o combate ao crime organizado. O Presidente Hernández visitou a Embraer em São José dos Campos durante a Copa do Mundo de 2014.

O Brasil também se faz presente em Honduras mediante a atuação de empresas nacionais em projetos daquele país, com financiamentos oficiais do Governo brasileiro. O Presidente Hernández tem manifestado, em diversas oportunidades, interesse em ampliar a participação brasileira no desenvolvimento da infraestrutura hondurenha, em particular em projetos de portos, gasodutos e aeroportos.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

No início de 2012, foi aprovada a concessão de crédito do BNDES com garantia oficial do Governo brasileiro (US\$ 145 milhões) para a construção dos lotes II e III do "Corredor Logístico" (ou "canal seco") – 54 km de estrada que permitirão unir o Golfo de Fonseca, no Pacífico, e Puerto Cortés, na costa caribenha. Além da participação do BNDES, o projeto também conta com apoio financeiro do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). O devedor soberano é a *Secretaria de Estado en el Despacho de Obras Públicas, Transporte y Vivienda – SOPTRAVI*, órgão do Governo de Honduras.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Honduras tem amparo

jurídico no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, firmado em 11 de junho de 1976 e promulgado em 31 de janeiro de 1977.

Atualmente, o Programa Brasil-Honduras conta com 7 projetos em execução e 1 em negociação. Os projetos cobrem as áreas de agricultura, educação alimentar e nutricional, políticas sociais, gestão de recursos hídricos, saúde e segurança alimentar.

Ajuda Humanitária

Em 2011, o Brasil destinou a Honduras 594 toneladas de arroz e 682 de milho, equivalentes a cerca de US\$ 450 mil. O Brasil também apoiou, em 2011, projetos de garantia do direito à alimentação adequada em Honduras e a inauguração do "Ano da Segurança Alimentar e Nutricional". Em reconhecimento, o Congresso Nacional hondurenho concedeu ao Brasil o "Prêmio Nacional Merenda Escolar".

Em outubro de 2011, o Brasil apoiou as operações de emergência em Honduras para o enfrentamento das consequências da passagem pelo país da "Depressão Tropical XII-E", doando US\$ 50 mil. Em 2013, o Brasil realizou contribuição de US\$ 52 mil, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), para suprir lacuna logística na operação de doação de alimentos a Honduras, e efetuou a doação de 1.650 toneladas de alimentos (arroz), com valor estimado em US\$ 783 mil.

Cooperação em Ciência e Tecnologia

Em setembro de 2013, o Governo hondurenho anunciou oficialmente a adoção do sistema brasileiro de televisão digital, ISDB-T. Em março de 2014, foram inauguradas as transmissões do sistema nipo-brasileiro de TV Digital ISDB-T pelos canais 8 (Executivo) e 20 (Congresso). Técnicos brasileiros e japoneses fizeram demonstrações práticas sobre o funcionamento do sistema.

Honduras solicitou a colaboração técnica de peritos brasileiros para a elaboração de um "Plan Maestro de Transición de Televisión Terrestre Digital". A solicitação foi encaminhada ao Ministério das Comunicações e encontra-se em análise.

Cooperação Educacional

No campo educacional, o Brasil coopera com Honduras por meio dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). Nos últimos 10 anos, 120 estudantes hondurenhos participaram dos dois programas, sendo 117 em nível de graduação e 3 de pós-graduação.

Outro programa brasileiro que beneficia estudantes hondurenhos é o Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (*Becas Brasil*), coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio do Ministério das Relações Exteriores. Na edição de 2014 foram selecionados 29 hondurenhos para estudar no Brasil a partir do primeiro semestre de 2015. Nas edições anteriores, 18 estudantes hondurenhos participaram do programa.

Cooperação em matéria de Energias Renováveis

No contexto de diversificação da matriz energética, o Governo hondurenho adotou, nos últimos anos, diversas iniciativas com vistas a viabilizar a cooperação com o Brasil em biocombustíveis.

No âmbito do "Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis" (MoU Brasil-EUA), de 2007, foi entregue ao Governo hondurenho Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis em Honduras, realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os projetos apresentados pela FGV indicaram a viabilidade da produção de óleo de palma, açúcar, e etanol de cana-de-açúcar, bem como de eletricidade a partir do bagaço da cana e de capim-elefante. O estudo prevê a participação de pequenos agricultores. Outro resultado do Memorando de Entendimento foi a inauguração da planta piloto de etanol em Catacamas, em julho de 2014. A cooperação com Honduras também inclui apoio na elaboração de marco regulatório para o desenvolvimento de mercados internos para etanol e biodiesel.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira em Honduras é estimada em cerca de 280 nacionais. É formada em sua maioria por brasileiras casadas com hondurenhos que estudaram no Brasil, missionários católicos e evangélicos, jogadores de futebol e funcionários de multinacionais.

Há em Tegucigalpa a Associação de Brasileiros Residentes em Honduras (ABRAREH), que tem como objetivo promover eventos socioculturais com finalidade filantrópica. Em San Pedro Sula, há um pequeno grupo de brasileiros que se denomina "Colônia Brasileira de San Pedro Sula". Há dois brasileiros presos, que recebem atenção da Embaixada do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Conforme dispõe a Constituição de 1982, Honduras é uma república democrática, representativa e presidencialista. O Poder Legislativo é unicameral, composto pelo Congresso Nacional, com 128 deputados.

Os principais partidos políticos são os tradicionais Partido Nacional e Partido Liberal (PL) e o Partido "Libertad y Refundación" (LIBRE), do ex-Presidente Manuel Zelaya.

Nas eleições de novembro de 2013, que elegeram o Presidente Hernández (Partido Nacional), o LIBRE emergiu como segunda força política no país. Na composição do Congresso, o Partido Nacional obteve a maior bancada, com 48 deputados, seguido do LIBRE, com 37, e do PL, com 27. Hernández elegeu-se em turno único com 36,8% dos votos, seguido pela candidata do LIBRE, Xiomara Castro de Zelaya, esposa de Zelaya, com 28,8%.

O Governo de Juan Orlando Hernández, iniciado em janeiro de 2014, definiu como principais objetivos o crescimento econômico, a criação de empregos, a redução da criminalidade e a modernização e reforma do Estado.

No plano econômico, o Governo anunciou que já foram criados 40 mil novos postos de trabalho. Ademais, cerca de 370 mil famílias ter-se-iam beneficiado de programas sociais e do incremento da renda familiar para compra de alimentos. O Governo também registrou mudanças na área administrativa, ao assinar um convênio com a ONG Transparência Internacional, com vistas ao enxugamento da administração pública, à

implementação de uma política aduaneira mais eficiente e à redução de gastos públicos.

Honduras, como seus vizinhos centro-americanos, enfrenta dificuldades na área de segurança pública. Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), referentes a 2012, apontam que o índice de assassinatos em Honduras alcançou 90,4 por cem mil habitantes naquele ano. As cidades mais afetadas são Tegucigalpa e San Pedro Sula, respectivamente a primeira e a segunda maior cidade do país.

Ao lado de Guatemala e El Salvador, Honduras forma o Triângulo Norte da América Central (TNAC), região do istmo que mais sente os problemas ligados ao narcotráfico. Nesse contexto, o Presidente Hernández comprometeu-se a criar uma polícia de combate à criminalidade crescente e a ampliar os programas sociais. No primeiro caso, criou a Fuerza Interinstitucional de Seguridad Nacional (FUSINA) – força independente que envolve a Polícia Nacional e o Ministério Público, além de prefeitos e voluntários. Quanto aos programas sociais, ampliou o "Bono 10 mil", programa de transferência de 10 mil lempiras (equivalente a US\$ 525,00) por ano para cada família.

Além dessas medidas, o Congresso ratificou reforma constitucional que permite a extradição de hondurenhos ligados ao narcotráfico e ao terrorismo. O primeiro cidadão hondurenho extraditado após a reforma constitucional foi o traficante Carlos "El Negro" Lobo, em maio de 2014, para os EUA, pelo crime de narcotráfico. Além disso, foi aprovada a nova Lei de Reforma da Segurança Pública, com disposições sobre a criação de um órgão independente responsável pela definição e pelo planejamento da política de segurança pública no país.

O Governo hondurenho reportou uma redução nos índices de assassinatos de 9,8%, em 2013, e de 13%, em 2014. Segundo o Governo, o índice de assassinatos caiu para 66,5 por 100 mil habitantes em 2014.

Em 22 de abril de 2015, a "Corte Suprema de Justicia", instância judiciária máxima de Honduras, considerou "inaplicável" o artigo da Constituição que proibia a reeleição presidencial (artigo 239). A sentença respondeu às demandas judiciais apresentadas separadamente pelo ex-Presidente Rafael Callejas (1990-1994) e por deputados do Partido Nacional. Graças a essa reforma, poderão concorrer novamente à Presidência os ex-mandatários Carlos Flores, Ricardo Maduro, Roberto Suazo, Porfirio Lobo, Roberto Micheletti, Rafael Callejas e Manuel Zelaya, além do Presidente

Hernández. Callejas, que encabeça facção própria do Partido Nacional (“Movimiento Nacional Callejista” - Monarca), já anunciou que pretende candidatar-se à reeleição. Zelaya, que fora derrubado por propor consulta popular sobre a reeleição, considerou a decisão “ilegal” e ainda não se pronunciou sobre futura candidatura. O Presidente Hernández tampouco se manifestou sobre reeleição.

POLÍTICA EXTERNA

As relações exteriores hondurenhas têm como características destacadas as ligações históricas com os Estados Unidos, a integração com os vizinhos no âmbito do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), o reconhecimento de Taiwan e a prioridade concedida ao combate contra os ilícitos internacionais, especialmente em cooperação com os Estados Unidos e os outros membros do SICA.

Desde 1981, os Estados Unidos mantêm no país a base aérea Coronel Soto Cano, que teve papel importante no apoio aos contras da Nicarágua. Em 2011, foi inaugurada a base de Caratasca. Atualmente, as bases são parte integrante da política norte-americana de combate ao narcotráfico na América Central. Os Estados Unidos também são importante parceiro econômico, respondendo por 40% do comércio exterior hondurenho em 2013, e abrigam a maior parte da diáspora hondurenha (730 mil imigrantes), responsável por remessas que representam cerca de 15% do PIB do país. Os EUA são, ainda, a principal fonte de cooperação internacional, com destaque para os valores desembolsados no âmbito da Iniciativa Centro-Americana de Segurança Regional (CARSI).

Honduras, juntamente com El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e República Dominicana, mantém acordo de livre comércio os EUA (CAFTA-DR), em vigor desde 2006. Além disso, Honduras celebrou, em conjunto com outros países centro-americanos, acordos de livre comércio com o México (2011) e União Europeia (2013). O país mantém, ainda, acordo de livre comércio com o Canadá, em vigor desde outubro de 2014.

No âmbito regional, Honduras é membro ativo do SICA, participando de iniciativas importantes de integração comercial (e aduaneira, com a Guatemala), energética e de cooperação política e na área de segurança pública. Honduras também é sede e principal beneficiário de financiamentos do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE).

Desde 2014, os Presidentes da Guatemala, Honduras e El Salvador

lançaram junto aos Estados Unidos a iniciativa "Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte". O plano resulta de encontro com o Presidente Barack Obama, em julho de 2014, que solicitou-lhes um plano abrangente que atacasse o problema da migração. Em março de 2015, os mesmos mandatários centro-americanos se reuniram com o Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, e assumiram compromissos no contexto da "Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte". A iniciativa apresenta quatro linhas estratégicas: 1) dinamizar o setor produtivo; 2) desenvolver o capital humano; 3) melhorar a segurança cidadã e o acesso à justiça; e 4) fortalecer as instituições do Estado. A Aliança, que terá a duração de 5 anos, teve seus custos estimados em US\$ 5 bilhões e está sujeita à aprovação do Congresso dos EUA.

O diferendo territorial que opõe interesses de Honduras, El Salvador e Nicarágua no Golfo de Fonseca e, em particular, a disputa entre os dois primeiros pela soberania da "Isla Conejo" ainda gera estremecimentos diplomáticos na região. Em sentença de 1992, a Corte Internacional de Justiça havia delimitado as fronteiras terrestres entre Honduras e El Salvador. A decisão da Corte foi aceita pelos três países, mas El Salvador, alegando ter tido acesso a nova documentação, solicitou revisão parcial, o que foi negado pela CIJ em 2002. No final de 2013, a aquisição, por El Salvador, de 10 aeronaves militares chilenas elevou momentaneamente as tensões entre São Salvador e Tegucigalpa. Por outro lado, a inauguração de um heliporto na Isla Conejo por parte das autoridades hondurenhas, em 2014, foi entendida por El Salvador como provocação.

A partir da posse do novo Presidente salvadorenho, Salvador Sánchez Cerén, em junho de 2014, as tensões diminuíram, particularmente em decorrência de conversações mantidas entre os mandatários dos três países, igualmente interessados no potencial de cooperação para o desenvolvimento econômico e social da região do Golfo. Em agosto de 2014, os Presidentes dos três países reuniram-se em Manágua e acordaram o lançamento de uma série de projetos de cooperação com o objetivo de evitar conflitos na região e de transformá-la em parte importante da integração centro-americana. A declaração dos mandatários destaca a criação de "uma zona de emprego e desenvolvimento econômico".

Por fim, cabe mencionar as relações com Taiwan, um dos doadores mais importantes para Honduras. O país centro-americano não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China, apesar do interesse do empresariado local pelo mercado chinês e da presença da potência asiática

no país por meio de projetos de infraestrutura.

ECONOMIA

A economia de Honduras caracteriza-se pelos fortes vínculos com os EUA, origem de 70% do investimento externo no país, destino de 35,1% das exportações e origem de 42% das importações (dados de 2013). O déficit da balança comercial é frequentemente coberto por remessas de hondurenhos no exterior, sobretudo nos EUA. Quase 39% da força de trabalho encontra-se no setor primário, que responde por 12,5% do PIB.

A economia hondurenha também se caracteriza pela interdependência com os vizinhos do istmo centro-americano. Tomada em seu conjunto, a América Central foi, em 2014, o segundo destino das exportações hondurenhas, atrás apenas dos Estados Unidos. Os países do istmo aparecem também como a segunda maior fonte das importações.

A pauta de exportações é concentrada em produtos agropecuários, como banana, café, azeite vegetal e camarões, além de produtos elaborados pelas maquilas, empresas sob controle estrangeiro que vendem seus produtos aos EUA, beneficiando-se de acordo de livre comércio vigente desde 2006 (CAFTA-DR).

O país enfrenta desafios relacionados ao subemprego, que afeta 52,5% da população; à educação, com índice de analfabetismo de 14,5%; e à criminalidade, considerada a mais alta do mundo.

Conjuntura Econômica e Comercial de Honduras

A economia hondurenha cresceu 3,1% em 2014, abaixo da média do decênio encerrado naquele ano (3,8%), mas acima da taxa registrada em 2013 (2,8%). O crescimento deveu-se ao bom desempenho do consumo interno e da demanda externa. A inflação no período foi de 5,8%.

De 2011 para 2013, o déficit fiscal passou de 4,6% do PIB para 7,9% do PIB. Em paralelo, a dívida pública líquida saltou de 33,7% em 2011 para 44,7% do PIB em 2013. Nesse contexto, as agências classificadoras de risco,

Standard & Poor's e Moody's rebaixaram a classificação da dívida hondurenha em agosto de 2013 e fevereiro de 2014, respectivamente.

O Governo de Juan Orlando Hernández tem procurado reverter esse quadro. Ainda em dezembro de 2013, a legislatura que se encerrava e que fora presidida por Hernández até meados daquele ano, aprovou pacote fiscal que aumentou o “Impuesto sobre Ventas” (ISV) de 12% para 15% e criou novos impostos. O pacote também continha medidas de controle de gastos, congelamento de transferências para outros entes públicos e redução de subsídios à eletricidade. As medidas contribuíram para o aumento das receitas do Governo em 2013 (18,6%) e para a redução do déficit, estimado em 5,5% em 2014.

O Governo conseguiu, junto ao FMI, em dezembro de 2014, a aprovação de um “Stand-by Agreement” (SBA) no valor de US\$ 113,5 milhões, assim como a aprovação de um “Stand-by Credit Facility” (SCF) equivalente a US\$ 75,4 milhões, o que representa um total combinado de US\$ 188,8 milhões, a serem desembolsados ao longo dos próximos 3 anos. Em março de 2015, missão do FMI ao país realizou a primeira rodada de revisão dos acordos, concluindo que todas as metas relevantes estabelecidas nos acordos foram alcançadas.

No campo comercial, 2014 marcou um aumento de 3,4% nas exportações hondurenhas de bens, que alcançaram US\$ 8,1 bilhões. As exportações foram impulsionadas principalmente pela elevação dos preços do café e pelo crescimento das exportações de bens para transformação (*maquilas*), principalmente têxteis. Estados Unidos, América Central e Europa foram os principais destinos das exportações hondurenhas. Os principais produtos de exportação hondurenhas, em 2014, foram produtos têxteis (41,9% do total), café (10,4%), máquinas elétricas (7,7%), bananas (5,6%) e azeite (3,8%).

As importações de bens, por outro lado, totalizaram US\$ 11,1 bilhões, registrando crescimento de 1,1% em relação a 2013. Estados Unidos e América Central foram as principais fontes das importações hondurenhas. Entre os principais produtos importados por Honduras em 2014 destacaram-se combustíveis e lubrificantes (17,3%), materiais têxteis para maquila (17,3%), máquinas e aparelhos elétricos (15,9%) e produtos químicos (9,5%).

Além do déficit na balança comercial, a balança de pagamentos de Honduras acumula déficits também nas balanças de serviços e rendas, as quais foram compensadas em grande medida pelas remessas recebidas de

hondurenhos no exterior (US\$ 3,4 bilhões) e pelos investimentos estrangeiros diretos, que alcançaram US\$ 1,1 bilhão em 2014. As remessas do exterior atingiram, em 2014, a marca de 17,3% do PIB hondurenho.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE HONDURAS

1502	Cristóvão Colombo chega a Honduras.
1539	A Espanha conquista o território.
1821	Honduras ganha independência da Espanha, como parte do Império Mexicano.
1823	Honduras se une às Províncias Unidas da América Central, que incluem Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua.
1840	Dissolução das Províncias Unidas. Honduras torna-se um país independente.
1932	O Partido Nacional de Honduras (PNH) instaura ditadura liderada pelo General Tiburcio Carias Andino.
1963	O Coronel Osvaldo López Arellano toma o poder após liderar golpe.
1969	Honduras e El Salvador entram em breve guerra após problemas com imigração e disputas de fronteira (“Guerra do Futebol”).
1974	Osvaldo López renuncia após denúncias de suborno pago por empresa norte-americana.
1975	O Coronel Juan Alberto Melgar Castro toma o poder.
1978	Melgar é retirado do poder após golpe liderado pelo General Policarpo Paz García.
1980	O General Paz García assina tratado de paz com El Salvador.
1981	Roberto Suazo Córdova, do Partido Liberal de Honduras (PLH), é eleito Presidente.
1986	Outro liberal, José Azcona del Hoyo, é eleito Presidente.
1987	Estado garante anistia a militares e guerrilheiros pelos abusos cometidos no início dos anos 1980.
1989	A Cúpula dos Presidentes Centro-Americanos em El Salvador chega a acordo para a desmobilização dos “contras” nicaraguenses baseados em Honduras.
1990	Rafael Callejas é jurado Presidente. Os últimos “contras” nicaraguenses deixam Honduras.
1992	A Corte Internacional de Justiça estabelece novas fronteiras entre Honduras e El Salvador.

1993	O Governo instaura comissão para investigar denúncias de violações aos Direitos Humanos por militares.
	O candidato do Partido Liberal e ativista dos Direitos Humanos, Carlos Reina, é eleito Presidente.
1995	Os primeiros militares acusados de violações aos Direitos Humanos são condenados.
1997	Carlos Flores, do Partido Liberal, é eleito Presidente.
1998	O Furacão Mitch devasta Honduras.
1999	As Forças Armadas são colocadas sob controle civil.
	O Congresso ratifica Acordo Marítimo de 1986 com a Colômbia, resolvendo contencioso sobre o Mar do Caribe.
	Honduras e Nicarágua concordam em retirar tropas e forças navais do Caribe.
2000	A Corte Suprema considera que as atrocidades perpetradas durante a década de 1980 não são cobertas pela anistia de 1987.
2002	Ricardo Maduro toma posse como Presidente.
	Honduras restabelece relações diplomáticas com Cuba.
2003	O Congresso vota pelo envio de tropas ao Iraque, fazendo de Honduras o primeiro país centro-americano a participar no conflito.
	Honduras, Guatemala, El Salvador e Nicarágua assinam acordo de livre comércio com os Estados Unidos.
2005	A tormenta tropical Gamma mata mais de 30 pessoas e deixa milhares desabrigadas.
	O Congresso aprova o Tratado de Livre Comércio Centro-Americano (CAFTA) com os Estados Unidos.
	O candidato do Partido Liberal José Manuel Zelaya é declarado vitorioso nas eleições presidenciais.
2006	Honduras e El Salvador inauguram a nova fronteira.
2007	A Corte Internacional de Justiça resolve a disputa territorial entre Honduras e Nicarágua.
2008	Honduras ingressa na Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA).
2009	O Presidente José Manuel Zelaya é removido do poder. O Presidente do Congresso Nacional, Roberto Micheletti, é nomeado Presidente.
	Porfirio Lobo Sosa é eleito Presidente.
2010	Porfirio Lobo Sosa toma posse em janeiro.
	O Presidente Zelaya segue para a República Dominicana. Honduras retira-se da ALBA.
2011	Com a assinatura do chamado “Acordo de Cartagena”, facilitado por Colômbia e Venezuela, inicia-se processo de reconciliação nacional.
2013	Juan Orlando Hernández é eleito Presidente em novembro.
2014	O Presidente Juan Orlando Hernández toma posse em janeiro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-HONDURAS	
1906	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1909	Assinatura da Convenção de Arbitramento.
1951	Estabelecimento da Legação do Brasil em Tegucigalpa.
1953	Elevação da categoria da Missão a Embaixada.
1957	Assinatura de Convênio Cultural.
1971	Visita do Chanceler Mario Gibson Barboza a Honduras.
1971	Assinatura de Acordo Constitutivo de Comissão Mista de Comércio.
1974	O Governo brasileiro faz doações às vítimas do Furacão Fifi.
1976	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica.
1981	Acordo para Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha.
1984	Aquisição de aviões brasileiros "Tucano" para a Força Aérea Hondurenha.
1994	O Brasil participa na Missão de Assistência para a Remoção de Minas em Honduras.
1995	Oficiais brasileiros passam a dar instrução militar às Forças Armadas hondurenhas.
1996	O Brasil passa a participar da Missão para Remoção de Minas na América Central.
1998	Visita do Vice-Presidente Marco Maciel, para a posse do Presidente Carlos Flores.
1998	O Governo brasileiro faz doações às vítimas do Furacão Mitch.
2004	Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de PADIP, PASOF e PASER.
2004	Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns.
2005	Encontro de trabalho, em Brasília, do Presidente Ricardo Maduro com o Presidente Lula da Silva.
2006	O Secretário-Geral do MRE representa o Brasil na posse de Presidente Zelaya.
	Encontro de trabalho, em Brasília, do Presidente Zelaya com o Presidente Lula.
	Apoio do Brasil à decisão do BID de cancelar a dívida de Honduras.
	Visita de missão empresarial brasileira, chefiada pelo MDIC, a Honduras.
	O Brasil faz doação de medicamentos anti-retrovirais, para tratamento de HIV-Aids.
2007	O Assessor Internacional da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia participa das celebrações do 1º ano do Governo Zelaya.
	Comparecimento do Presidente Zelaya aos XV Jogos Pan-americanos, no RJ.

	<p>Visita de Estado a Honduras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.</p> <p>Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa.</p> <p>Assinatura de Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.</p> <p>Encontro Empresarial no marco da Visita de Estado do Presidente Lula a Honduras.</p> <p>Presidente Zelaya participa da CALC, na Costa do Sauípe.</p>
2009	<p>Deposição do Presidente Zelaya.</p> <p>José Manuel Zelaya regressa a Honduras e refugia-se na Embaixada do Brasil.</p>
2011	<p>Normalização das relações bilaterais após retorno definitivo do ex-Presidente Zelaya a Tegucigalpa.</p> <p>O Brasil envia recursos e alimentos para atendimento à população hondurenha atingida pela passagem da Depressão Tropical XII-E pelo Istmo.</p> <p>Encontro entre os Vice-Presidentes Michel Temer e Maria Antonieta Guillén de Bográn, em Assunção.</p> <p>Encontro entre os Presidentes Dilma Rousseff e Porfirio Lobo, em Buenos Aires, à margem da posse da Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner.</p>
2012	<p>Visita do Chanceler Arturo Corrales ao Brasil, à frente de importante delegação governamental e empresarial.</p>
2015	<p>Visita da Vice-Presidente de Honduras, Ava Rossana Guevara, ao Brasil, por ocasião da posse da Presidenta Dilma Rousseff.</p>

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras	09/02/2012	Ainda não está em vigor (no Brasil, em tramitação na Casa Civil; já aprovado pelo Congresso hondurenho)	
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/08/2007	09/02/2012	Vigente
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	27/07/2007	14/02/2014	Vigente
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns	12/08/2004	31/03/2006	Vigente
Acordo para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha.	28/08/1981	28/08/1981	Vigente
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.	17/07/1971	17/07/1971	Vigente
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Hondurenhos.	17/07/1971	17/07/1971	Vigente
Convênio Cultural.	22/10/1957	12/03/1963	Vigente
Acordo Administrativo para troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por Via Comum.	22/01/1952	22/01/1952	Vigente

Principais Indicadores Econômicos de Honduras

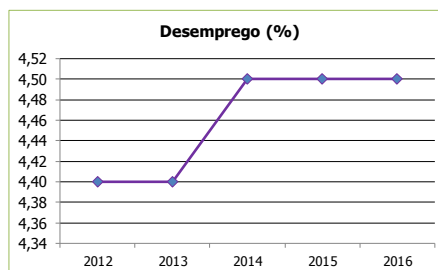
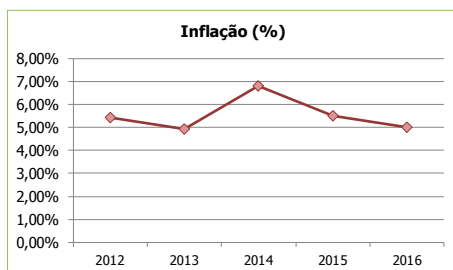
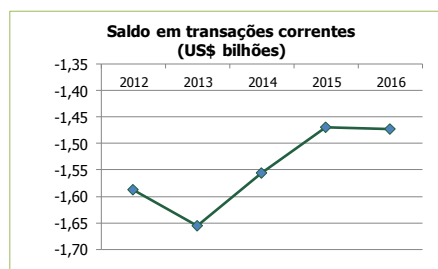
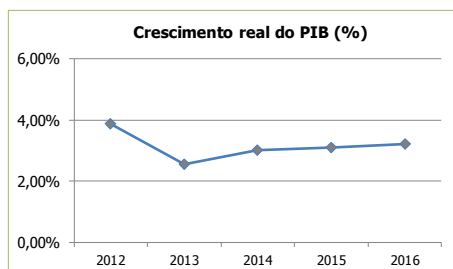
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	3,86%	2,56%	3,00%	3,10%	3,20%
PIB nominal (US\$ bilhões)	18,50	18,49	19,37	20,26	21,01
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.331	2.283	2.344	2.402	2.441
PIB PPP (US\$ bilhões)	35,73	37,19	38,95	40,90	43,00
PIB PPP "per capita" (US\$)	4.502	4.592	4.713	4.849	4.996
População (milhões de habitantes)	7,94	8,10	8,26	8,43	8,61
Desemprego (%)	4,40	4,40	4,50	4,50	4,50
Inflação (%)	5,44%	4,92%	6,80%	5,50%	5,00%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-1,59	-1,66	-1,56	-1,47	-1,47
Dívida externa (US\$ bilhões)	5,06	6,83	7,04	8,10	8,61
Câmbio (La / US\$)	19,64	20,49	21,14	22,21	23,20

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	14,0%
Indústria	27,4%
Serviços	58,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.



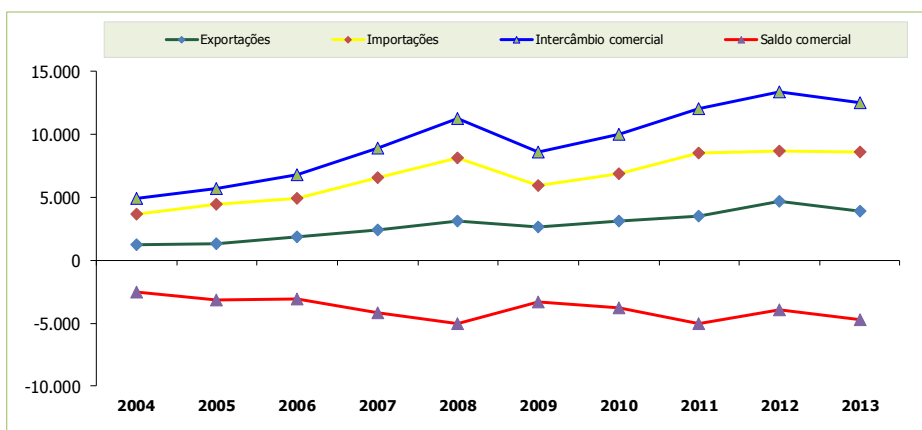
Evolução do Comércio Exterior de Honduras
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1.194	51,1%	3.685	162,8%	4.880	122,5%	-2.491
2005	1.294	8,4%	4.419	19,9%	5.714	17,1%	-3.125
2006	1.880	45,2%	4.921	11,3%	6.800	19,0%	-3.041
2007	2.391	27,2%	6.531	32,7%	8.922	31,2%	-4.139
2008	3.106	29,9%	8.154	24,9%	11.260	26,2%	-5.047
2009	2.628	-15,4%	5.954	-27,0%	8.582	-23,8%	-3.325
2010	3.104	159,8%	6.895	87,1%	9.999	104,9%	-3.791
2011	3.534	13,9%	8.542	23,9%	12.075	20,8%	-5.008
2012	4.696	32,9%	8.647	1,2%	13.343	10,5%	-3.951
2013	3.897	-17,0%	8.604	-0,5%	12.501	-6,3%	-4.707
2014(jan-set) ⁽¹⁾	3.399	12,6%	5.820	-9,8%	9.219	-2,6%	-2.421
Var. % 2004-2013	226,3%	---	133,5%	---	156,2%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



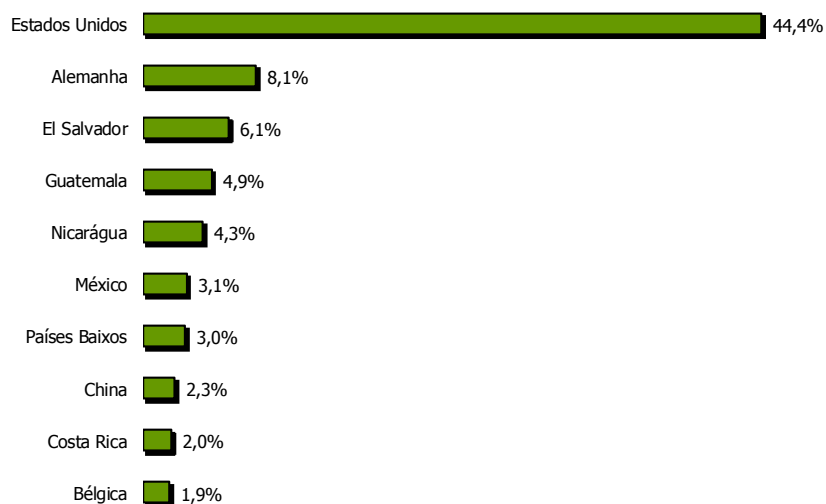
Direção das Exportações de Honduras
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 (jan-set)⁽¹⁾	Part.% no total
Estados Unidos	1.509	44,4%
Alemanha	275	8,1%
El Salvador	208	6,1%
Guatemala	167	4,9%
Nicarágua	145	4,3%
México	106	3,1%
Países Baixos	102	3,0%
China	77	2,3%
Costa Rica	68	2,0%
Bélgica	64	1,9%
...		
Brasil (33ª posição)	8	0,2%
Subtotal	2.729	80,3%
Outros países	670	19,7%
Total	3.399	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

10 principais destinos das exportações



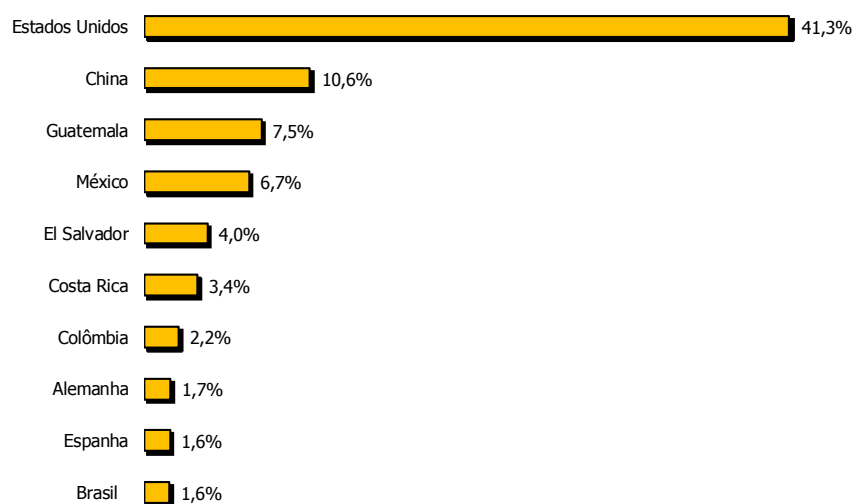
Origem das Importações de Honduras US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 (jan-set) ⁽¹⁾	Part.% no total
Estados Unidos	2.403	41,3%
China	617	10,6%
Guatemala	436	7,5%
México	390	6,7%
El Salvador	235	4,0%
Costa Rica	198	3,4%
Colômbia	128	2,2%
Alemanha	98	1,7%
Espanha	95	1,6%
Brasil	94	1,6%
Subtotal	4.694	80,7%
Outros países	1.126	19,3%
Total	5.820	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

10 principais origens das importações



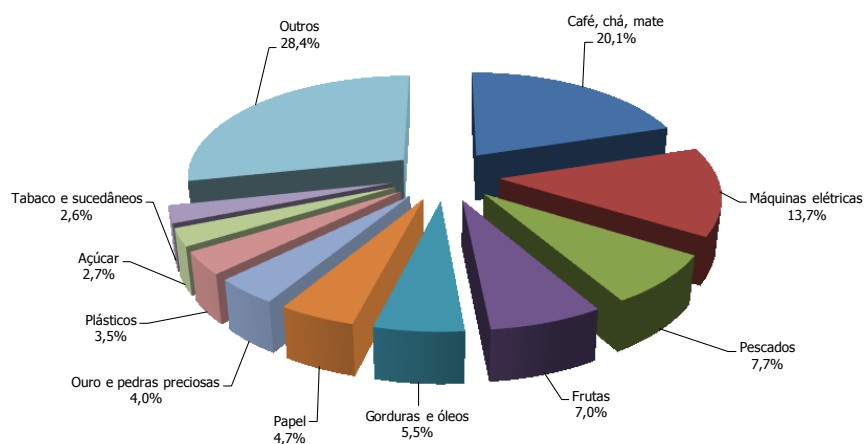
Composição das exportações de Honduras US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 (jan-set) ⁽¹⁾	Part.% no total
Café, chá, mate	684	20,1%
Máquinas elétricas	466	13,7%
Pescados	261	7,7%
Frutas	238	7,0%
Gorduras e óleos	187	5,5%
Papel	161	4,7%
Ouro e pedras preciosas	136	4,0%
Plásticos	118	3,5%
Açúcar	93	2,7%
Tabaco e sucedâneos	90	2,6%
Subtotal	2.434	71,6%
Outros	965	28,4%
Total	3.399	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



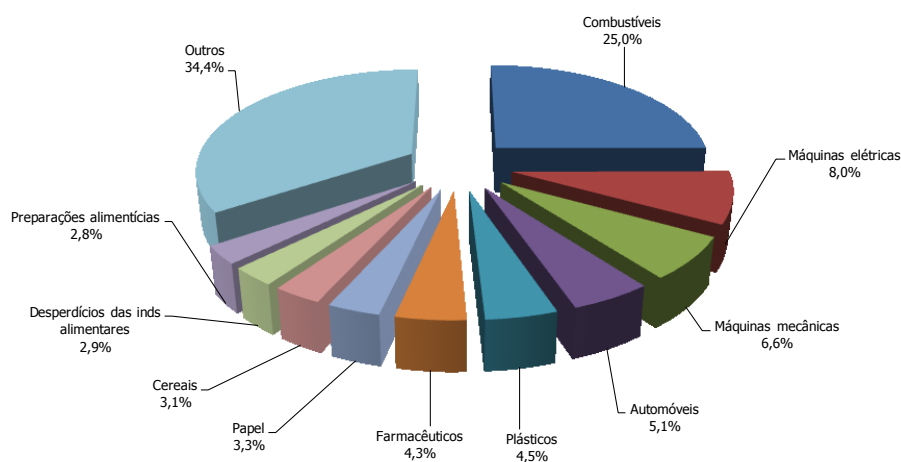
Composição das importações de Honduras US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 (jan-set) ⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	1.453	25,0%
Máquinas elétricas	467	8,0%
Máquinas mecânicas	385	6,6%
Automóveis	297	5,1%
Plásticos	260	4,5%
Farmacêuticos	253	4,3%
Papel	191	3,3%
Cereais	178	3,1%
Desperdícios das inds alimentares	168	2,9%
Preparações alimentícias	164	2,8%
Subtotal	3.816	65,6%
Outros	2.004	34,4%
Total	5.820	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 13/04/2015.

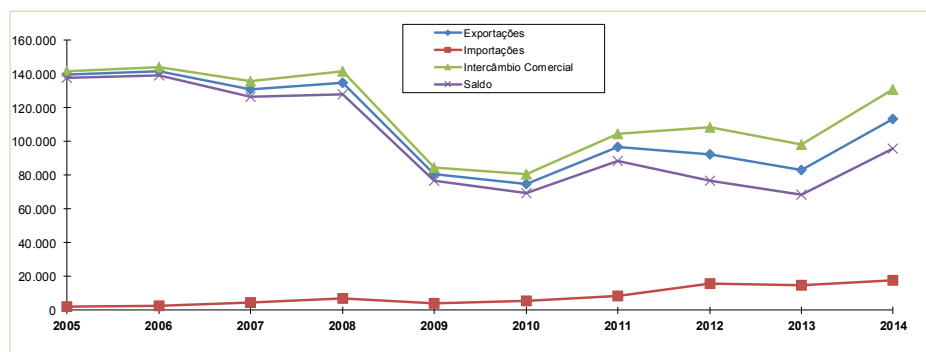
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Honduras
US\$ mil, fob

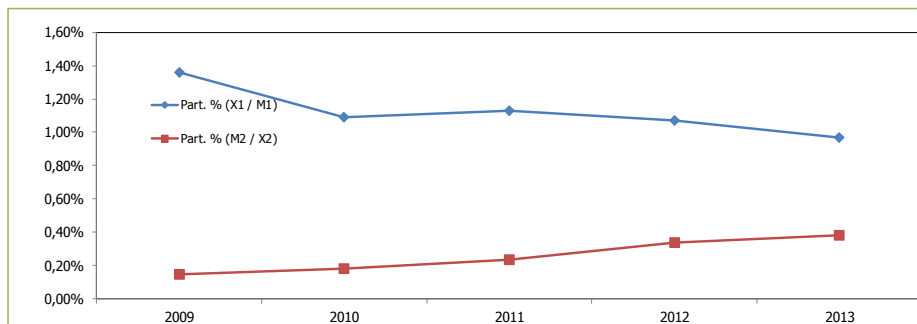
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	139.603	53,8%	0,12%	1.877	120,0%	0,00%	141.481	54,4%	0,07%	137.726
2006	141.646	1,5%	0,10%	2.482	32,2%	0,00%	144.128	1,9%	0,06%	139.164
2007	131.151	-7,4%	0,08%	4.610	85,7%	0,00%	135.760	-5,8%	0,05%	126.541
2008	135.038	3,0%	0,07%	6.853	48,7%	0,00%	141.891	4,5%	0,04%	128.185
2009	80.784	-40,2%	0,05%	3.916	-42,9%	0,00%	84.700	-40,3%	0,03%	76.868
2010	75.038	-7,1%	0,04%	5.583	42,6%	0,00%	80.621	-4,8%	0,02%	69.454
2011	96.584	28,7%	0,04%	8.240	47,6%	0,04%	104.824	30,0%	0,02%	88.344
2012	92.615	-4,1%	0,04%	15.840	92,2%	0,01%	108.455	3,5%	0,02%	76.776
2013	83.211	-10,2%	0,03%	14.810	-6,5%	0,01%	98.020	-9,6%	0,02%	68.401
2014	113.387	36,3%	0,05%	17.790	20,1%	0,01%	131.177	33,8%	0,03%	95.596
2015 (jan-mar)	23.864	16,4%	0,06%	3.790	-7,2%	0,01%	27.654	12,5%	0,03%	20.073
Var. % 2005-2014	-18,8%	---	---	847,6%	---	---	-7,3%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



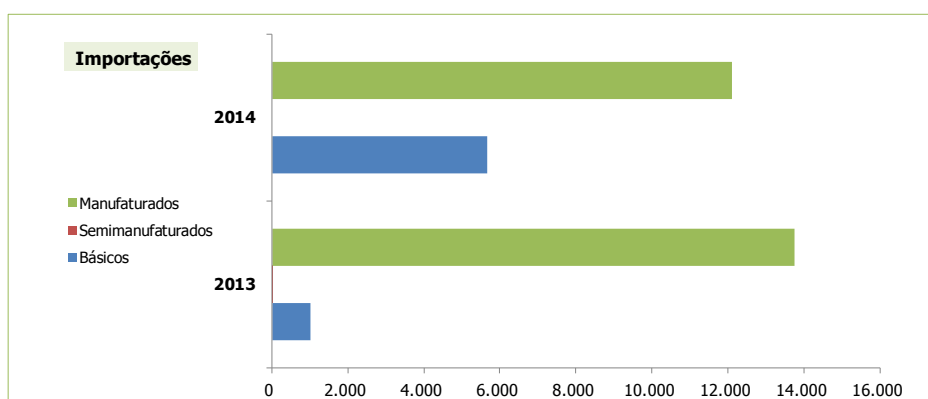
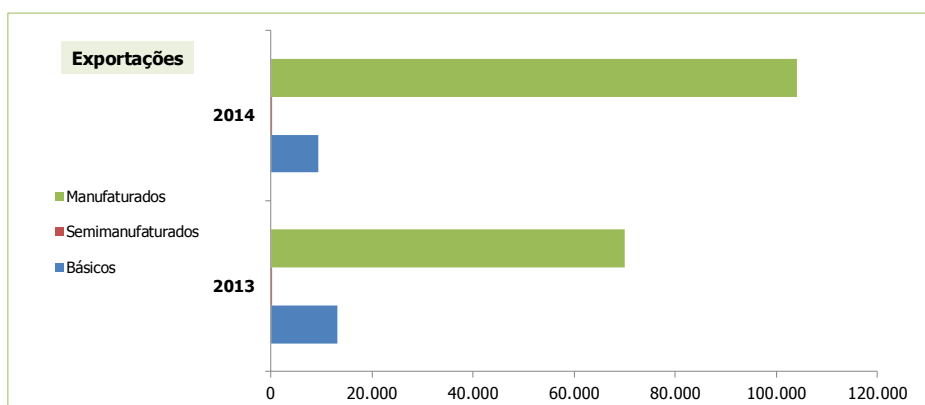
Part. % do Brasil no Comércio de Honduras ⁽¹⁾						
US\$ mil						
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para Honduras (X1)	80.784	75.038	96.584	92.615	83.211	3,0%
Importações totais de Honduras (M1)	5.953.529	6.895.088	8.541.779	8.646.776	8.603.906	44,5%
Part. % (X1 / M1)	1,36%	1,09%	1,13%	1,07%	0,97%	-28,7%
Importações do Brasil originárias de Honduras (M2)	3.916	5.583	8.240	15.840	14.810	278,2%
Exportações totais de Honduras (X2)	2.628.303	3.103.683	3.533.561	4.696.174	3.897.174	48,3%
Part. % (M2 / X2)	0,15%	0,18%	0,23%	0,34%	0,38%	155,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado
US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



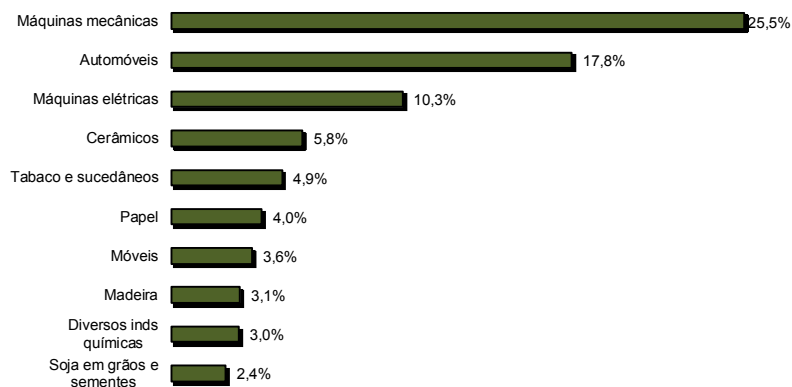
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

**Composição das exportações brasileiras para Honduras
US\$ mil, fob**

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	19.946	21,5%	14.881	17,9%	28.928	25,5%
Automóveis	6.719	7,3%	7.425	8,9%	20.228	17,8%
Máquinas elétricas	4.568	4,9%	7.253	8,7%	11.684	10,3%
Cerâmicos	6.275	6,8%	6.640	8,0%	6.626	5,8%
Tabaco e sucedâneos	5.504	5,9%	4.127	5,0%	5.585	4,9%
Papel	9.803	10,6%	6.177	7,4%	4.568	4,0%
Móveis	1.700	1,8%	1.031	1,2%	4.068	3,6%
Madeira	1.725	1,9%	2.966	3,6%	3.471	3,1%
Diversos inds químicas	2.004	2,2%	1.544	1,9%	3.401	3,0%
Soja em grãos e sementes	4.478	4,8%	1.798	2,2%	2.744	2,4%
Subtotal	62.722	67,7%	53.842	64,7%	91.303	80,5%
Outros produtos	29.893	32,3%	29.369	35,3%	22.084	19,5%
Total	92.615	100,0%	83.211	100,0%	113.387	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

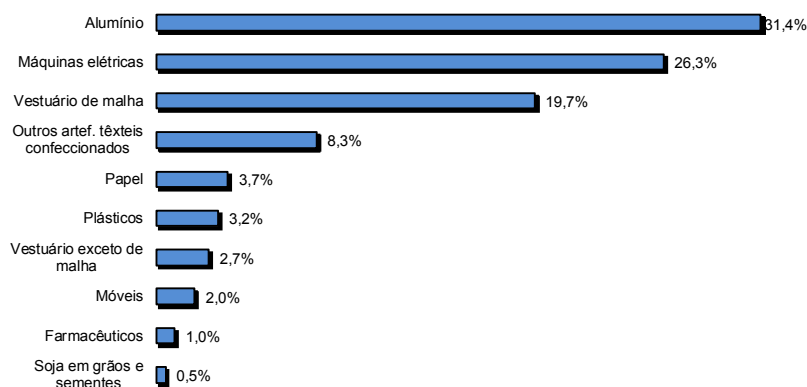


**Composição das importações brasileiras originárias de Honduras
US\$ mil, fob**

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Alumínio	2.140	13,5%	811	5,5%	5.586	31,4%
Máquinas elétricas	4.953	31,3%	6.897	46,6%	4.687	26,3%
Vestuário de malha	3.115	19,7%	3.118	21,1%	3.496	19,7%
Outros artef. têxteis confeccionados	1.482	9,4%	1.086	7,3%	1.479	8,3%
Papel	454	2,9%	1	0,0%	661	3,7%
Plásticos	660	4,2%	584	3,9%	569	3,2%
Vestuário exceto de malha	1.567	9,9%	991	6,7%	484	2,7%
Móveis	2	0,0%	19	0,1%	354	2,0%
Farmacêuticos	881	5,6%	484	3,3%	170	1,0%
Soja em grãos e sementes	129	0,8%	202	1,4%	84	0,5%
Subtotal	15.383	97,1%	14.193	95,8%	17.570	98,8%
Outros produtos	457	2,9%	617	4,2%	220	1,2%
Total	15.840	100,0%	14.810	100,0%	17.790	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Máquinas mecânicas	3.790	18,5%	6.035	25,3%	Máquinas mecânicas 6.035,0
Tabaco e sucedâneos	1.129	5,5%	2.576	10,8%	Tabaco e sucedâneos 2.576,0
Automóveis	1.022	5,0%	1.806	7,6%	Automóveis 1.806,0
Soja em grãos e sementes	1.914	9,3%	1.783	7,5%	Soja em grãos e sementes 1.783,0
Máquinas elétricas	3.128	15,3%	1.661	7,0%	Máquinas elétricas 1.661,0
Cerâmicos	1.067	5,2%	1.355	5,7%	Cerâmicos 1.355,0
Papel	1.355	6,6%	1.066	4,5%	Papel 1.066,0
Madeira	634	3,1%	744	3,1%	Madeira 744,0
Plásticos	481	2,3%	671	2,8%	Plásticos 671,0
Diversos inds químicas	830	4,0%	595	2,5%	Diversos inds químicas 595,0
Subtotal	15.350	74,8%	18.292	76,7%	
Outros produtos	5.158	25,2%	5.572	23,3%	
Total	20.508	100,0%	23.864	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015
Importações					
Combustíveis	1.377	33,7%	1.951	51,5%	Combustíveis 1.951,0
Máquinas elétricas	1.150	28,2%	956	25,2%	Máquinas elétricas 956,0
Outros artef. têxteis confec.	253	6,2%	315	8,3%	Outros artef. têxteis confec. 315,0
Vestuário de malha	512	12,5%	252	6,6%	Vestuário de malha 252,0
Móveis	84	2,1%	116	3,1%	Móveis 116,0
Plásticos	175	4,3%	113	3,0%	Plásticos 113,0
Café	0	0,0%	40	1,1%	Café 40,0
Tecidos especiais	0	0,0%	25	0,7%	Tecidos especiais 25,0
Vestuário exceto de malha	374	9,2%	9	0,2%	Vestuário exceto de malha 9,0
Tabaco e sucedâneos	13	0,3%	8	0,2%	Tabaco e sucedâneos 8,0
Subtotal	3.938	96,5%	3.785	99,9%	
Outros produtos	145	3,5%	5	0,1%	
Total	4.083	100,0%	3.790	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 233 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL.

PUBLICADO NO DSF DE ___/6/2015

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1